

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS**

ADRIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA

**A INSERÇÃO DO AUTOR ARTHUR REIS E SUA OBRA *A AMAZÔNIA E A
COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960**

PORTO VELHO-RO

2017

ADRIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA

A INSERÇÃO DO AUTOR ARTHUR REIS E SUA OBRA *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – Unir/Porto Velho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais.

Linha de Pesquisa: Historicidades Amazônicas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Pacheco

PORTO VELHO-RO

2017

ADRIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA

A INSERÇÃO DO AUTOR ARTHUR REIS E SUA OBRA *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia- Unir-/Porto Velho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais.

Linha de Pesquisa: Historicidades Amazônicas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Pacheco

Data da defesa: 30 de março de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente – Prof^o. Dr^o. Alexandre Pacheco (UNIR)

Membro – Prof^a. Dr^a. Lilian Maria Moser (Membro – MHEC)

Membro – Prof^o. Dr^o. Élcio Aloísio Fragoso (Membro – MHEC)

Membro – Prof.^a Dr^a. Wilma Suely Batista Pereira (Suplente)

Porto Velho, 30 de março de 2017.

Núcleo de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais
ATA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Identificação do(a) mestrando(a)

Programa de Pós-Graduação	Mestrado em História e Estudos Culturais - MHEC	
Mestranda	Adriana Conceição dos Santos da Silva	Ano de Ingresso: 2013
Título da dissertação	<i>A inserção do autor Arthur Reis e sua obra A Amazônia e a cobiça internacional na imprensa carioca nos anos de 1960</i>	Nível: Mestrado
Orientador (a) Prof.(a) Dr.(a)	Alexandre Pacheco	

Indicação da Defesa de Dissertação de Mestrado

Dia: 30/03/2017	Hora: 09:00 horas
Local: Sala 103 – Bloco 2K	UNIR-Campus José Ribeiro Filho

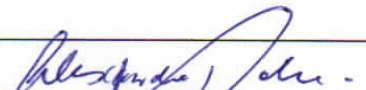
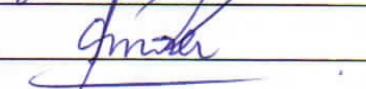
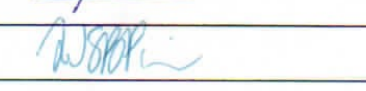

Composição da Comissão Julgadora

Comissão Julgadora		
Titulação	Nome Completo do (a) Docente	Nome (sigla) e Local de Instituição
Presidente: Prof. Dr.	Alexandre Pacheco	MHEC/UNIR
Examinador interno: Profa. Dra.	Lilian Maria Moser	MHEC/UNIR
Examinador Interno: Prof. Dr.	Élcio Aloísio Fragoso	MHEC/UNIR
Membro suplente: Profa. Dra.	Wilma Suely Batista Pereira	MHEC/UNIR

Abertura dos Trabalhos: às 09:00 horas, o presidente da banca apresentou à mestranda o título da respectiva **Dissertação de Mestrado** e os membros da Comissão Julgadora, dando a palavra inicialmente à mestranda, que teve trinta minutos, no máximo, para expor sua **Dissertação**. Em seguida, passou a palavra à Comissão Julgadora, cujos membros tiveram, no máximo, vinte minutos para as respectivas arguições, bem como à mestranda o direito de resposta, em, no máximo trinta minutos.

Parecer da Comissão Julgadora: tendo a mestranda respondido as questões em tempo hábil, após apresentarem considerações finais sobre a **Dissertação**, os membros da Comissão Julgadora emitiram parecer pela **APROVAÇÃO** da candidata.

Encerramento dos Trabalhos: às 11:00 horas, o presidente da banca, ouvindo os demais membros da Comissão Julgadora, lavrou esta Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado, que será encaminhada à Coordenação do *Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais*, para a devida homologação.

Comissão Julgadora		
Presidente: Prof. Dr.	Alexandre Pacheco	
Examinador interno: Profª Drª	Lilian Maria Moser	
Examinador Interno: Prof. Dr.	Élcio Aloísio Fragoso	
Membro suplente: Profª. Dra.	Wilma Suely Batista Pereira	

Dedico este trabalho especialmente às minhas filhas Marcele e Bianca

AGRADECIMENTOS

*Porque metade de mim é a lembrança do que fui,
A outra metade eu não sei...*

Oswaldo Montenegro

À Universidade Federal de Rondônia, lugar que me deu a oportunidade de ampliar meus conhecimentos, de me tornar hoje mestra.

Ao mestrado em História e Estudos Culturais por ter me oportunizado realizar minha pesquisa, para a qual foram de suma importância as disciplinas ministradas pelos professores da pós-graduação, que serviram para expandir meus conceitos sobre meu trabalho, logo agradeço a todos os professores do curso.

Ao meu orientador Prof^o Dr^o Alexandre Pacheco que me acompanha nessa caminhada acadêmica desde a graduação, devo-lhe toda honra. Ainda agradeço a ele pela paciência e consideração diante dos vários transtornos pelos quais passei no transcorrer desse curso, por ser compreensivo e tolerante comigo, diante de uma pesquisa acadêmica que necessita de concentração, estudo, e principalmente tempo exclusivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por proporcionar esta pesquisa.

Aos grupos de pesquisa Centro de Hermenêutica do Presente e Centro de Estudos do Imaginário que pude participar e que contribuíram para enriquecer meus conhecimentos e me possibilitaram estudar outras metodologias durante a graduação.

A todos os professores do Departamento de História, em especial ao Prof^o Dr^o Edinaldo Bezerra e a Prof^a Dr^a Lilian Moser que sempre estiveram presentes a qualquer dificuldade que necessitei.

Agradeço a minha família pela paciência e compreensão, pois sempre me ajudaram e não me deixaram desistir, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos amigos que estiram sempre comigo, em especial minha amiga Lauri Miranda e Gentileza que sempre me deram força e incentivos.

RESUMO

O objetivo do nosso trabalho é fazer uma análise sobre a inserção da função autor em Arthur Reis a partir da publicação da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca nos anos de 1960, focando os contextos que foram relevantes para a Amazônia nesse período tais: nacionalismo, desenvolvimentismo e a integração. Dessa forma, analisaremos a construção do autor Arthur Reis diante de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* como resultado de uma discursividade hegemônica na imprensa carioca nos anos de 1960, assim, demonstraremos a relativização da função autor em Arthur Reis a partir de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca e as relações desse autor com o poder na década de 1960. Esta pesquisa é de característica documental. Neste sentido, consultamos artigos, entrevistas, relatórios, anúncios, reportagens, notas, presentes em jornais disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, pois consideramos serem estes documentos históricos representativos de uma imprensa que buscou dialogar sobre os temas propostos dentre o diâmetro dos eixos teóricos que se submetem a discutir neste trabalho, sobre o (sub) desenvolvimento da Amazônia, perda da Amazônia, integração da Amazônia entre outros que transcorreram na década 1960, buscando entender a partir do olhar de críticos, jornalistas e intelectuais que se fizeram presentes no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Diário de Notícias*, *a Cruz*, *Última Hora*, *Diário Carioca* e outros que permitiram que a Amazônia estivesse presente na imprensa do Rio de Janeiro.

Palavras - Chave: Amazônia. Arthur Reis. Cobiça Internacional. Imprensa. Integração.

ABSTRACT

The objective of our work is to make an analysis on the insertion of the author function in Arthur Reis from the publication of the work *The Amazon and the International Greed* in the Rio de Janeiro press in the 1960s, focusing on the contexts that were relevant to the Amazon in this period such: Nationalism, developmentalism and integration. Thus, we will analyze the construction of the author Arthur Reis in front of his work *The Amazon and the International Greed* as a result of a hegemonic discursivity in the Rio press in the years of 1960, thus, we will demonstrate the relativization of the author function in Arthur Reis *from The Amazon And International Greed* in the Rio press and his relations with power in the 1960s. This research is documentary. In this sense, we consult articles, interviews, reports, announcements, reports, notes, present in newspapers available in the Library of the Digital National Library, as we consider these historical documents representative of a press that sought to dialogue on the proposed topics within the theoretical axes Which are submitted to discuss in this work, on the (sub) development of the Amazon, loss of the Amazon, integration of the Amazon among others that took place in the 1960s, seeking to understand from the perspective of critics, journalists and intellectuals who were present in the Journal Brazil, Correio da Manhã, A Noite, Diário de Notícias, Cruz, Última Hora, Diário Carioca and allowed that made Amazonia present in the Rio de Janeiro press.

Keywords: Amazon. Arthur Reis. Greed International. Press. Integration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR REIS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA OBRA <i>A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL</i> NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960	22
1.1 ARTHUR REIS E O PROBLEMA DA CONSCIENTIZAÇÃO, DA COBIÇA, DO NACIONALISMO E DO DESENVOLVIMENTISMO NA RECEPÇÃO DE <i>A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL</i> NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960	22
1.1.1 O autor da conscientização sobre as fragilidades amazônicas na imprensa carioca nos anos de 1960	23
1.1.2 Arthur Reis, <i>A Amazônia e a Cobiça Internacional</i> : o sentimento da possibilidade de perda da Amazônia na imprensa	24
1.1.3 Arthur Reis e <i>A Amazônia e a Cobiça Internacional</i> : o problema da superação do subdesenvolvimento da Amazônia através de soluções nacionalistas desenvolvimentistas diante da recepção a imprensa carioca	30
1.2 ARTHUR REIS E O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA NA IMPRENSA NOS ANOS DE 1960	36
CAPÍTULO 2- A CONSTRUÇÃO DO AUTOR ARTHUR REIS DIANTE DE SUA OBRA COMO RESULTADO DE UMA DISCURSIVIDADE HEGEMÔNICA NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960	48
2.1 A CRÍTICA DE RODAPÉ X CRÍTICA UNIVERSITÁRIA X CRÍTICA DOS JORNALISTAS	48

2.2 A PRESENÇA DA CRÍTICA DE RODAPÉ E DOS CRÍTICOS-JORNALISTAS NA IMPRENSA CARIOCA DE 1960	50
2.2.1 A construção do autor Arthur Reis diante de suas relações com o homem político Arthur Reis a partir de uma discursividade hegemônica na imprensa carioca nos anos de 1960	53

CAPÍTULO 3 – A RELATIVIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR REIS A PARTIR DE AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL NA IMPRENSA CARIOCA A APARTIR DAS RELAÇÕES DESSE AUTOR COM O PODER NA DÉCADA DE 1960

60

3.1 A IMPRENSA CARIOCA E O HOMEM DE LETRAS ARTHUR REIS	60
3.2 OS INTELLECTUAIS E O NACIONALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E O PODER NA DÉCADA DE 1960	61
3.3 AS REPRESENTAÇÕES DO EPISÓDIO DA CRISE DO GOVERNADOR DO AMAZONAS ARTHUR REIS NA IMPRENSA CARIOCA	71
3.3.1- As perspectivas de instabilidade da construção do autor Arthur Reis pela discursividade hegemônica ligada a sua obra na imprensa do Rio de Janeiro	71
3.4 A RELATIVIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR REIS NA IMPRENSA CARIOCA	87

CONSIDERAÇÕES	90
----------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	93
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* publicada pelo historiador Arthur César Ferreira dos Reis¹, na década de 1960, nos faz perceber através da imprensa do Rio de Janeiro que este autor expressa preocupações acerca dos problemas que afetam a Amazônia em relação ao subdesenvolvimento, como também, com a forma que o Estado brasileiro fará para manter o imenso território amazônico afastado da cobiça estrangeira nos anos de 1960.

A obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* foi publicada em cinco edições entre os anos de 1960 e 1982, nela o autor Arthur Reis retrata as várias ocupações que o grande vale fora alvo de interesse internacional, isso devido a região possuir fauna, flora, águas, floresta e minerais inigualáveis a outro lugar no mundo. O livro apresenta uma estrutura de 18 capítulos que demonstram a região do período colonial até o final do século XX, em que o autor passa a retratar os vários momentos em que a região foi objeto de cobiça internacional. Em suas primeiras páginas, o autor demonstra em “O mundo tropical e empório de matérias primas” a grandiosidade da região, quão extenso é o território, sua bacia hidrográfica, sua floresta, fauna e sua importância econômica e afirma que a conquista do território se deu a partir do extrativismo vegetal. Ao longo do livro, percebemos os interesses de diversas nações estrangeiras (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, dentre outros), pela riqueza amazônica, o que fez com que essas nações adentrassem o território brasileiro e buscassem explorar seus recursos naturais.

A função exercida por Arthur Reis e sua obra na imprensa carioca na década de 1960, foi de promover uma mobilização de consciência em torno do grave problema do subdesenvolvimento da Amazônia e alertar o Estado brasileiro sobre qualquer interesse estrangeiro na região. Logo, a presença constante de Arthur Reis no noticiário carioca possibilitou uma mobilização por parte do autor a buscar através de sua obra expor para toda nação o potencial econômico e natural existente na região e, assim, mostrar a necessidade de

¹Nascido em Manaus, em 8 de janeiro de 1906, tornou-se um dos mais fecundos historiadores da Amazônia. Em sua extensa bibliografia, abordou os mais variados temas, desde a “descoberta” pelos portugueses daqueles vastos sertões, os interesses econômicos que conduziram o processo de ocupação e colonização do imenso território, até a geopolítica focalizada nas disputas entre Portugal e Espanha em torno das fronteiras e a “conquista espiritual da Amazônia”. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/arthur-cezar-ferreira-reis-1906-1993>

integrar a região ao restante do país. Diante disso, é possível questionar como o autor ao longo de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, construiu, a partir de seu nacionalismo, a representação dos portugueses, dos luso-brasileiros e dos próprios brasileiros sobre o processo de defesa da Amazônia, como “projeção” da Amazônia cobiçada e desprotegida nos anos de 1960. Sendo assim, a imprensa do Rio de Janeiro noticiou por meio de artigos, relatórios, reportagens, anúncios e notas através de jornais impressos, uma projeção dessa representação tida pelo autor e pela sua obra de Arthur Reis.

Destarte, a intenção do autor Arthur Reis é de conceber uma narrativa convincente para os contemporâneos que porventura anseiem se engajar na defesa da Amazônia, assim, almeja construir uma consciência unitária sobre a diversidade dos fatos ligados à defesa dessa região. Assim, nossa intenção é demonstrar essa e outras representações que estão imbuídas do problema do subdesenvolvimento da Amazônia.

E é neste sentido que se torna relevante analisar a história da cobiça e defesa da Amazônia entre os séculos XVI a XX na obra de Arthur Reis por meio da imprensa do Rio de Janeiro.

Deste modo, o objetivo do nosso trabalho é fazer uma análise sobre a inserção do Arthur Reis e sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca nos anos de 1960, focando os contextos que foram relevantes para a Amazônia nesse período, isto é, nacionalismo, desenvolvimentismo e a integração.

Assim, procuraremos analisar a construção da função autor em Arthur Reis a partir da publicação da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Para demonstrar sua construção como autor diante de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* como resultado de uma discursividade hegemônica na imprensa carioca nos anos de 1960. Analisaremos a relativização da representação da função autor Arthur Reis a partir de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca a partir das relações desse autor com o poder na década de 1960.

Esta pesquisa é de característica documental. Consultamos artigos, entrevistas, relatórios, anúncios, reportagens, notas, presentes em jornais disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital², pois consideramos serem estes documentos históricos

² Criada a Biblioteca Nacional Digital – BNDigital, um sistema aberto, interconectado, e ao mesmo tempo voltado à preservação da memória documental brasileira. Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital integra coleções que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. A partir de 2008, a entrada da Biblioteca Nacional no mundo digital recebeu aporte financeiro do Ministério da Cultura (MinC), mediante a inclusão no Programa Livro Aberto, da ação orçamentária “Biblioteca Nacional Digital”. Esta ação tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional através de sua

representativos de uma imprensa que buscou dialogar sobre os temas propostos nos diâmetros dos eixos teóricos que se submetem a discutir neste trabalho, sobre o (sub) desenvolvimento da Amazônia, perda da Amazônia, integração da Amazônia entre outros que transcorreram na década 1960, buscando entender a partir do olhar de críticos, jornalistas e intelectuais que se fizeram presentes no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Diário de Notícias*, *a Cruz*, *Última Hora*, *Diário Carioca*, e outros que perpetraram para que a Amazônia fosse vista pela imprensa do Rio de Janeiro.

Como objeto de estudo de nossas análises, os artigos, as entrevistas, os relatórios, os anúncios e as reportagens dos jornais, que pesquisamos, nos mostraram os caminhos a percorrer pela historiografia brasileira. E é a partir de então, que procuramos nos direcionar às fontes de pesquisa encontradas na internet, mas precisamente no emprego desses dados como objeto de pesquisa, sobressaindo, assim, o ofício do historiador pela escrita da história, para que pudéssemos confirmar nossas reflexões, conforme o método e as técnicas de trabalho propostos. Conforme Daumard (1978) nos expõe:

É impossível estabelecer uma lista exaustiva desses testemunhos, que cobrem, de fato, tudo que não se integra nas séries procedentes: a imprensa e as publicações circunstanciais, as obras impressas, literárias ou eruditas, os discursos e deliberações, os textos, os relatórios e as instruções provenientes de autoridades públicas e privadas, religiosas e leigas. A lista sempre pode ser alargada e não se encerrará jamais (DAUMARD, 1978, p. 14).

Entre as fontes de pesquisas existentes está a internet, com inúmeras possibilidades de uso que demanda novas competências ao historiador, pois Samara e Tupy (2007, p. 129) evidenciam que “[...] elas vêm modificando radicalmente a forma de reprodução, de leitura e de questionamentos do documento. [...]”. Através dessa ferramenta de trabalho há a possibilidade de captação direta de um documento histórico em um banco de dados que:

[...] previamente, bem definidos pelo pesquisador, possibilitam a construção de séries homogêneas de dado, exaurindo todas as informações contidas nos mais diversos tipos de fontes e possibilitando cruzamento de variáveis cada vez mais ricas graças à interconexão de suas bases (SAMARA E TUPY, 2007, p. 130-131).

O acesso à informação à distância pode auxiliar o trabalho de pesquisa, tanto individual como coletiva na divulgação de bancos de dados de instituições e ou centro de pesquisa como a que estamos trabalhando. Assim, os arquivos históricos confirmam “[...] as transformações que a informática vem implantando nas instituições de memória apontam para um futuro diferente nas pesquisas em arquivos. Isso se refere, sobretudo, às novas formas de armazenamento do material dos acervos.” (FIGUEIREDO, 1997, p. 326).

Durante nossas pesquisas, observamos que sempre que a maioria dos jornais cariocas, ao direcionarem seus diálogos à região Norte do Brasil, durante a década de 1960, o nome do autor e historiador Arthur Reis se fazia presente, como também a sua obra *A Amazônia a e Cobiça Internacional*. Isto nos fez refletir sobre como a presença e a imagem de Arthur Reis foram importantes para essa região e como seu livro contribuiu para alertar o governo brasileiro diante da ameaça que a Amazônia passava perante à cobiça internacional.

Deste modo, a imprensa serviu de alavanca para demonstrar ao Estado brasileiro na década de 1960 a necessidade de integrar a região ao restante do país, visto que, a expansão do capitalismo passou a sustentar um desenvolvimento nucleado no centro-sul do país. Dessa forma, a imprensa contribuiu para transpor ao trópico amazônico o olhar de uma nação e de um Estado para a região que se encontrava esquecida.

Do ponto de vista de Luca (2008, p. 118) “[...] ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica [...]”. A escolha pelo jornal como objeto de estudo é devido à imprensa servir como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, bem como não podemos olhar para a imprensa e dizer que ela é um meio de informação neutro e imparcial. Neste caso, a partir de 1960 a imprensa será utilizada como meio de intervenção e manipulação da sociedade civil, dessa maneiras, as renovações nas pesquisas históricas política do Brasil caberá a imprensa divulgar e manipular o jogo de poder. Mas, não se pode deixar de lado o fantasma da censura, pois a imprensa em vários momentos foi “[...] silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento [...]”. (LUCA, 2008, p. 129). Dessa forma, o papel exercido pelos jornais em vigência nos regimes autoritários, seja no Estado Novo e/ou na ditadura militar, ao se posicionarem a favor ou contra a difusão da propaganda política, “[...] tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político [...]” (LUCA, 2008, p. 129). Conforme, explica Luca ainda:

“[...] O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa [...]” (LUCA, 2008, p. 140).

Por isso, deve-se estar atento aos exemplares que pouco possam colaborar ativamente ao trabalho do historiador como sua fonte. Os periódicos podem também selecionar e limitar o acesso aos jornais e as revistas impressas em suas hemerotecas, de forma que partirá do pesquisador a decisão de eleger temas e assuntos dignos de se chegar ao público. E fará isso, a partir da ferramenta mais importante que ele tem: a análise do discurso em que problematizará os acontecimentos e as questões relevantes aos seus interesses de pesquisa, pois este ofício cabe ao historiador por poder utilizar essa ferramenta e não permitir exclusividade desse serviço à imprensa. Pois se sabe que o jornalista vive a mercê da imprensa, não tem autonomia absoluta para falar à sua própria consciência, sempre serão subordinadas as limitações que regem o veículo de comunicação. Porém, o jornalista sabe que é de seu exclusivo ofício escrever as resenhas literárias que vão circular nos arredores de todo o país, através dos jornais e das revistas, disseminando assim a função do seu papel literário e social.

Considerando que na atualidade o ofício do historiador está cercado pelo mundo digital, o encontro com as fontes originais digitalizadas podem colaborar e promover o trabalho do pesquisador, à medida que este documento se torna um monumento, pois, segundo a compreensão de Le Goff:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Em seu livro *Apologia da História*, Bloch (2001, p. 19) relata que o fato histórico é o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos em problema. Assim, a função do historiador é a de verificar que “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele.” (BLOCH, 2001, p. 79).

Desta forma, para desenvolvermos esta pesquisa usamos uma abordagem teórica baseada em autores como Roger Chartier (1991), Flora Süssekind (2003), Daniel Pécault (1990), Nelson Werneck (1993), Fernando Henrique Cardoso; Geraldo Muller (2008), Sérgio Micelli (1979), Jacques Leenhardt (1997), dentre outros, para apreendermos as práticas e as apresentações contidas nos discursos da crítica que realizou a construção do autor Arthur Reis e de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*.

Nessa perspectiva, partiremos da análise sobre representação do autor Chartier (1991) em seu artigo *O mundo como representação*, em que utilizaremos como fundamento teórico para tratarmos sobre as práticas e as representações internalizadas na escrita de jornalistas e críticos literários na imprensa do Rio de Janeiro em relação à região Amazônica, sobretudo, a partir do entendimento do destaque dado por esse autor de que:

a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é (CHARTIER, 1991, p. 184).

Utilizaremos também outra obra de Chartier, *O que é o autor? Revisão de uma genealogia* esta obra nos ajudará a analisar a função autor existente em Arthur Reis ao ser inserido no contexto nacional por seus discursos em defesa da Amazônia. Portanto, Chartier (2012, p.55), realiza uma revisão da análise de Foucault através da crítica textual e da História Cultural, sobre a “função autor”, visto que Chartier defende que “os livros não só funcionavam como provas incriminatórias dos autores, mas a prospecção de todas as obras que esses mesmos autores condenados poderiam escrever e/ou publicar também servia como mecanismo de condenação”, ao contrário do que Foucault expõe em seu seminário, em que considera a “função autor” característico do modo de existência de determinados discursos no interior de uma sociologia. No entanto, para Chartier (2012, p. 55), “a construção do autor é indissociável da materialidade e não é função exclusiva dos discursos conforme propunha Foucault”.

Leenhardt (1997) em sua obra *A teoria da comunicação e Teoria da recepção*, nos propõe fazer uma análise sobre a sociedade e as várias mudanças que ocorreram a ela, principalmente, quando o autor nos reporta que a teoria social tomou uma discussão renovadora sobre o lugar da comunicação no social, quando observou que “o social” havia desaparecido em meio aos efeitos erosivos de uma comunicação múltipla, ao ponto de não poder reconhecer seu próprio objeto real determinável. Então, ele define que:

É dentro desse contexto de odores cadavéricos que se coloca a questão da prática literária, até então pouco honrada pelos sociólogos, pois aparentemente muito minoritária ou elitista. Portanto, ao mesmo tempo que nós nos interrogamos sobre a decomposição desse social, poderia ser de alguns interesse visitar a prática da literatura, a qual, por individual que ele seja, ativa, à sua maneira, aquilo que constitui o âmago de toda concepção de vida em sociedade: o sistema de relações sociais (LEENHARDT, 1997, p. 7).

Diante disso Leenhardt nos mostra, que os estudos sobre a teoria da leitura como atividade simbólica, nos permite elaborar um plano para o terreno da comunicação social, pois segundo o autor este caráter deveria interessar tanto mais ao sociólogo da comunicação pelo fato da estrutura do que se trata, desde modo, a ficção romanesca, se encontra em outra discussão essencial, que seria a relação da pessoa com o social. E afirma que:

A construção de imagens no ato da leitura pode servir como um modelo de atividade construtiva de vínculo social; se no ato de ler chegássemos a compreender seus mecanismos na sua produtividade imaginante estes dariam no mínimo uma metáfora do que é a construção do social na atividade cotidiana (LEENHARDT, 1997, p.13).

Arthur Reis, ao expor sua obra, traz aspectos de uma realidade dentro de um contexto histórico e literário, no qual cabe a nós definir essas características, sendo assim, recorreremos ao texto de Pesavento (1999, p.820-21) em que aborda, em *Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura*, que “a tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente”. Dessa forma, vemos que Arthur Reis realizou essa tarefa ao escrever seu livro, assim conforme Pesavento:

[...] os níveis de aproximação com o real, que marcam compromisso de maior atrelamento às evidências da época, vindas até nós pelos seus traços e marcas (caso da história), ou que então deixam margem a um maior vôo da imaginação criadora (caso da literatura) (PESAVENTO, 1999, p. 830).

Portanto, a proposta de Pesavento “é pôr em diálogo discursos de natureza diversa, mas que guardam entre si aproximações, a tentar dizer que as fronteiras em parte se diluem quando entrecruzamos história e literatura” (PESAVENTO, 1999, p. 830).

Sob o mesmo ponto de vista, utilizaremos o texto *A narrativa heróico nacionalismo de Arthur Cezar Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses, luso-brasileiros e brasileiros (década de 1960)* em que Pacheco relata Arthur Reis enquanto figura importante e atuante na imprensa e na política. Neste caso, o autor tinha a intenção de expressar suas preocupações que envolvia o subdesenvolvimento da Amazônia em relação ao

restante do país e as consequências que esse subdesenvolvimento poderia acarretar no tocante à sustentação da soberania do Estado brasileiro sobre o território Amazônico.

Assim, vemos que as preocupações de Arthur Reis personagem político e crítico presente na imprensa carioca serão de suma importância para por certas causas e exigências em relação ao subdesenvolvimento da Amazônia aos olhos do Estado, demonstrando às regiões desenvolvidas do nosso país as verdadeiras necessidades de integrar a região Amazônica e evidenciar como esse território sempre foi alvo de cobiça das nações estrangeiras.

Partindo da leitura dos intelectuais, jornalistas e críticos em relação as suas representações nos artigos de jornais, como *Jornal do Brasil*, *Jornal Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, apresentamos a autora Sussekind em seu livro “*Papéis Colados*”(2003),

em que faz uma abordagem sobre um dos mais importantes personagens da consciência crítica que é o jornalista, pois este exerce, segundo a autora, a função de, além de ser agente cultural político e social, fomenta opiniões e difundi mensagens à população brasileira. É a partir da década de 1960 que esse discurso passa a ser direcionado às instituições que ganham uma maior representatividade entre a camada social passando a ser a máscara da indústria da consciência, como explica Sussekind:

[...] a conquista de autoridade intelectual, depois do desenvolvimento da indústria cultural na escala em que se deu no Brasil desde os anos 1960 em especial, não é mais entre dois intelectuais, como no confronto Afrânio Coutinho-Álvaro Lins. É entre ‘instituições’, entre formas de produção e reprodução de dados. Entre imprensa e universidade, no caso. Entre duas das máscaras da indústria da consciência, portanto (SUSSEKIND, 2003, p. 35-36).

De acordo com

Pécault em *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*

(1990), percebemos que o autor procurou definir este o intelectual como um ator fundamental na estrutura social brasileira, a partir do momento que muitos intelectuais supondo-se detentores de um saber se propunham a solucionar os problemas mais graves da sociedade. Dessa forma, segundo Pécault, o intelectual traçou para si mesmo uma imagem privilegiada em que:

[...] já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares.

Conservam, no entanto, um papel político insubstituível: de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo ‘projeto’ (PÉCAULT, 1990, p. 15).

Assim, Pécault procurou delimitar a posição social dos intelectuais, desmitificando o lugar que os intelectuais ocupavam na sociedade brasileira de “cidadãos acima de qualquer suspeita”, observando o posicionamento nas lutas políticas e sociais e como suas representações entre o campo intelectual e a esfera política estão entrelaçados.

De tal modo, veremos na imprensa do Rio de Janeiro como jornalistas e críticos escreveram artigos favoráveis à atuação do Estado brasileiro na Amazônia e em que ponto tais relações ajudam a explicar a legitimação ou não das políticas do Estado para a integração ou não daquela região ao restante do país.

Dessa forma, trabalharemos com Sodré em sua obra *História da Imprensa no Brasil* (1994), em que ele analisa a trajetória da imprensa brasileira e explica como a história da imprensa está ligada diretamente a história da sociedade capitalista, pois de acordo com Sodré:

O controle dos meios de difusão de idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa. Mas há, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando a este numa ligação dialética e não simplesmente mecânica (SODRÉ, 1999, p. 1).

Para complementar essa escrita, acrescentamos a leitura de Ana Paula Goulart (2003) em que aborda sobre o *Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, buscando observar como a imprensa brasileira, sobretudo, carioca implantou um modelo norte americano no jornalismo nacional, de modo que esse modelo acarretou a modernização das empresas e dos textos, e também a profissionalização dos jornalistas. No caso do jornalismo carioca, a autora explica que “a busca por um certo distanciamento em relação à literatura e à política passou pela incorporação de uma série de práticas discursivas advindas sobretudo do jornalismo norte-americano” (GOULART, 2003, p.148).

Passando a uma análise direcionada à visão do desenvolvimento da Amazônia (2008), em *Amazônia a expansão do capitalismo*, nos ajudará a perceber como foram internalizadas no mundo literário as representações de uma Amazônia que passa a ficar a mercê do capitalismo na medida em que o espaço amazônico se integra ao desenvolvimento nacional e o autoritarismo do Estado como ponto de partida para o desenvolvimento. Para estes autores:

A penetração geográfica na Amazônia e a história da região devem ser vistas, portanto em relação com o processo de expansão do capitalismo, em função da forma, ritmo e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras. Como, entretanto, o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume. Para sua análise são relevantes tanto o pioneirismo típico da Amazônia – a rudeza – da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens – como o contexto político em que ocorre a ocupação da área (CARDOSO; MULLER, 2008, p. 1).

Contribuindo a esse discurso (1979), em *Ditadura e agricultura: Desenvolvimento e capitalismo na Amazônia*, mostram como inaugurou-se uma época de desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e na agricultura, na cidade e no campo.

Assim também, com a obra *1964 A conquista do Estado* (1981) em que o autor analisa o golpe de 1964, observando a instalação e o regime militar no Brasil em que identifica as forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de industrialização e internacionalização da economia.

Diante desta metodologia e deste arcabouço teórico desenvolveremos os seguintes capítulos: no primeiro apresentaremos as análises dos artigos de jornais que discorrem sobre a construção da função autor em Arthur Reis a partir da publicação da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca nos anos de 1960, em que buscamos revelar através do autor o problema da conscientização, da cobiça, do nacionalismo e do desenvolvimentismo na recepção de sua obra, e como o sentimento da possibilidade de perda da Amazônia repercutiu na imprensa na década de 1960 que possibilitou a Arthur Reis, através de sua obra, mostrar ao país a necessidade de integração da Amazônia.

No segundo capítulo, demonstraremos como a construção do autor Arthur Reis diante de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* surtiu de uma discursividade hegemônica na imprensa carioca nos anos de 1960. Assim, para entendermos as representações presentes na imprensa que construíram a imagem de Arthur Reis nos anos de 1960, analisamos a formação da crítica brasileira moderna a partir de 1920, percebendo como se estabeleceram as relações de críticos, jornalistas, intelectuais, nesse período no campo intelectual e como os

jornais buscaram encontrar na política um meio de se estabelecer no mercado, incorporando a imprensa na esfera da indústria cultural. Mostraremos ainda a partir da construção do autor Arthur Reis diante de suas relações como homem político e como seu discurso hegemônico sobre a Amazônia conseguiu prestígio na imprensa carioca. Procuramos também observar como o autor abordou e conduziu na imprensa seus interesses para o processo de integração da Amazônia, respaldado de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, enfatizando a função de historiador, político e intelectual ao assumir suas convicções através de sua obra.

No terceiro capítulo, veremos a relativização da representação da função autor em Arthur Reis a partir de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca a partir das relações desse autor com o poder na década de 1960. Deste modo, analisaremos como o sujeito empírico englobou outros aspectos, sobretudo, como homem político, ao estar à frente do poder do Estado do Amazonas e quais ações, pensamentos, contradições, contraposições teve que tomar quando se tornou governador do Amazonas em 1964.

Neste sentido, este trabalho analisa, na esfera intelectual e política, os discursos de críticos, intelectuais, como também as posições do Estado brasileiro em relação ao subdesenvolvimento da Amazônia, procurando demonstrar as representações e os posicionamentos relevantes frente o nacionalismo e ao desenvolvimentismo que surgiram neste período e que foram importantes para integração da Amazônia ao contexto nacional, sobretudo, aos grandes centros desenvolvidos do país na década de 60 como: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Vemos assim, que a relação dos jornais em que jornalistas e críticos escreveram a favor e por vezes contra o Estado brasileiro se tornaram pontos relevantes para se explicar a legitimação ou não das políticas do Estado brasileiro para a integração ou não da Amazônia ao restante do país. Assim sendo, examinaremos os posicionamentos desses intelectuais a partir dos artigos, entrevistas, relatórios, anúncios, reportagens, nota, presentes nos jornais cariocas sobre esses interesses para a Amazônia.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR REIS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA OBRA *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

1.1 ARTHUR REIS E O PROBLEMA DA CONSCIENTIZAÇÃO, DA COBIÇA, NACIONALISMO E DO DESENVOLVIMENTISMO NA RECEPÇÃO DE *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Arthur Reis, como autor, a partir do lançamento de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, teve seu reconhecimento como um nacionalista autêntico, sobretudo, devido ao fato de ter sido capaz de despertar na imprensa uma discussão efetiva por parte de jornalistas, críticos e políticos sobre a problemática do subdesenvolvimento da Amazônia e da possibilidade de perda daquela região, nos anos de 1960.

Neste sentido, o autor ao descrever nessa obra todos os povos que conquistaram momentaneamente a Amazônia ou possuíram intenção em dominá-la, desde o Brasil colonial até os anos de 1960, fez com que fosse despertado nos seus leitores, nos anos de 1960, um sentimento de que realmente a região pudesse ser subtraída do Brasil.

A partir disso, o autor de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* suscitou na imprensa discussões sobre a necessidade de se despertar um nacionalismo voltado à conscientização das fragilidades, do subdesenvolvimento que tornava a região alvo de interesses estrangeiros imperialistas de dominação. Conscientização então, que despertou também a necessidade, através dessa obra, da discussão de como deveria ser superado o subdesenvolvimento da região ao longo da década de 1960.

Tais inscrições históricas sobre a obra se relacionaram por parte da imprensa carioca aos anseios de jornalistas, intelectuais, políticos e críticos em verem a região, nos anos de 1960, efetivamente integrada ao restante do país, de forma que por extensão Arthur Reis passou a ser visto como uma autoridade sobre essa problemática.

Inscrições históricas, por outro lado, que não poderiam deixar de ter contado com certos efeitos retóricos propositalmente produzidos pelo autor para essa obra, como veremos mais à frente, a partir de uma pesquisa documental sobre o problema da cobiça da Amazônia desde o Brasil colonial.

E neste sentido um primeiro diálogo com Roger Chartier (2012, p. 27) pareceu-nos profícuo a partir de sua obra *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*, já que nos fez perceber como o entendimento da construção do autor Arthur Reis englobaria a circulação e o funcionamento que o discurso do autor amazonense havia impresso junto à imprensa, desde o início da década de 1960.

Vejamos, na próxima seção, como transcorreu esse discurso.

1.1.1 O autor da conscientização sobre as fragilidades amazônicas na imprensa carioca nos anos de 1960

No momento em que a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de Arthur Reis foi lançada pela Companhia Editora Nacional em 1960, vemos que logo seu autor foi considerado na imprensa como um escritor que concebeu essa obra a partir de vasta documentação e minuciosa análise sobre a realidade amazônica com o objetivo de chamar à consciência dos brasileiros para aquela região cobiçada internacionalmente.

Como podemos notar em anúncio sem assinatura no *Diário de Notícias* de 16 de outubro de 1960:

‘A Amazônia e a cobiça Internacional’ é um trabalho eminentemente expositivo, com o apoio em vasta documentação. Não possui tom polêmico e seu grande objetivo é alertar o Brasil a cumprir o que lhe incumbe, isto é, lançar-se com afã e determinação ao estudo e à utilização dos recursos daquela área imensa e despovoada num mundo em que se agrava dia a dia o problema de áreas superpovoadas e famintas (A AMAZÔNIA...,1960, p. 3).

Ou ainda no *Correio da Manhã*, de 13 de dezembro de 1960, quando o escritor lança sua obra alertando a nação brasileira sobre os problemas da Amazônia e a necessidade de integração desse espaço ao restante do país:

Escritor e professor de brilhante nomeada, Arthur Cesar Ferreira Reis, estará hoje, dia 13, a partir das 17 horas, na Livraria São José, autografando para o público, amigos e admiradores, o seu novo livro – ‘A Amazônia e a cobiça Internacional’ – profundo e documentado estudo elaborado com o objetivo de despertar a consciência brasileira sobre o problema da Amazônia em face do interesse universal. (O PROFESSOR...,1960, p. 14).

Dessa forma, dada a repercussão do livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, na imprensa do Rio de Janeiro, seu autor foi citado em um artigo sem assinatura de 15 de novembro de 1963, que teve como objetivo descrever no Fórum realizado para se discutir a Amazônia e que se realizou entre os dias 25 a 30 de novembro de 1963.

Neste sentido, o texto dessa reportagem nos chamou a atenção para o fato de que o objetivo do Fórum, segundo o próprio Arthur Reis, que foi o principal organizador, seria o de realizar discussões para que se passasse de uma fase em que o país sempre discutiu a Amazônia a partir de uma postura literária, contemplativa, para uma postura mais realista acerca de seus problemas. E para isso o Fórum contaria com a participação de “[...] técnicos, parlamentares, homens de negócio, governantes, jornalistas, sociólogos, economistas, sanitaristas, geógrafos e historiadores para um debate em grande estilo” (FORUM..., 1963, p. 3). A reportagem também nos chama a atenção para a influência que Arthur Reis indiretamente possuía no sentido de alavancar discussões no Fórum para a superação do subdesenvolvimento da Amazônia nos anos de 1960, a partir da citação de algumas palavras do próprio autor sobre seu livro: “Em livro que publiquei – acentuou o Sr. Arthur Reis – *A Amazônia e a Cobiça Internacional* tentei despertar a consciência nacional” (FORUM..., 1963, p. 3).

Mas quais seriam as razões que estiveram por trás dessa visão de Arthur Reis sobre a necessidade de conscientização sobre a eminente perda da Amazônia a partir da recepção na imprensa carioca?

1.1.2 Arthur Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*: o sentimento da possibilidade de perda da Amazônia na imprensa

Desde o início dos anos de 1960, em artigos de diversos jornais cariocas, temos reiteradas discussões acerca do problema da perda da Amazônia e da necessidade da mobilização do nacionalismo brasileiro como forma de despertar uma reação a essa situação de fragilidade da grande região em relação ao restante do país.

Diante disso, no *Jornal do Brasil* em 5 de abril de 1960 temos o artigo que nos apresenta já em seu título um pedido de alerta, *Grito de Revolta*, escrito por Chermont de

Britto, que assim como Arthur Reis procura mostrar aos brasileiros o quanto a Amazônia se encontrava à mercê de países estrangeiros. Assim Britto retrata em seu artigo que o Estado brasileiro se encontra alheio as riquezas da Amazônia e como essa área do nosso país está refém de países que querem e podem explorar todo esse patrimônio, como podemos observar:

A Amazônia desperta, hoje, apaixonado interesse entre os grandes países do mundo. Todos eles olham com olhos gulosos para essa região formidável, que oferece todas as possibilidades de riqueza aos que souberem explorá-la com inteligência, energia e decisão. E todos se admiram e se revoltam de que o Brasil não a aproveite, não a povoe, nem deixe que outros povos mais ricos e mais fortes penetrem nela e tirem daí os benefícios imensos que poderia oferecer à humanidade (BRITTO, 1960, p. 3).

Entendemos que a cobiça anunciada por parte das nações estrangeiras permite também que cientistas possam realizar seus estudos sobre a região, de forma tanto intelectual quanto política, pois a aproximação dessas nações à Amazônia nos faz perceber o quanto o progresso e a integração ainda estão longe de serem adequadas às condições do grande vale. Segue-se artigo:

Ainda agora, o famoso Professor Edward C. Hibe, mestre eminente na Graduate School of Geography, Clark University, dos Estados Unidos, num esplêndido ensaio sobre as condições de vida e progresso no grande vale, conclui afirmando que a Amazônia brasileira não tem ainda a sua economia integrada na economia do Brasil. A censura amarga não envolve, apenas, o nosso País. O Peru, infelizmente, incorre no mesmo erro lamentável, escreve ele. É verdade que o Peru tem uma estrada terrestre ligando um tributário navegável do Amazonas com o centro econômico do país, mas o grosso do comércio entre Iquitos e Lima ainda passa através do Canal do Panamá, e a maioria dos produtos comerciais do Oriente são exportados para países estrangeiros (BRITTO, 1960, p. 3).

Diante dessa observação, Britto se mostra de acordo com as hipóteses do Professor Edward C. Hibe ao apontar qual seria a solução para o abandono da Amazônia e para o mundo ocidental em plena década de 60, como podemos notar:

[...] solenemente, sugere a solução providencial, que atenderia a todas as necessidades da Amazônia e viria ao encontro das dificuldades enormes com que luta o mundo ocidental para colocação de grandes massas humanas e a criação de novas zonas de alimentação, 'Um regime independente, diz o sociólogo americano, com certeza traria o bem-estar à região como sua primeira responsabilidade e não seria embaraçado por barreiras artificiais de fronteiras nem reduzida ao que é, em efeito, uma simples categoria colonial' (BRITTO, 1960, p. 3).

E Brito conclui, “A crítica do mestre da Clark University é procedente” (BRITTO, 1960, p. 3) e completa:

Nós, e batamos com humildade no peito, ainda não ocupamos a Amazônia, e que é mais doloroso confessar, longe de ampará-la, protegê-la, integrá-la na economia brasileira, tudo fazemos para prejudicá-la e arrancar-lhe as últimas possibilidades de soerguimento (BRITTO, 1960, p. 3).

O grito de revolta de Britto está diante do descaso e abandono da Amazônia por parte da população brasileira e do Estado que não toma pra si esse espaço que se torna a cada dia objeto de cobiça de muitos países estrangeiros.³

Reações tidas por críticos como Britto à cobiça internacional da Amazônia, fora feito também, por Arthur Reis sua obra em três edições sucessivas, devido ao sucesso nos anos de 1960, 1965, 1968⁴, esse autor passou a ser considerado referência às discussões na imprensa carioca que trataram do problema da cobiça da Amazônia e da necessidade de mobilização do Estado nacional para resolução das fragilidades daquela região.

Lincoln Brum, em *Amazônia é cobiça de todos* publicado Jornal *Correio da Manhã*, de 1968 - revela partes do relatório elaborado pelo Ministério do Interior sobre a Amazônia, cuja importância despertou interesse estrangeiro pelo hemisfério americano, que foi desde a possibilidade da compra de terras em pontos estratégicos e ricos em minerais à instalação de missões religiosas católicas e/ou protestantes com objetivos de catequização na região. Neste relatório, percebemos que há um alerta em relação a esses fatos, conforme destaca Brum:

‘Para que não percamos a Amazônia, que corresponde a mais da metade do território nacional’, diz o Ministério do Interior em seu relatório, ‘devem ser adotadas uma série de medidas para o desenvolvimento da região e o controle das fronteiras, única forma de se evitar a ocupação estrangeira, a anexação às Guianas, Venezuela e Colômbia, ou um movimento separatista’ (BRUM, 1968, p. 12).

³ E Reis mostra em seu livro como a Amazônia se torna refém de país que buscam explorá-la, por conta desse desinteresse pelo grande vale: “Queixosa, a região, de que o governo central não lhe dava atenção devida, ignorando-a, depreciando-a, relegando-a a uma subalternidade incrível, nela começara a elaborar-se um estado de consciência prejudicial à sua manutenção como parte da nacionalidade, consciência prejudicial que o elemento estrangeiro explorava bem, [...]” (REIS, 1972, p. 137).

⁴A primeira publicação da obra *A Amazônia e a cobiça internacional* foi realizada no ano de 1960 pela Companhia Editora Nacional. As publicações seguintes foram: segunda edição: Editora Edinova, 1965; terceira edição: Editora Record, 1968; quarta edição: Companhia Editora Americana, 1972; quinta edição: Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA, 1982.

A partir disso, Brum em seu discurso apresenta a obra de Arthur Reis *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, que serve de apoio documental e advertência para as autoridades brasileiras com a qual se demonstra o interesse de países desenvolvidos pela Amazônia no correr dos tempos. Segundo Brum, o relatório lembra que:

[...] não podemos ignorar as ameaças que a soberania brasileira tem sofrido quanto à ‘Amazônia’. O professor Arthur Cezar Ferreira Reis, em seu livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, apresenta uma enorme documentação, com a qual demonstra o interesse de países fortes pela Amazônia no correr dos tempos (BRUM, 1968, p. 12).

Percebemos, entretanto, que essa recorrência à obra de Arthur Reis como uma referência em relação aos problemas amazônicos relativos à sua cobiça, a partir da circulação dela diante de jornalistas e críticos, se constituiu como reações ao funcionamento do discurso do autor que procurou ao longo de *A Amazônia e a Cobiça Internacional*⁵ criar uma atmosfera de suspense e suspeição em relação aos interesses das potências estrangeiras diante da cobiça sobre a Amazônia.

E é o que vemos então em sua obra, no capítulo “Ingleses, Irlandeses e Holandeses tentam a primeira sortida”, a confirmação através dos documentos por eles relatados em seu livro e que nos mostra como os interesses das nações estrangeira eram evidentes diante a riqueza que a região oferecia à humanidade. Esses registros servem para nos alertar o quanto a Amazônia foi, desde sempre, cobiçada por forças estrangeiras, e Arthur Reis traz em seu livro essas evidências como uma prova de que a região sempre esteve sob ameaça e cobiça estrangeira.

Tendo descoberto o caminho para o Amazonas, onde se lhes deparou preciosa matéria-prima vegetal e animal, campo aberto as suas disposições mercantis, acolhimento generoso de parte do gentio local e não se lhes opondo, de qualquer modo, os espanhóis, que não haviam chegado ainda, ingleses e holandeses dispuseram-se a uma operação da maior envergadura. Começaram-se na os holandeses, em 1600, com as feitorias de Orange e Nassau, plantadas no Xingu, portanto já bem dentro da bacia amazônica. Os ingleses, possivelmente em 1611, ainda no delta, em local que não podemos precisar, depois de terem realizado uma experiência nas margens do Oiapoc (REIS, 1972, p. 26).

Essa exploração, por parte dos estrangeiros, parte do encantamento que vem sendo descrito a partir dos relatos dos primeiros viajantes que estiveram na Amazônia como Bates,

⁵Edições posteriores, quarta edição: Companhia Editora Americana, 1973; quinta edição: Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA, 1982.

Orellana, Gonzalo e outros que em suas primeiras viagens descreveram a hiléia Amazônia, como podemos perceber nos escritos de Arthur Reis:

Iniciava-se, desse modo, a literatura de exageros, que jamais cessou, sobre a região, indicada desse modo como um dos trechos do admirável mundo de riquezas que a Europa procurava descobrir na América. Vivia-se, não devemos esquecer, uma fase de exaltações, aquela fase a que o historiador chamou de 'ilusão da conquista'. A literatura que se escrevia sobre o Novo Mundo não podia escapar à influência do momento em que era elaborada, contribuindo para incentivar expedições, animar a empresa descobridora e dar uma ideia falsa do que, realisticamente, representava a terra americana, como o espaço físico, como área econômica e como exotismo pelo aspecto sensacional de seus primitivos, que não se sabia se possuíam a dignidade do ser humano ou deviam ser classificados nas espécies animais em fase de desenvolvimento ou de primarismo cultural (REIS, 1972, p. 23-24).

Mas, o importante a observar é que a Amazônia em plena década de 1960 estava aquém dessa descoberta e o que precisava era integrá-la, pois sua beleza natural existia de fato, porém, era preciso que se criassem políticas desenvolvimentistas para protegê-la. Portanto, é importante levar em consideração e observar que a obra de Arthur Reis serviu não só para alertar os brasileiros contra as invasões internacionais, mas também serviu para construir um olhar mais atento e cuidadoso diante das diversidades que contém a região, como podemos observar em sua obra:

Gigantesca, a bacia amazônica é constituída, além do rio-eixo, que lhe dá nome, por mais dezoito rios volumosos, afluentes, e cerca de uma centena de cursos menores, todos, por sua vez, enriquecidos por outras dezenas de afluentes e sub-afluentes de maior ou menor extensão. Lagos, como o de Vila França, no Baixo-Amazonas, ou de Arary, no Marajó aquele com 2 milhas de largura e 40 de comprimento, e este com 2 milhas de largura e 60 de comprimento, constituem outros elementos típicos da bacia, como as paranás, os furos, os igarapés de pequeno porte, mas que são contribuições a definir a singularidade e o exotismo da região. As enchentes, periódicas cobrindo extensões imensas das terras marginais, propiciam, cobrindo extensões imensas das terras marginais, propiciam um quadro único à bacia. E quando essas enchentes passam os limites do normal, do rotineiro, invadindo as várzeas altas, avizinhandose das 'terras altas', a superfície da baía hidrográfica perde toda a medida. É impossível avaliá-la. A impressão é de que as terras desaparecem e o que resta é apenas o domínio das águas, que então, mais que nunca, levam à ideia de um mar no interior do continente. Quanto à floresta, será interessante rememorar que constitui a maior extensão continuada de toda a terra. As interrupções que sofre, com as ilhas de campos naturais, são de tal modo inexpressivas em face do que ela representa como unidade maciça, que não desfigura a afirmativa. Totaliza 80% do mundo amazônico [...] (REIS, 1972, p. 13-14).

Diante desse quadro natural e paisagístico, a Amazônia passou a ser destaque no noticiário carioca na década de 1960, a partir dos interesses do historiador e estudioso Arthur Reis, como podemos perceber no jornal *Correio da Manhã*, em 12 de maio de 1965, no artigo *Hiléia Amazônica*.

Artigo que ao se reportar ao historiador como governador, não deixou de anotar como suas ações como homem político decorria também e, sobretudo, pelo fato dele ter sido um autor consagrado na área dos estudos amazônicos, um autor que sempre viu a partir de livros como *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, que a saída para as fragilidades amazônicas diante dos interesses das potências estrangeiras seria a da mobilização dos interesses nacionais legítimos sobre a região.

E neste sentido, o artigo se refere a Arthur Reis enquanto governador do Amazonas que fez à época uma denuncia da maior gravidade, que merecia ser levada em consideração não só pelo governo federal, como também pelas forças políticas brasileiras, já que ele denunciou que a criação de uma Fundação de Pesquisas Tropicais, financiada com recursos públicos norte-americanos e subordinada ao Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais, “[...] está em desacordo com os legítimos interesses nacionais” (HILÉIA..., 1965, p. 6). Isso, devido ao fato de que a instalação dessa instituição na Amazônia em sua opinião tratar-se-ia “[...] de uma reedição – e em termos ainda piores – do antigo projeto de criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, que foi discutido há 16 anos, provocando uma tempestade de críticas as autoridades de então” (HILÉIA..., 1965, p. 6).

Ainda de acordo com o artigo, Arthur Reis considerou que: “[...] a pesquisa dos recursos da Amazônia se deve fazer em termos estritamente nacionais e – em hipótese alguma – dentro de ação estabelecida e discutida no exterior” (HILÉIA..., 1965, p. 6).

Diante dessas denúncias firmadas a imprensa considerou Arthur Reis um dos principais responsáveis pela política nacional de valorização da Amazônia na década de 60, como afirma o artigo do *Correio da Manhã* Reis:

[...] é historiador conhecido e, entre os seus livros, se inclui um trabalho alertando sobre A Amazônia e a cobiça Internacional. O título já define o livro, assim como o livro dá bem uma idéia das convicções do autor (HILÉIA..., 1965, p. 6).

Assim, a presença de Arthur Reis na imprensa carioca nos faz ver o quanto esse escritor e político foi respeitado. Portanto, o jornal *Última Hora* expõe, em 9 de março de 1965 as advertências ao governo central sobre a Amazônia no artigo *Amazônia: Surpresa*

será 'Desagradável', em que o jornal faz um minucioso relato sobre o interesse estrangeiro pela região afirmando que:

[...] os dois oficiais norte-americanos manifestaram-se 'contrários a que a região permanecesse trancada ao Mundo', dizendo que a 'política do Brasil era contrária aos interesses da Humanidade', pois ali havia um mundo a explorar e o Brasil não apresentava condições para procedê-la (AMAZÔNIA..., 1965, p. 3).

Arthur Reis então é evidenciado no mesmo artigo do jornal *Última Hora*, cobrando atitudes imediatas e urgentes, afim de que o Brasil pudesse criar uma consciência sobre a necessidade de integração do imenso vale como mostra o jornal:

Se o Brasil não se convencer de que na Amazônia há um problema sério a exigir a sua ação equilibrada, enérgica, intensa, continuada, objetiva, um dia poderá ter o desprazer de saber que a Amazônia não lhe pertence mais. É preciso que se crie uma Amazônia, impõe-se que o Brasil sinta a gravidade do problema (AMAZÔNIA, 1965, p. 3).

Essa forma, aliás, de chamar a atenção sobre os perigos que a Amazônia corria, havia sido salientada nas várias edições de seu livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional* nos anos de 1960, fato que Reis procurou destacar no jornal *Última Hora*, ao citar que o autor já havia demonstrado que o interesse de estrangeiros pela Amazônia já existia há vários anos, como descritos em diversos documentos examinados por ele, e onde assegurou que: “[...] o que tem sido esse interesse universal pela Amazônia, não o científico, mas aquele oculto, insistindo em que o Brasil precisa tomar cautela, para evitar surpresa desagradável” (AMAZÔNIA..., 1965, p. 3).

Não só sentimento de perda da Amazônia e o nacionalismo estariam no âmbito da visão da imprensa sobre o autor Arthur Reis, mas também as propostas efetivas que ele e sua obra teriam contribuído para a superação do subdesenvolvimento da Amazônia.

1.1.3 – Arthur Reis e *A Amazônia e a Cobiça Internacional*: o problema da superação do subdesenvolvimento da Amazônia através de soluções nacionalistas desenvolvimentistas diante da recepção a imprensa carioca

Antônio Cândido em sua obra *Literatura e Sociedade* (1967) aborda as relações entre autor, obra e público. Neste sentido, autores como Cândido sempre se preocuparam com o papel que a recepção por parte do público possuiu sobre a construção dos sentidos sobre autores e obras. Segundo Cândido:

Isto quer dizer que o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 1967, p. 74).

Assim sendo, podemos considerar o escritor Arthur Reis estudioso da Amazônia a partir de seus conhecimentos sobre a região, como também, um indivíduo empenhado em um papel social, no qual retrata a cobiça internacional e alerta as autoridades governamentais das condições em que se encontra a Amazônia. Dessa forma, vemos a obra de Arthur Reis ser recepcionada pelo público em geral e assim o autor ocupando uma posição relativa aos intelectuais de sua época, de forma a corresponder as expectativas tanto dos leitores, quanto do governo federal. Entretanto, o conteúdo e a forma de sua obra dependerão em parte da recepção entre a nação brasileira e os governantes em aceitarem as denúncias proferidas pelo autor; pois o que caracterizarão entre outros a prova viva do criador, de sua obra e do público.

Diante disso, procurando se prevenir de possíveis surpresas desagradáveis com relação às ameaças de outras nações, o governo federal, neste período, procurou promover iniciativas para que pudesse evitar uma entrega da Amazônia a países estrangeiros, como podemos notar no artigo publicado sem assinatura no *Jornal do Brasil* em 9 de agosto de 1968 *Quem Integra Não entrega*, em que descreveu quão grande é o nosso país diante as demais nações:

[...] O Brasil é um país feliz entre as nações modernas, que dependem, para um grande futuro, da extensão territorial. Sua massa de 8 e meio milhões de quilômetros quadrados garante-lhe a única forma de império sancionada pela consciência do mundo atual: o império nacional, contíguo, alicerçado na unidade de território e de idioma (QUEM INTEGRA..., 1968, p. 1).

Mas o artigo também ressalta que diante desse país “feliz” só nos falta uma coisa: “[...] que é o conhecimento desta terra” (QUEM INTEGRA..., 1968, p. 1). Então, é preciso que se integre, se desenvolva, se crie projetos a fim de ampliar o conhecimento sobre as diversidades

culturais que se encontram no Brasil, pois, mediante a isso, passaremos a integrar em vez de entregar.

Nesse sentido, a Amazônia passou a ser um exemplo de fato, dessa luta de integração, na década de 1960, por parte do autor e político Arthur Reis. Assim sendo, as palavras integração e nacionalismo estão sempre presentes no discurso do escritor, pois foi, dessa forma, que ele alimentou várias propostas desenvolvimentistas para a Amazônia com base numa administração nacional.

E foi deste modo que o jornal *Diário de Notícias*, em 11 de agosto de 1968, publicou que Arthur Reis acreditou que o capital estrangeiro aplicado na Amazônia se tornaria favorável “[...] desde que este seja devidamente fiscalizado e controlado de maneira a não prejudicar a Nação” (AÇÃO OBJETIVA..., 1968, p. 3).

E ainda de acordo com o artigo sem assinatura do jornal *Diário de Notícias*, Arthur Reis foi citado defendendo a implantação de políticas públicas que pudessem efetivar, além da proteção da Amazônia, também mecanismos de investimentos no setor produtivo, industrial e comercial, para absorver assim, a condição de subdesenvolvimento, como mostra o jornal:

[...] melhores créditos as indústrias extrativistas da borracha e da juta, assim como facilidades para sua plantação, industrialização e comercialização. Acredita o Sr. Arthur Reis que a criação de um banco destinado exclusivamente ao financiamento de ambos os produtos, bem como normas de plantio e colheita racionais, produziriam resultados altamente produtivos para a região (AÇÃO OBJETIVA..., 1968, p. 3).

Nesse contexto, surge a experiência do autor como estudioso da Amazônia, que a partir de sua obra aciona os comandantes do país a olharem para a região e verificarem as necessidades que o grande vale precisa para sobreviver.

De tal modo, observamos que toda e qualquer movimentação ou ação de forças estrangeiras dentro do espaço amazônico é vista sob suspeita ao olhar de Arthur Reis, por isso, observamos uma declaração dele no jornal *Diário Carioca* 13 de maio em 1965, artigo sem assinatura em que o jornal anuncia *Arthur insiste que EUA quer Amazônia* em que repercute a seguinte alegação:

‘Acredito que o interesse norte-americano em realizar, no momento, o inventário das riquezas da Amazônia esteja em prevenir-se contra a perda de outras áreas, no futuro’- declarou o governador Artur César Ferreira Reis, em entrevista coletiva concedida à imprensa na sede do escritório do governo do Amazonas no Rio (ARTHUR..., 1965, p. 3).

Desconfiando de tudo e qualquer ação por parte dos países estrangeiros, Arthur Reis confessou em entrevista, presente no jornal *Diário Carioca*, que pessoalmente é favorável a um levantamento das riquezas amazônicas, mas acrescentou que fosse feito por brasileiros e que essas riquezas se destinassem ao usufruto de nosso povo. Diante disso, declarou-se confiante “[...] Sou nacionalista” (ARTHUR..., 1965, p. 3).

Arthur Reis também tomou, nessa entrevista, cuidados para não ofender os estrangeiros, afirmando concordar com o levantamento, desde que fosse feito com a participação dos americanos e de outros governos estrangeiros, mediante financiamento. Contudo, diante da visão nacionalista proposta por Arthur Reis, a solução para superação dos problemas amazônicos seria a necessidade de planejamento, como demonstra o próprio autor em sua obra.

Estamos no ano de 1968. O Brasil começa a tomar consciência do que a Amazônia representa como área potencial para seu futuro, mas também como área sobre que incide o interesse universal e povos progressistas, dinâmicos em seus propósitos de prosseguir na caminhada veloz do progresso tecnológico, científico, na conquista de novos êxitos no campo de sua industrialização e, conseqüentemente, de seu poderio econômico e político. Essa consciência não se limita a classes mais avisadas e mais esclarecidas da opinião pública. Ela incorpora uma humanidade maior e inclui o próprio poder público, despertado para a gravidade do problema, com ele identificado e, em conseqüência, na disposição de uma política objetiva, que faça realmente da Amazônia aquilo que os brasileiros já estão exigindo que ela seja (REIS, 1972, p. 235).

Portanto, em 19 de setembro de 1965, no jornal *Correio da Manhã*, em uma reportagem com o título *Professor analisa o problema amazônico*, sem assinatura, o conteúdo elucidada a reportagem em que se encontram as declarações do professor Leandro Tocantins enquanto representante do governo do Estado do Amazonas no Rio de Janeiro, na qual ressaltou suas preocupações e declarou perante a imprensa os mesmos propósitos que Arthur Reis já havia declarado em *A Amazônia e a Cobiça Internacional* sobre os problemas envolvendo a região, ao afirmar que:

A propósito da grave situação da Amazônia, que a região ‘deixou de ser simplesmente um capítulo da problemática brasileira para constituir uma componente do jogo internacional.’ E mais adiante: ‘Aliás, o livro do professor Arthur Reis – *A Amazônia e a Cobiça Internacional* - que acaba de aparecer em segunda edição, reflete, na análise e compreensão da história, do que ele é mestre, e nas considerações que faz sobre a atualidade internacional do tema, a problemática amazônica em seus aspectos políticos fundamentais’ (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Segundo a reportagem, a concepção de Tocantins é de uma Amazônia que tempo atrás deu o tom e o estilo aos escritos vazios de ideias distorcidas e eloquentes. O liberalismo segundo ele favoreceu e se prolongou por toda a literatura amazônica que buscou retratá-la a partir das diversas formas e frases possíveis, como mostram as frases-clichês, alinhando-a “[...] Inferno verde, celeiro do mundo, Amazônia misteriosa, e outras tantas proposições ingênuas, com o seu tradicionalismo romântico” (PROFESSOR..., 1965, p.16). Assim, Tocantins critica os homens públicos por explorarem as riquezas Amazônicas em benefício do centro-sul do país e depois de explorado o produto, a Amazônia passa despercebida aos olhos do governo como podemos observar:

Nossos homens públicos do princípio do século, representantes de interesses do Sul do País, a princípio aplaudiram a vitalidade econômica da borracha, fornecedora de divisas para o desenvolvimento do Brasil meridional. Depois que este produto foi vencido pelo similar asiático e a região veio a sofrer a crise mais grave de sua história, passaram a se preocupar exclusivamente com a política econômica do café, e o jogo de sucessão presidencial dentro da clássica forma do café com leite” (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Com relação à este período estático em que viveu a Amazônia no início do século XX, Tocantins explica que “[...] A Amazônia venceu, sozinha, a sua crise, sabe lá com que sacrifícios” (PROFESSOR..., 1965, p. 16), mas a indiferença e o desrespeito diante da hileria amazônica partiram principalmente dos homens públicos que têm nas mãos o poder de investir e desenvolver a região, como mostrou Tocantins no jornal *Correio da Manhã*:

Um projeto do governo federal – o da Superintendência da Defesa da Borracha, no ano de 1912- morreu no nascedouro, porque a Câmara dos Deputados negou, logo no primeiro ano, as verbas indispensáveis à montagem do órgão.

Há, desse modo, um complexo que os constituintes de 1946 procuraram atenuar, incluindo na Carta Magna o artigo 199, que manda aplicar na região três por cento da renda tributária do País.

Mas, qual a resposta ao inciso constitucional? Erros, distorções, indiferença, incompreensão, e rotina. Aí está a SPVEA envelhecida, estática, vazia. O Plano Quinquenal preparado pelo seu primeiro superintendente, hoje governador do Amazonas, até o presente permanece (desde 1954) inativo na Câmara Federal. O que se tem feito é o hábito eleitoreiro de distribuir verbas em orçamentos votados segundo o interesse meramente político (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Deste modo, para que haja o desenvolvimento da Amazônia é necessário que o governo aplique a renda tributária destinada ao desenvolvimento da região para que possam surgir investimentos em prol do vale amazônico.

Contudo, Tocantins observa que “[...] pretende-se agora – prosseguiu- corrigir essa anomalia” (PROFESSOR..., 1965, p. 16). Diante da imprensa carioca, Tocantins discorreu que no Ministério do Planejamento uma comissão nomeada pelo presidente da República estuda meios de implantar nova política administrativa na Amazônia, através de uma eficiente e moderna infraestrutura, que seria “[...] capaz de vencer os rotinistas e os métodos da baixa política” (PROFESSOR..., 1965, p. 16), pois Tocantins comentou na reportagem que em matéria de administração todos os órgãos que operam na Amazônia estão “[...] obsoletos e falhos de uma autêntica filosofia de desenvolvimento econômico e social” (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Essa medida do governo “[...] Não é sem tempo” (PROFESSOR..., 1965, p. 16), pois a Amazônia deixa de ser a partir de então um simples capítulo da problemática brasileira para constituir um componente do jogo internacional, devido à Amazônia possuir:

Intactos, enormes recursos de que a Humanidade tanto precisa. Quinze anos passados os técnicos negavam riquezas ao subsolo amazônico. Só a floresta, o rio e a agricultura representariam os elementos básicos para o surto econômico regional. Depois, foram descobertos manganês, cassiterita e ferro, em quantidades incalculáveis. O petróleo, aparecido em Nova Olinda e nas cercanias de Manaus, é uma realidade que depende de maiores investimentos na pesquisa (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Diante disso, a Amazônia se torna pólo de interesses dos países que preponderam nas decisões internacionais, conforme observa Tocantins: “[...] Na Amazônia eles poderão dispor das matérias-primas necessárias às suas indústrias” (PROFESSOR..., 1965, p. 16). Contudo, é preciso que a nação aja com brasilidade e esteja preparada para enfrentar essa conjuntura. Segundo, Tocantins essa foi a atitude do governador Arthur Reis de “brasilidade”, quando se opôs a criação dos Centros de Pesquisas Tropicais na Amazônia, dirigido e mantido por estrangeiros. Isso evitou que se criassem atritos no extremo norte, com verdadeiros perigos para a nossa soberania.

Em seu pronunciamento na imprensa, Tocantins salienta novamente o apreço que tem por Arthur Reis e sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, na qual faz uma análise e uma compreensão da história da Amazônia, afirmando Arthur Reis ser mestre em suas considerações ao abordar a atualidade internacional do tema, como também a problemática amazônica em seus aspectos políticos fundamentais. Contudo, o professor Tocantins destaca:

A Amazônia passou da fase da exaltação romântica à fase da indiferença oficial, e começa a viver o seu instante positivo, em que se estuda, se interpreta, na procura da verdade e daquilo que a região poderá oferecer para o crescimento brasileiro (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Para Tocantins são três os autores que conseguiram captar a realidade amazônica em termos que avançam do regional para o universal:

Euclides da Cunha, na visão genial de seus ensaios sobre a geografia física e o homem escravizado à natureza e ao sistema social degradante; Arthur Cezar Ferreira Reis com sua visão humanista e global – histórica, econômica, sociológica, antropológica – da terra e do homem; e Ferreira de Castro, no seu insuperável romance *A Selva*, que revela o drama dos interesses egoístas e jogando nos perigos da selva (PROFESSOR..., 1965, p. 16).

Vemos então, nos artigos de jornais da imprensa carioca um momento próprio, isto é, vemos a partir da obra de Arthur Reis, a mobilização de um intelectual preocupado com a Amazônia e que busca uma consciência em torno do grave problema da soberania amazônica. Essa mobilização atesta um laço de unidade nacional e a necessidade de uma integração definitiva da Amazônia ao restante do País.

1.2 ARTHUR REIS E O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA NA IMPRENSA NOS ANOS DE 1960

Diante das preocupações relevantes sobre o subdesenvolvimento da Amazônia, vemos como foi possível a grande hileria ser descrita pela imprensa do Rio de Janeiro e o quanto essa imagem custou a Arthur Reis a luta pela consciência e defesa da Amazônia diante a cobiça internacional. Assim o *Jornal do Brasil* traz um artigo intitulado *Amazônia Desconhecida* em setembro de 1966, sendo assim, vejamos como a imprensa busca através de seus meios chamar a atenção do Estado para o grande vale:

A Conquista do futuro, para esta geração de brasileiros, inclui, compulsoriamente, a conquista da Amazônia. Para tanto, a Amazônia precisa urgentemente deixar de ser apenas um pretexto para a retórica nacional. Por muitos anos ela foi um sugestivo tema literário, com o seu mundo misterioso e a remota e vasta solidão que caracteriza o chamado inferno verde. De positivo, mesmo nada se fez até hoje em favor da integração da Amazônia.

Uma ou outra providência, tomada episodicamente, apenas confirma o abandono em que sempre viveu e continua a viver aquela região que constitui cinquenta por cento do território nacional (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6).

A matéria retrata ainda que: “na verdade, a Bacia amazônica continua a ser, sobretudo, a grande desconhecida” (Amazônia Desconhecida..., 1966, p. 6). Isso se deve ao fato da região permanecer ignorada e ainda a matéria retratar o quanto as novas técnicas partem com êxito para “a conquista da Lua e do espaço cósmico, o Brasil detém-se, perplexo e intimado, diante da imensa incógnita da Amazônia” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6). O que se percebe é que o artigo chama a atenção do Estado brasileiro e da nação como um todo para a Amazônia, sendo que o que fica evidente nesta colocação da matéria é a necessidade da interação da região, a conquista que é preciso urgente ser feita e não apenas ser vista pela literatura como uma metáfora, mas sim que sirva ao interesse nacional. Dessa forma, o artigo considera que “[...] Não é crível que a humanidade conquiste os cosmos e deixe dormir virgem, intocada, toda a fabulosa Bacia Amazônica” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6).

É importante analisar que nesse artigo se admite as tentativas de incorporação da Amazônia ao território nacional, mas se considera que esse desenvolvimento possa ser uma “[...] tarefa ciclópica, que ultrapassa os limites mais ou menos convencionais [...]” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6) e ainda critica a forma com que o Estado criou organismos como SPVEA que a transformou em SUDENE e no qual se passou a se instalar a SUDAM. O artigo demonstra que pode ser “[...] uma providência acertada, mas corre o risco de ser apenas mais uma providência daquelas que justificam a entrada da Amazônia no noticiário oficial, sem que decida, de fato, o seu ingresso na consciência e na realidade nacional” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6). Portanto, vale considerar que:

A incorporação da Amazônia, de cuja existência não temos ainda consciência efetiva, só poderá ser levada a cabo dentro de uma política nacional que se assente no pressuposto inabalável de que o Brasil tem condições de ser, em breve espaço de tempo, o grande País que vimos adiando há tantos anos (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6).

Dessa maneira, para garantir a evidência na imprensa do Rio de Janeiro e assegurar as provas e documentos pesquisados por Reis descritos em seu livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional* sobre o abandono da Amazônia, percebemos que no jornal *Diário de Notícias*,⁶

⁶Orlando Ribeiro Dantas, nascido em Ceará-mirim, exerceu um papel importante neste país, como jornalista e parlamentar. Em 1930, quando fundou o jornal “Diário de Notícias”, em 12 de junho daquele ano, no Rio de

em *A Integração da Amazônia* em agosto de 1967, escrito pelo jornalista Osório Nunes em que realiza um questionamento: “Que é a Integração da Amazônia – se a Amazônia faz parte do Brasil?”. Nesta descrição, observamos a preocupação com o subdesenvolvimento econômico da Amazônia, como já havia relatado Arthur Reis em sua obra e que o jornalista Nunes afirma em seu artigo chamando de primitiva em relação ao desenvolvimento do sul do Brasil, e ressalta ainda que para se “integrar a Amazônia é preciso vencer o “Plateau” econômico social [...]” (NUNES, 1967, p. 2), ou seja, é preciso vencer esse “terreno elevado” da economia social amazônica, pois como mostra o artigo:

Fala-se muito em integração da Amazônia e a expressão corre o risco de tornar-se uma vã repetição, se não for precisamente definido o que se pretende com ela – e para que não se converta em cortina de fumaça a traz da qual o Brasil amodorrado e indiferente dos últimos continue sem a sua indispensável política para o vale amazônico. As medidas que, sem coordenação precisa e sistemática, se vierem adotando para a Amazônia no passado recente está paulatinamente só juntando a formação de uma consciência nacional da Amazônia, como se o Brasil despertasse para o peso específico de uma massa terrestre de cinco milhões de quilômetros quadrados, dentro de seus limites (NUNES, 1967, p. 2).

Desse modo, o processo de integração da Amazônia passa por uma avaliação de estudiosos a partir da década de 1960, pondo em vista os aspectos geo-econômico-sociais, em que passou a serem discutidos, a partir de congressos, palestras, seminários e outros eventos, qual a melhor forma de integrar a região. Observamos que esse processo parte do Estado enquanto união federativa, junto ao setor privado o que nos faz entender que o problema da região Amazônica está no setor econômico, único meio de integrar este espaço.

Neste caso, o jornalista Osório Nunes (1967, p. 2) nos reporta que as discussões sobre a “Integração” da Amazônia corre o risco de se tornar uma vã repetição, diante do que tanto se falou e discutiu a esse respeito. No entanto, as medidas ainda não correspondem às expectativas, pois, para milhões de brasileiros, a capacidade e a valorização dos povos amazônicos são deixadas em segundo plano, não sendo evidenciados, seus valores, sua cultura, seus cultivos.

Osório Nunes (1967, p. 2) entende que o desenvolvimento para a região surgirá a partir da integração dos municípios e distritos e, depois, nas próprias áreas as quais pertencem

Janeiro, então capital da República, o órgão foi o veículo mais corajoso de oposição ao governo de Washington Luís, ganhando o nome de “o jornal da revolução”. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/diario-de-noticias-e-orlando-dantas/102522>>. Acesso em: 28 de março de 2015.

e, por fim, de forma irônica o jornalista evidencia “[...] torná-los um todo harmonioso próspero e feliz, dentro desse mito brasileiro - a unidade federada” (NUNES, 1967, p. 2). Integramos à região num planejamento regional que considere não as linhas imaginárias fronteiriças dos Estados e Territórios, mas os limites que separam a Amazônia do restante do Brasil, pois estas vão além dos limites geográficos, ainda assim, notamos que a Amazônia é classificada pelo governo como: “uma região de fatos controvertidos” (NUNES, 1967, p.2), nos quais foram apontados vários pontos negativos em relação ao subdesenvolvimento, como podemos conferir a seguir:

Estado que possui 52% da área total do Brasil e apenas 6% de sua população; debilidade no abastecimento de gêneros; indústria semi artesanal; quase nenhum espírito empresarial; desorganização dos órgãos oficiais; desconhecimento do potencial efetivo e a falta de correlação entre os órgãos (NUNES, 1967, p.2).

Como podemos observar as representações contidas na imprensa já davam sinais de que a Amazônia passava por um período de desequilíbrio econômico na década de 1960 e o que se viu foi a busca por possibilidade de que houvesse iniciativas e tendências para a expansão do mercado interno do país, a partir do desenvolvimento dessa região.

Dessa forma, no *Jornal do Brasil* percebemos como a imprensa noticiava esse desequilíbrio, mostrando a região como desconhecida diante da imprensa nacional. A criação da Amazônia pela imprensa colocou-a no centro das discussões políticas, trazendo temas relevantes sobre seu abandono e mostrando que era preciso que a conquista da Amazônia se tornasse um sinal de futuro a partir do que podia ser explorado diante da riqueza que possuía.

O posicionamento do *Jornal do Brasil* era defender uma posição nacionalista, vemos isso quando o jornal nos mostra que é preciso “conquistas”, mas essas conquistas só aconteceriam com desenvolvimento do país, logo, era preciso que se conquistasse a Amazônia. Portanto, a repercussão dessa conquista traria responsabilidades e chamaria a atenção para que o Estado pudesse reconhecer a vasta região como parte do território nacional. Assim, o texto destacava que “[...] A Conquista do futuro, para esta geração de brasileiros, inclui, compulsoriamente, a conquista da Amazônia. Para tanto, a Amazônia precisa urgentemente deixar de ser apenas um pretexto para a retórica nacional” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6).

Neste sentido, vemos no *Jornal Diário de Notícias*, em 1967 uma reflexão de Osório Nunes em que o jornalista questiona “Que é a Integração da Amazônia – se a Amazônia faz parte do Brasil? Crítico autêntico do Estado, neste período, o jornal *Diário de Notícias* propõe

que haja uma atitude cabível de desenvolvimento à região, a qual sempre foi vista de forma amodorrada, enquanto o centro do país passava por severo endurecimento das leis, onde não havia liberdade de expressão e um governo militar que nesse período tinha no comando o general Costa e Silva. O jornal buscava se reportar em relação à Amazônia destacando suas principais necessidades para chamar a atenção do Estado. Destacando:

A este respeito, Nunes destacava que:

Em primeiro lugar, creio necessário tentar uma fixação dos diferentes conceitos de integração mais em voga no mundo. Reporto-me especificamente à integração econômica, grande aspiração dos povos modernos, caminho nem sempre rápido e certo para integração política. Integração econômica será objeto desta apreciação, Integrada politicamente está a Amazônia no Brasil (NUNES, 1967, p. 2).

De fato, temos uma integração política e o que nos restava era trabalhar empenhados por uma integração econômica. Mas como isso seria representado pelos intelectuais que poderiam revelar uma Amazônia desconhecida, como “conhecida” pela imprensa do Rio de Janeiro?

Para entendermos esse processo recorremos a, Roger Chartier (1991) que discute sobre o conceito de “representação”, discorrendo a partir da renúncia à descrição da totalidade social, nossas análises devem percorrer sobre esse discurso:

[...] considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Nesse sentido, a problemática da discussão em torno do subdesenvolvimento da Amazônia nos faz revelar considerações importantes com relação à representação, ao analisarmos o nacionalismo e o desenvolvimentismo expresso nos discursos de jornalistas e de escritores como Arthur Reis que escreveram através da imprensa seus discursos e puseram suas práticas e as representações a partir do território Amazônico.

Diante dos conceitos de prática e de representação a partir de Chartier, percebemos que os jornalistas clamam através de seus artigos pela Amazônia e figuras como Arthur Reis que estão constantemente nos jornais cariocas, por criticar as ações do Estado brasileiro para a região, são figuras que estão se inter-relacionando com a imprensa. Como podemos notar no Jornal *Diário de Notícias* que traz a nota sem autoria “Artur Reis Traz ao Rio Amazônia e seus Problemas” (1965, p. 2).

O artigo nos mostra que em conferências na cidade do Rio de Janeiro, Artur Reis foi a convite do então General José dos Santos Calheiros como presidente da Campanha de divulgação de empreendimentos brasileiros para conferir uma série de discussões sobre o problema da integração da Amazônia no desenvolvimento nacional, onde ele pronuncia que:

A situação da Amazônia é uma das mais sérias e importantes de nosso País, uma vez que esta região compreende 60% do território nacional, praticamente abandonada. A cobiça internacional por suas riquezas inexploradas constitui ameaça ao patrimônio e aos limites geográficos da região (ARTHUR..., 1965, p. 2).

A presença de Arthur Reis na imprensa clamando por um olhar mais atento do país como um todo para a Amazônia nos faz discutir o subdesenvolvimento da Amazônia a partir da leitura que Alexandre Pacheco (2012) faz em “*A narrativa heróico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses, luso-brasileiros e brasileiros (Década de 1960)*”, neste texto Pacheco, faz uma análise de como se fizeram representadas as narrativas de Arthur Reis em *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965), e demonstrando a problemática envolvida no subdesenvolvimento da Amazônia na década de 1960, em relação ao restante do país. Além disto, ele analisa e como as preocupações de Reis se fizeram representadas a partir das “consequências que esse subdesenvolvimento poderia acarretar no tocante da soberania do Estado brasileiro sobre o imenso território amazônico”.

Assim, percebemos que “[...] as dificuldades históricas encontradas pelos colonizadores para exploração das riquezas naturais do imenso território amazônico foram responsáveis em parte pelo estado de subdesenvolvimento enfrentado pela Amazônia no presente” (PACHECO, 2012, p.1). Assim, Pacheco afirma que Reis culpa em parte este modo de exploração pelo não desenvolvimento da região em plena década de 1960.

Como mostra o artigo de Rui Rocha (1969) sob o título *Á Margem* publicado no jornal *Correio da Manhã*, em que Rui Rocha fala em retornar novamente aos jornais para alertar economistas, chefes militares e administradores sobre o problema da Amazônia. Ele se preocupava, com isso porque considerava a Amazônia um problema brasileiro. E questionava que no governo do Marechal Castelo Branco “[...] jamais se cogitou de uma solução qualquer, um plano qualquer, que permitisse desenvolver economicamente a Amazônia” (ROCHA, 1969, p. 4), pois falar da Amazônia é o mesmo que falar de uma imensa floresta e um emaranhado de rios e mais nada e

[...] que a população da Amazônia vivia exposta a mais completa miséria e ao abandono, também isto não emocionava nem motivava ninguém (ROCHA, 1969, p. 4).

Essas declarações de Rui Rocha reforçam nossas afirmações frente ao subdesenvolvimento e abandono da região amazônica, pois é exatamente a partir desse abandono que se encontrava a Amazônia o qual passará a chamar atenção do mundo como mostra Rui Rocha (1969):

Foi nesta altura dos acontecimentos que a imprensa mundial começou a falar de um imenso vazio territorial, o maior do mundo, que deveria ser ocupado sob a supervisão de um organismo internacional, para solucionar os problemas da fome e do excesso de população de outras áreas. Coincidiam com esta angulação do problema as notícias sobre descoberta e imensas reservas de minérios e de petróleo na Amazônia (ROCHA, 1969, p. 4).

Diante dessa afirmação, Rocha comenta que essa visão do exterior em relação à Amazônia foi essencial para elevar a opinião como a de Arthur Reis que muito fez para levantar e mobilizar a atenção dos brasileiros contra a cobiça estrangeira que se posicionava de forma firme e convicta para se apropriar desse território hostil. Diante disso, Rocha conclui que Reis “[...] venceu a tese de que nós, os brasileiros teriam de ocupar a Amazônia antes que ela fosse ocupada por estrangeiros” (ROCHA, 1969, p. 4), pois é a partir desses dados que Reis narra suas suspeitas em prol da Amazônia.

Podemos observar também, no jornal *Última Hora* (1965), como a imprensa junto ao político intelectual, no caso, Arthur Reis se preocupam com as instalações de instituições internacionais nessa região, como mostra o artigo sem assinatura *Reis Acusa Ministro que quer Internacionalizar a Amazônia*. Notamos que no presente artigo as denúncias que as tentativas de internacionalização da Amazônia persistem, como por exemplo, através da Fundação de Pesquisas Tropicais como mostra o jornal:

O Governador do Amazonas, Sr. Arthur César Ferreira Reis, voltou a denunciar, ontem as tentativas de internacionalização da Amazônia, através da Fundação de Pesquisa Tropicais, lamentando que no exterior ainda se pense que o Brasil não pode exercer sua soberania, e que este conceito seja apoiado por um Ministro de Estado, numa referência indireta ao Sr. Roberto de Oliveira Campos, que se manifestou, em São Paulo, pela partilha da Amazônia, como propôs a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (REIS..., 1965, p. 5).

Nas denúncias que Reis explana em suas conferências divulgadas pela imprensa, ele mostra de forma clara e precisa que é contra toda pretensão do governo norte-americano de

instalar centros de pesquisa na região amazônica, ele toma pra si através de suas afirmações a responsabilidade de defesa e proteção do grandioso território. Dessa forma, observamos como a crítica realizada por Alexandre Pacheco surge com tamanha relevância ao analisar, na obra de Arthur Reis, como o autor constrói sua narrativa de forma convincente para que homens do presente as utilizem em favor da defesa da Amazônia isso também está presente nos artigos de jornais que analisamos como *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*, jornais de grande repercussão nacional, que denunciam o abandono e o esquecimento da região norte do país e propõem ao governo medidas urgente de conquista, de avanços e desenvolvimentos sob o controle do Estado brasileiro para o território amazônico. Concomitantemente, o jornal *Última Hora* (1965) em artigo sem assinatura *Reis Acusa Ministro que quer Internacionalizar a Amazônia* Arthur Reis organiza fatos concernentes em analogia à Amazônia alertando o Estado federativo a respeito das ações de vários povos europeus empreendidos em relação à Amazônia.

A Amazônia constitui o deserto brasileiro pela exiguidade populacional, mas sua integração a civilização brasileira deve considerar os fatores mais importantes da região, e o que não podemos é tornar-nos indiferentes aguardando que a solução venha amanhã ou depois, pois há urgência na ação governamental e a Amazônia está despertando interesses suspeitos em certas áreas do mundo (REIS..., 1965, p. 5).

Segundo Pacheco (2012), a narrativa utilizada por Arthur Reis procura criar um enredo de suspeição sobre as ações dos estrangeiros na Amazônia, essas suspeitas passam a refletir o nacionalismo do autor. A partir da legitimidade de suas suspeitas, suas dúvidas, suas desconfianças a respeito da conquista da Amazônia. O historiador chega à conclusão de que a posse da Amazônia caberia ao povo brasileiro e usa seus escritos para agir, partindo de um meio para encontrar no passado lições para o presente incerto da Amazônia, pois a defesa e a integração devem iniciar pelos portugueses e o luso-brasileiros, os quais para Arthur Reis sempre foram capazes de se acomodarem as leis que lhes competiram ao vale amazônico, como podemos observar:

Narrativa de suspeição sobre as ações dos estrangeiros que obviamente mais do que ter refletido o nacionalismo do homem Reis, pareceu também ser a suspeita do historiador que ao se encontrar no lugar privilegiado de quem no presente pode julgar os antecedentes históricos de mais de trezentos anos dos portugueses e luso-brasileiros na Amazônia, procurou denunciar as manobras de povos que não mereciam possuir um território que historicamente coubera ao povo que mais apto esteve a se adaptar aos rigores da natureza dos trópicos na América: o próprio português e o luso-brasileiro. Ou seja, a suspeita advinda de quem realizou antes de tudo um julgamento moral baseado no mérito posterior principalmente dos portugueses, como se

ele, Reis, também fosse herdeiro daqueles que julgou em séculos de permanência e simbiose com a região para chegar à conclusão de quem caberia à posse da Amazônia e, dessa forma, do historiador que escolhe o enredo baseado em um suposto destino que foi determinado para a região a partir da forma como portugueses e luso-brasileiros atuaram nele (PACHECO, 2012, p. 2).

As denúncias de Arthur Reis se evidenciam quando vemos a publicação da reportagem sem autoria no jornal *Última Hora*⁷ (1965) em que menciona *Reis: – É necessário Integrar a Amazônia*, expondo perante a imprensa, em declaração ao Instituto Militar de Engenharia, a convite da Campanha de Divulgação de Empreendimentos Brasileiros, sobre a “Integração da Amazônia na Civilização Brasileira”, ser contra a criação da Fundação de Pesquisas Tropicais, com sede em Washington e Porto Rico e com o controle da Academia Nacional de Ciências, dos Estados Unidos. Vejamos:

O Governador Arthur César Ferreira Reis, do Amazonas, falando ontem no Instituto Militar de Engenharia, a convite da Companhia de Divulgação de Empreendimentos Brasileiros, sobre a ‘Integração da Amazônia na Civilização Brasileira’, reafirmou, debaixo de aplausos, suas denúncias contra a criação da Fundação de Pesquisas Tropicais, com sede em Washington e Porto Rico e com o controle da Academia Nacional de Ciências, dos Estados Unidos (REIS..., 1965, p. 2).

No entanto, as reafirmações de Arthur Reis, perante o Instituto Militar de Engenharia, reforçam as denúncias contra a criação da Fundação de Pesquisas Tropicais. Sendo assim, observamos que Pacheco, ao retratar sobre as denúncias de Arthur Reis, percebe que ele cria uma narrativa de suspense para poder afirmar suas desconfianças, desse modo, Reis utiliza justamente desse enredo para analisar de que forma os “[...] fatos ligados à cobiça em que procurou demonstrar estiveram muitas vezes na iminência de conquistar a Amazônia [...]” (PACHECO, 2012, p. 4) e ainda demonstra através de sua narrativa de suspeição e suspense por parte das ações heróicas de portugueses e luso-brasileiros que acabaram por dar sentido às

⁷Última Hora foi um [jornal carioca](#) fundado pelo jornalista [Samuel Wainer](#), em [12 de junho](#) de [1951](#). Chegou a ter uma edição em [São Paulo](#), além de uma edição nacional que era complementada localmente em [Porto Alegre](#), [Belo Horizonte](#), [Recife](#), [Niterói](#), [Curitiba](#), [Campinas](#), [Santos](#), [Bauru](#) e no [ABC Paulista](#). O periódico, nas palavras de Wainer era um "jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo", o de [Vargas](#), foi um marco no [jornalismo brasileiro](#), inovando em termos técnicos e gráficos. Foi vendido em [1971](#) para a [Empresa Folha da Manhã S/A](#) que também era dona do jornal [Folha de São Paulo](#), cujos proprietários eram [Carlos Caldeira Filho](#) e [Octávio Frias de Oliveira](#), conforme documentos registrados na [Junta Comercial](#) do Estado de São Paulo, no Cartório de Registros de Títulos e Documentos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Última_Hora>. Acesso em: 28 de março de 2015.

suas denúncias realizadas por Arthur Reis contra os suspeitos e ao mesmo tempo demonstrar que se nada fosse feito os países estrangeiros tomariam conta da Amazônia. Deste modo, essas ações de Reis se configuraram na década de 1960, como um “nacionalismo convicto” em sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (PACHECO, 2012, p.3).

Nesse sentido, a cobiça da Amazônia pelas nações estrangeiras se perpetua até no presente, e isso fica evidente quando o Jornal *Última Hora* (1965) enfatiza em sua reportagem sem autoria em que destaca Reis: – *É necessário Integrar a Amazônia*. O texto assinala as preocupações de Arthur Reis, pois destaca, que “[...] a Integração da Amazônia é uma tarefa pesada, que exige brasilidade, na salvaguarda da soberania nacional [...]” (REIS..., 1965, p. 2).

A presença de militares e do atual presidente do Brasil Marechal Castelo Branco, Arthur Reis a partir dos estudos feitos sobre a região principalmente referente ao problema socioeconômico da Amazônia, lembrou que os fatores de espaço e tempo devem ser levados em consideração quando se pensa em resolver os problemas da Amazônia, isso devido o cenário amazônico pós – Segunda Guerra Mundial não ter ficado favorável internacionalmente, pois, a grave crise gomífera que afetou a economia amazônica foi uma das causas por ter se agravado a inexistência de projetos modernos de produção na Amazônia.

A preocupação do Governo brasileiro com o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país expressou-se no Artigo 199 da Constituição de 1946 que determinava de forma geral que para a implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União deveria aplicar, pelo menos durante vinte anos, uma quantia não inferior a 3% de sua renda tributária. Isso resultaria na implantação de um conjunto de órgãos que permitiria uma intervenção planejada. Dessa forma, o desenvolvimento regional seria alcançado através de uma série de políticas públicas bem formadas e coordenadas pelo Estado. Percebemos esse interesse do Estado em prol das regiões subdesenvolvidas do país, entendemos que na prática ou mesmo na aplicação dessas medidas não ocorriam como deveria, como nos relata Arthur César Reis em entrevista ao jornal *Última Hora*:

[...] em 1953, um plano de desenvolvimento da Amazônia foi encaminhado ao Congresso Nacional, para a aplicação de 3% renda tributária através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), ‘mas que decorridos 10 anos não houve nem rejeição, nem aprovação do mesmo’. Acrescentou, frisando o desconhecimento em que vive a Amazônia, que em 1952, realizou-se na Guanabara uma reunião, durante o qual se negou a existência de minérios no subsolo amazônico, quando logo após se iniciou a exploração de minas de ferro, sal gema, manganês, cassiterita, calcário e granito (REIS..., 1965, p. 2).

Vemos que a afirmação do Jornal *Última Hora* prova que a Nação brasileira caminha a passos lentos ao tocante a Amazônia e que o desenvolvimento só aconteceu diante dos investimentos na região. Porém, o jornal critica as atuações imediatas do Estado, pois, o que fica evidente é que há um governo que pensa em salvaguardar a região, cria projetos através de organismo designado por si próprio, que por sua vez não são suficientes ao empregar o pouco ou quase nada de recurso destinado ao espaço amazônico, resultando em baixo investimento para a região.

Esse esquecimento serviu para que Reis pudesse demonstrar na imprensa que a Amazônia permanecia em plena década de 1960, abandonada e que o próprio Estado brasileiro passou a permitir que forças estrangeiras pudessem se aproveitar das riquezas em solo brasileiro. Isto é mostrado por Reis na conferência ao Instituto Militar de Engenharia, em 1965, retratado pelo jornal *Última Hora*, no artigo sem autoria *Reis Acusa Ministro que quer internacionalizar a Amazônia*:

O Sr. Artur Cesar Ferreira Reis voltou a encarar a necessidade de integração da Amazônia na realidade político-econômica e social brasileira, através dos organismos de que, se bem conduzidos, desfechariam uma ação política 'de alta relevância'. Acentuou que qualquer trabalho de integração exige continuidade e dinamismo, o que, entretanto, 'não está acontecendo, e agora o tentam desprezar o trabalho de duas instituições nacionais para preferir sob chefia de estrangeiros' (REIS..., 1965, p. 5).

Diante das discussões realizadas sobre o subdesenvolvimento da Amazônia pelos intelectuais e pela imprensa a respeito da conquista da Amazônia, vimos que só se efetivará uma integração entre a Amazônia e aos Estados brasileiros mais economicamente desenvolvidos do Brasil quando houver de fato uma consciência de forma que funcione como instrumento capaz de criar ações históricas e humanas na defesa do território amazônico.

Portanto, veremos adiante como será construído esse sentimento de guarda, preservação e integração que será construído por jornalistas e intelectuais e transmitido pela imprensa. Assim sendo, veremos um grupo de críticos que se utilizaram da imprensa para mostrar seus posicionamentos sobre a problemática da integração da Amazônia nos anos 1960 na e pela imprensa.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO AUTOR ARTHUR REIS DIANTE DE SUA OBRA COMO RESULTADO DE UMA DISCURSIVIDADE HEGEMÔNICA NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

2.1 A CRÍTICA DE RODAPÉ X A CRÍTICA UNIVERSITÁRIA X CRÍTICA DOS JORNALISTAS

Para entendermos as representações presentes na imprensa que construíram a imagem do autor Arthur Reis nos anos de 1960⁸, vamos analisar como se deu a formação da crítica brasileira moderna a partir dos 1920, período em que a classe média buscou reivindicar sua posição na sociedade através da criação das universidades.

Isso se deu a partir da formação da crítica brasileira quando as narrativas literárias passaram por transformações que foram determinantes para o surgimento das primeiras instituições acadêmicas no país. Instituições que surgem nos anos 1930, de tal modo que, já por volta dos anos 1940, a imprensa brasileira encontrava-se em plena efervescência, cuja tensão se volta para o modelo crítico do “homem de letras”.

Flora Sussekind, em sua obra *Papéis Colados*, retrata essa formação levando em consideração a postura dos intelectuais que se formaram nas faculdades de Filosofia criadas nos anos de 1930, em que se observa uma evolução em meados dos anos 1940 percebendo uma:

[...] tensão cada vez mais evidente entre um modelo de crítico pautado na imagem do ‘homem de letras’ do bacharel, e cuja reflexão sob a forma de resenhas, tinha como veículo privilegiado o jornal, e um outro modelo, ligado à ‘especialização acadêmica’, o crítico universitário, cujas formas de expressão dominantes seriam o livro e a cátedra (SUSSEKIND, 2003, p. 15).

Observamos que nos anos de 1940-50 triunfaram a crítica de rodapé, isso significa que houve uma crítica ligada a não especialização, isto é, os críticos de rodapé não tinham especialização (na sua essência eram bacharéis), exerciam um quase domínio sobre a totalidade dos jornais e, dessa forma, eles promoviam duelos acirrados entre o homem de

⁸ A nossa ideia de discursividade leva em conta o que Maria do Rosário Valencise Gregolin (2001, p. 09-15) aponta para a influência que certos fatores sócios históricos - externos à própria linguagem que constroem discursos - podem contribuir para a construção do sentido dos mais variados discursos. No nosso caso no sentido dos discursos dos críticos que se tornaram hegemônicos na representação da função autor em Arthur Reis.

letras, o resenhista e o cronista contra o especialista acadêmico, o crítico-universitário. Essa crítica de rodapé possuiu três características formais bem nítidas como mostra Flora Sussekind:

[...] oscilação entre a crônica e o noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava convencer rápidos leitores e antagonistas, e a adaptação às exigências (entretenimento, redundância e leitura fácil) e ao ritmo industrial da imprensa; a uma publicidade, uma difusão bastante grande (o que explica, de um lado, a quantidade de polêmicas e, de outro, o fato de alguns críticos se julgarem verdadeiros “diretores de consciência” de seu público, como costumava dizer Álvaro Lins); e, por fim, a um diálogo estreito com o mercado, com o movimento editorial seu contemporâneo (SUSSEKIND, 2003, p. 16-17).

Sussekind mostra dois críticos literários que defenderam as formas dominantes dos estudos literários no Brasil, de forma que “[...] Uma possibilidade de dar contornos mais nítidos a esta tensão é examinar a campanha de Afrânio Coutinho, na época, contra os rodapés e seu conflito com Álvaro Lins, um “crítico à moda antiga [...]” (SUSSEKIND, 2003, p. 15).

Aliado a esse embate, contamos também, com Antônio Candido, figura importante no campo dos estudos literários no Brasil, que assim como Sussekind avalia os críticos literários, em percebeu a partir dos anos de 1940, uma situação em que a crítica de rodapé dos jornais teve que enfrentar [...] duas linhas de forças que marcariam o pensamento crítico brasileiro subsequente. Seja na busca incessante de atualização metodológica, seja na tentativa de constituição de uma perspectiva crítico-dialética de análise literária [...] (SUSSEKIND, 2003, p.16).

O que se percebe é que há um crescimento editorial influenciado pelo crescimento da universidade no Brasil, que sai do associado ao crescimento do “crítico-jornalista”, ou melhor, “não especialista”, como fizeram os críticos dos anos 1940 e 1950 críticos- rodapé.

Nomes emblemáticos, fossem crítica universitária ou da crítica de rodapé, ocuparam os pés das páginas ou colunas exclusivas nos jornais como Antônio Candido, Tristão de Ataíde, Sérgio Milliet, Otto Maria Carpeaux, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Wilson Martins, Nelson Werneck Sodré, Olívio Montenegro, Agripino Grieco e Álvaro Lins, sobretudo desde os anos de 1940 a 1960.

Assim temos de um lado, os “homens de Letras” crentes por se considerarem a “consciência de todos”, defensores do impressionismo, do autodidatismo; de outro temos uma geração de críticos formados pelas faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro e de São Paulo, interessados na especialização, na crítica ao personalismo, na pesquisa acadêmica. Temos então dois modelos de críticos em debate que se vêem lado a lado na imprensa nos anos já citados.

A luta pelo ensino laico e atualizado, a partir da criação das universidades, consentiu na classe média um pensamento mais radical, de tal modo que a passagem do crítico-cronista ao crítico *scholar* incluía uma nova categoria, o crítico universitário, categoria a qual pertencia Antônio Candido.

De acordo com Afrânio Coutinho, citado por Flora Sussekind (2003, p. 22) essa nova categoria de intelectuais exigiria uma formação que apenas poderia “[...] ser adquirida no lugar adequado que são as universidades e faculdades de letras [...]”.

Esse embate possibilitou o prestígio da crítica universitária que buscou ampliar as atualizações metodológicas para constituí-la como discurso numa perspectiva crítico-dialético de análise literária. Logo, nos anos de 1960 e 1970 evidenciam-se os anos universitários para os estudos literários.

Essas leituras formais passaram a evidenciar uma especialização e uma atualização da crítica brasileira, sobretudo, se atentarmos aos métodos que passaram a ser utilizadas nos anos 1960 e 1970 como “[...] new-criticism, formalismo, estilística, estruturalismo, lukacsianismo [...]” (SUSSEKIND, 2003, p. 33).

Esses métodos que passaram a ser utilizados pelo crítico- universitário possuía o objetivo de promover a superação do “atraso” vivido pelos intelectuais bacharéis da crítica.

No início dos anos de 1970, porém, foram os jornalistas que passaram a questionar as produções literárias, em vista de que a sociedade passou a estar acostumada a leituras dirigíveis, de modo que os textos mais formais eram incompatíveis ao leitor médio. Por isso, os críticos *scholars* deixaram de frequentar os jornais, ou seja, as produções formais que prevaleciam na imprensa, ou melhor, a produção universitária que resultou em um maior prestígio para a formação profissional.

2.2 A PRESENÇA DA CRÍTICA DE RODAPÉ E DOS CRÍTICOS – JORNALISTAS NA IMPRENSA CARIOCA DE 1960

A década de 1950, vista por Ana Paula Ribeiro, retrata o jornalismo com estreitas relações com a política, os jornais eram considerados porta-vozes do Estado, justamente pelo financiamento a que eram submetidos. Mas nos anos 1950 as mudanças passaram a ocorrer principalmente na imprensa carioca em que “[...] foi deixando de ser definitivamente como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente” (RIBEIRO, 2003, p. 148).

Os jornais passaram a estabelecer verdades de forma que buscavam uma direção longe da literatura e da política e passam a se basear na modelagem de um jornalismo com práticas e discursos vindo principalmente dos norte-americanos. Esse jornalismo buscou adquirir autonomia em seus discursos. As mudanças provenientes dos norte-americanos impuseram ao jornalismo muitas restrições formais, principalmente em relação à linguagem e a estrutura técnicas do texto, como Mostra Ribeiro:

As técnicas americanas impuseram ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estruturação do texto. Inspirado no noticiário telegráfico, o estilo jornalístico – com uso de reduzido número de palavras, expressões e regras gramaticais – aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção de mensagens. As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório (RIBEIRO, 2003, p. 148-149).

A partir daí, o jornal foi deixando de ser um espaço literário e passou a pensar na experiência de uma opinião própria, neutra e independente, visto que os acontecimentos passaram a serem vistos como notícia e que essa seria a regra básica da construção dessa nova fase da imprensa carioca. Assim essa nova fase da imprensa brasileira caminhava nos anos de 1950 com um padrão de desenvolvimento norte-americano como mostra Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 155): “[...] uma racionalização da produção que apontava para a implantação de um jornalismo de massa no país, ou, noutras palavras, para a incorporação da imprensa na esfera da indústria cultural [...]”.

A postura dos jornalistas na década de 1950 e 1960, frente a esta nova fase da imprensa, é vista com desconfiança, devida muitos jornais como *Última Hora*, *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* usarem dessa modernização para se colocar a serviço de uma política populista, nacionalista desenvolvimentista que vinham a se beneficiar com a modernização e as novas técnicas aplicadas à imprensa nos mais variados graus de interesses econômicos e políticos (RIBEIRO, 2003, p. 156).

A despeito dessa modernização, a autora também defende “[...] a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental-estrutural na dinâmica das empresas jornalística [...]” (RIBEIRO, 2003, p. 156).

Estar ao lado e apoiando certos grupos que estavam no poder ou na oposição era essencial para garantir a sobrevivência das empresas jornalísticas, fossem através de créditos,

empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade como lembra Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 156).

Dessa forma, se Ana Paula Ribeiro assegura que ocorreu uma modernização nas técnicas de informação da imprensa carioca, vemos, entretanto, que apesar da crítica de rodapé – formada, sobretudo, por críticos ao estilo “homens de letras” – conviver com uma crítica universitária, continuou a exercer nos anos de 1960 um importante papel – a partir de sua técnica impressionista – para os interesses dos jornais em realizarem uma construção politicamente atraente aos seus méritos a certos autores literários.

E isso, sobretudo, se pensarmos que, de acordo com o crítico Wilson Martins, ter sido [...] o método impressionista uma das maiores qualidades dos críticos militantes de rodapé, justamente por conseguirem apreender o que seriam as contradições das estéticas literárias, as posições dos escritores diante delas e da própria sociedade, de forma que o método impressionista apreenderia nos autores o que eles teriam de mais original (MARTINS, 1983, p.834).

Entretanto, esse impressionismo não esteve voltado somente ao estudo dos autores e das obras literárias em termos de suas relações com determinadas estruturas sociais e políticas que pudessem não só relativizar a construção da função social dos autores literários, mas também ao estudo dos condicionantes sociais e históricos que se relacionaram com determinadas produções literárias, como os métodos do new-criticism ou do crítico-dialético que passaram a demonstrar.

Mas para além desse impressionismo da crítica de rodapé, a figura do crítico-jornalista, a partir do final dos anos de 1960, é quem ganha proeminência. São os jornalistas que passam a escrever de forma leve sobre livros, deixando para trás os críticos de rodapé e os críticos universitários. Esperava que crescesse o poder crítico-jornalista na imprensa de forma que “[...] espaço para a resenha, a notícia, para um tratamento, sobretudo, comercial do livro [...]” (SUSSEKIND, 2003, p. 35), pois é de se esperar que cresça o poder do crítico-jornalista, do “não especialista” e se realize um retorno aos anos 1940-1950 em torno do rodapé. Contudo, após o desenvolvimento da indústria cultural, a autoridade intelectual no Brasil desde os anos 1960 não se passa mais pelos confrontos entre intelectuais e sim pelas “instituições”, através de suas produções e reproduções de informações, agora o duelo é entre a imprensa e a universidade, duas dissimuladoras da consciência nacional.

Assim, a figura mutante do crítico brasileiro moderno que por vezes se faz confundir a partir de seus métodos e de suas análises aplicadas aos seus discursos. Vendo que a crítica universitária encontra dificuldade de acesso à imprensa, no fim dos anos 1960, os jornalistas

voltam se a posicionarem na mídia impressa, ou seja, as resenhas jornalísticas voltam a se destacar e os críticos-teóricos vêem seus discursos restritos apenas ao nível universitário. Em meio às divergências e conflitos de posicionamento na imprensa os críticos brasileiros convivem a partir de papéis diversos. Segundo Sussekind:

Em meio a essa pressão, a figura mutante do crítico brasileiro moderno. Cronista, jornalista, scholar, professor, teórico, ensaísta: sucedem-se e por vezes convivem papéis diversos. E é nessa mascarada estratégia que se escreve a história da crítica brasileira nas últimas décadas e que se tentará este salto sobre a própria sombra (SUSSEKIND, 2003, p. 16).

Assim, veremos como uma escrita influenciada por essa forma impressionista da crítica literária de rodapé, do “homem de letras” ou mesmo a partir de um estilo de uma escrita mais simples e direta, de fácil assimilação, fez com que aspectos de um “eu empírico” de Arthur Reis fosse representado como complementar ao “outro”, ao autor, escritor, historiador, Arthur Reis, profundo conhecedor dos problemas amazônicos e defensor da região, a partir do lançamento de *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Ou seja, ao autor que [...] se ligou ao limite do discurso do nome próprio do indivíduo que o produziu (HANSEN, 1992, p. 11 - 43).

2.2.1 A construção do autor Arthur Reis diante de suas relações com o homem político Arthur Reis a partir de uma discursividade hegemônica na imprensa carioca nos anos de 1960

O estudo sobre a Amazônia no período colonial, descrita pelo historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, é referência quando se deseja conhecer a história da região. Isso nos reportou então a buscar qual foi a representação que esse intelectual possuiu ao se falar sobre a Amazônia na imprensa carioca na década de 1960, de forma que isso nos permitiu observar o quanto Reis abordou em seus relatos o interesse de estrangeiros pela Amazônia, e como ele conduziu esses interesses para o processo de integração, ocupação e colonização do imenso território enquanto historiador, político e intelectual.

Vejamos como a imagem de Arthur Reis foi construída e como ele através da imprensa denunciou o abandono da Amazônia pela nação na década de 60.

Nesse sentido, notemos que a imagem construída de Arthur Reis pela imprensa a partir do *Jornal do Brasil* (1969), é de uma descrição do Departamento de pesquisa do próprio jornal que buscava mostrar quem foi Arthur Reis, a partir do artigo intitulado *Arthur o erudito*

texto sem assinatura. Nesse artigo o próprio autor se intitula ser um nacionalista compenetrado em busca da defesa da pátria, aliado a uma convicção que conduz ao amparo e a soberania amazônica.

Nasci na Amazônia brasileira. Teimo em continuar brasileiro. Não sou xenófobo. Nem por isso estou disposto a bater ou à vinculação de nossa terra, pela ação de cientistas ou de homens de negócios, a interesses que não sejam os do Brasil. A tese nova: de que o conceito clássico de soberania pode ser refeito, para ajustá-lo a um mundo novo, de espírito universalista, não me parece a melhor tese (ARTHUR..., 1969, p. 12).

A imprensa, buscando uma biografia autêntica de Arthur Reis, buscou então descrever suas características, como mostrou o artigo do *Jornal do Brasil Arthur o Erudito*, que além de descrevê-lo como autor e homem público, mostrou que ele “[...] já publicou mais de vinte livros sobre História e Sociologia, o último – A Amazônia e a Cobiça Internacional – publicada recentemente, é sucesso nas livrarias” (ARTHUR..., 1969, p. 12). Assim vale ressaltar que:

Arthur Ferreira Reis, filho de jornalista e teatrólogo, é um homem de invariável bom humor. Ao longo de sua vida de quase sessenta anos, dedicou-se exclusivamente à cultura – História e Sociologia - e a vida pública. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais e Economia, pela Universidade do Brasil. Seus companheiros de turma foram, dentre outros, Adauto Lúcio Cardoso e Afonso Arinos. Mas foi no exercício de seu cargo de Governador do Amazonas que mais se destacou (ARTHUR..., 1969 p. 12).

Assim, a imagem de Arthur Reis como governador, que impôs uma marca personalista a sua administração no Amazonas e como publicista defensor da Amazônia, não deixou de sofrer a influência da imagem do historiador que produziu sua grande obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, nos anos de 1960.

Arthur Reis passou a ganhar prestígio na imprensa principalmente a partir da publicação de *A Amazônia e a cobiça Internacional*, pois esta obra lhe conferiu autêntica autoridade intelectual e política, como demonstramos anteriormente e, sobretudo, após se tornar governador do Amazonas, devido expressar toda sua preocupação a uma nação sobre os interesses de Estados estrangeiros sobre a Amazônia.

Destaquemos no artigo do *Jornal do Brasil O publicista, o Governador e a Amazônia* de Barbosa Lima Sobrinho, 1965, em que notamos com veemência o perfil de Arthur Reis representado por Sobrinho sendo destacado, sobretudo, por sua posição vitalícia na historiografia brasileira e que se valeu de seus escritos bibliográficos que procuraram revelar a conquista e o povo do vale amazônico. Sendo que Sobrinho procurou destacar as obras:

Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira, O processo Histórico da Economia Amazonense, A política de Portugal no vale Amazônico, A Amazônia que os portugueses revelaram, A conquista Espiritual da Amazônia, Território do Amapá, Perfil Histórico, Estadistas Portugueses na Amazônia; obras que necessitaram de um arcabouço tamanho de provas e documentos em arquivos sobre o vale amazônico. Fato que fez com que Sobrinho afirmasse nesse artigo, no *Jornal do Brasil*, que o ápice dessa experiência com os estudos do vale amazônico veio com a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*:

É possível que essa convivência com vários séculos da região amazônica, com o ingente sacrifício de seus povoadores, tenha gerado, no espírito de Arthur Reis, um sentimento mais vivo de zelo e de amor. As regiões fronteiriças são focos de paixões, que o próprio atrito com os estrangeiros costuma provocar. E a história amazônica não é senão uma luta porfiada contra a cobiça internacional, como o próprio Arthur Reis nos relatou, no mais característico de seus livros, aquele que tem por título e tema *A Amazônia e a cobiça Internacional* (SOBRINHO, 1965, p. 6).

Ainda segundo Barbosa Lima Sobrinho, “[...] Na formação espiritual de Arthur Reis o que predomina é o cientista, com sua objetividade, com a obsessão da comprovação e da verificação” (SOBRINHO, 1965, p.6).

O posicionamento de Arthur Reis na obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, conforme Sobrinho seria o de exercer uma profunda identificação com a causa do vale amazônico, a partir das lutas e experiências já vividas há séculos na região, para que ele pudesse desempenhar a partir de sua obra uma mobilização na consciência brasileira sobre o grande espaço amazônico.

Assim, Sobrinho ressaltou que Arthur Reis:

Sente que desempenha, em face da Nação brasileira, a função de sentinela. Não faz por isso cálculos de sobrevivência política ou de êxito pessoal. Limita-se a cumprir a tarefa de sentinela. Que o acampamento desperte, ou não desperte, reaja ou não reaja, já não é mais com ele. Mas todos ficarão com a certeza de que, no momento preciso, Arthur Reis embocou o clarim para o toque de alerta (SOBRINHO, 1965, p. 6).

Sobrinho elegeu Arthur Reis como publicista a partir da leitura do livro *A Amazônica e a Cobiça Internacional*, em que percebeu que Arthur Reis não se solidarizou com campanhas como a de Artur Bernardes em favor de proteção e preservação do espaço amazônico e dedica um capítulo ao episódio da Hiléia e completa a equação de fatores internacionais que se faziam sentir a “pressão dos interesses internacionais”, como a

industrialização, a necessidade urgente de matérias primas, a explosão demográfica, a destruição das riquezas da terra, a discriminação racial, a fome, que resultaram num interesse massivo pelas riquezas amazônicas, pois Barbosa mostra a indignação de Arthur Reis ao ver que os interesses dos povos estrangeiros:

não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria prima. É um interesse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil” (SOBRINHO, 1965, p.6).

Sobrinho concluiu seu artigo sobre a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* e o autor Arthur Reis afirmando “[...] que o Governador não exautora o Historiador e o Publicista, para demonstração de que estamos diante, não de um oportunista, mas de um brasileiro conscientes de suas altas responsabilidades culturais” (SOBRINHO, 1965, p.6).

Nesse sentido, vemos como a função do autor Arthur Reis foi capaz de ser associada às imagens do político e do publicista, ao mesmo tempo em que essa função- autor possibilitou a legitimidade de seu discurso diante da imprensa nos anos de 1960.

Portanto, o que poderíamos chamar de um discurso aos moldes da crítica de rodapé, que construiu a função autor em Arthur Reis a partir da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*⁹, procurou aliar a essa função, de uma forma geral, as contribuições positivas que as ações de um “eu” empírico de Arthur Reis poderia ter reservado de mais positivo em termos dos pensamentos e ações que realizou o político e publicista.

A partir disso, uma discursividade hegemônica foi feita a partir de uma identificação e repartição entre jornalistas e críticos das posições políticas de nosso autor. Identificação muitas vezes que procurou certa “intimidade” com o autor Arthur Reis a partir de certos comentários elogiosos e que denotaram uma indistinção entre as posições particulares dos seus críticos e do próprio Arthur Reis diante do público na imprensa. Como podemos identificar no jornal *Tribuna da Imprensa* (1968) no artigo *A Amazônia e a Cobiça Internacional* escrito por Genival Rabelo, em que expõe a imagem de Arthur Reis como professor e escritor. Lembra ainda a publicação de seu livro em 1960, justificando que o livro de Arthur Reis é um precioso livro e que constitui “A luta pela Amazônia”, dessa forma, Genival Rabelo destaca que o autor Arthur Reis

⁹Devido sua formação impressionista que não considerou em suas análises as relações entre os autores, obras e sociedade que envolvesse questões estruturais mais amplas, inclusive em termos de posicionamento dos escritores diante das classes sociais.

[...] constitui a obra de consulta obrigatória, mas não apenas pela riqueza e correção de informações, justeza propriedade das teses apresentadas, mas, sobretudo, pela oportunidade e força das denúncias sobre a magnitude dos riscos a que está sujeita a nossa Hiléia, face à secular e sempre crescente cobiça internacional. De lá para cá, mostrando-se, com razão, cada dia mais preocupado com a gravidade do problema, Ferreira Reis se tem desdobrado, fazendo conferências, escrevendo artigos para a imprensa, alertando, enfim, a opinião pública, num incontido afã patriótico e altamente louvável de sensibilizar as autoridades premente de nós, brasileiros, sem perda de tempo, voltarmos todas as preocupações e energias para ocupação efetiva da Amazônia (RABELO, 1968, p. 4).

Diante desses elogios e do destaque dado a Arthur Reis na imprensa, Rabelo expõe em seu artigo que Arthur Reis sente que seu esforço começa a frutificar ao observar “[...] as declarações recentes do presidente da República sobre o problema e as medidas anunciadas para encaminhamento de soluções, como o da implantação de vasto sistema de comunicações entre a Região e as áreas desenvolvidas do País, [...]” (RABELO, 1968, p. 4). Observemos aqui como o sujeito empírico influenciou o autor e como o autor pôde expor suas ações sobre o sujeito político, isso decorre a partir do grau de influência obtida pelo autor e pelo político na defesa da região amazônica.

Percebemos então, o jornal *Correio Braziliense*¹⁰, (1965) nos Informes políticos em que Edísio Gomes de Matos se referindo a Arthur Reis como “O Rei Artur” declara que:

Já conhecido nos bastidores do Congresso Nacional como ‘o Rei Arthur’, o Sr. Artur Reis, Governador revolucionário do Amazonas e exaltado defensor das riquezas nativas da região, demonstra marchar até ao fim na sua luta pela preservação da integridade da Amazônia, não sendo impossível que, perdendo, nesta matéria, o apoio do governo federal, volte a renunciar ao mandato de governador, para dedicar-se, como panfletário, à luta pela defesa da Região (MATOS, 1965, p. 4).

Diante dessas declarações, Matos expõe, que mesmo não tendo uma boa atuação administrativa enquanto Governador do Amazonas, Arthur Reis:

Viajou muito pelo rio Amazonas, tendo, certa feita, cumprindo um período de férias, percorrido de navio, todo enorme rio, anotando, durante a viagem,

¹⁰Primeiro jornal de Brasília, nascido junto com a nova capital federal em 21 de abril de 1960. O jornal retomava o nome do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa, editado em Londres entre os anos de 1808 e 1822. A edição inaugural somava 108 páginas, a maior parte delas no caderno comemorativo da inauguração da cidade. Ao tomar a decisão de construir uma cidade que viria a ser a nova capital da República, deslocando-a do Rio de Janeiro, o presidente Juscelino Kubitschek obteve do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, céptico ante a magnitude do empreendimento, a promessa de que se a obra fosse levada a termo no tempo previsto teria a acompanhá-la, registrando-lhe o nascimento, um jornal de sua cadeia. O novo jornal se tornaria de fato o principal diário impresso da cadeia dos Diários Associados. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

que levou mais de mês, as observações que, pessoalmente, fazia. Seu primeiro livro nasceu daí. Depois, quando pressentiu estar a Amazônia de novo ameaçada pelo domínio estrangeiro, escreveu uma obra pouco lida, mas muito conhecida: ‘A Amazônia e a Cobiça Internacional’ [...] (MATOS, 1965, p. 4).

Pedro Barroso registrou *Reunião de Manaus*, no jornal *Tribuna da Imprensa* (1967). Nesse texto, Barroso divulgava que as atenções do Itamarati estarão para a “Reunião de Manaus” isso devido às discussões estarem por conta da autorização do navio-americano “Alpha Helix” realize “pesquisas científicas”, no período de fevereiro a novembro em toda a extensão da Amazônia. Diante disso, o Itamarati tem evitado falar sobre essa nova concessão do governo Castelo Branco, uma vez que, ao falar da Amazônia e implantar projetos estrangeiros na região, logo se esbarrava na “[...] presença lá do Governador do Estado do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, cujas posições nacionalistas impediram que a Amazônia caísse nas mãos de grupos econômicos internacionais” (BARROSO, 1967, p. 4). Percebemos então, o quanto a imagem do autor e do político Arthur Reis soava importância ao Governo Federal e o quanto sua opinião e seu conhecimento foram determinantes ao futuro do vale amazônico, como podemos observar:

O discurso do governador amazonense está sendo aguardando com grande interesse e por certo marcará uma vez mais sua firme decisão de não permitir o retalhamento da Amazônia, posição que ficou clara em seu clássico ‘*A Amazônia e a Cobiça Internacional*’ (BARROSO, 1967, p. 4).

Neste sentido, as representações criadas, pela imprensa do Rio de Janeiro do político e do intelectual Arthur Reis o demonstraram a partir de uma postura nacionalista e personalista na década de 1960. Como afirmam Magno Ferreira Assis e Alexandre Pacheco:

O Governador intelectual Arthur César Ferreira Reis foi promovido pela imprensa da época através de uma imagem que o mostra como um homem honrado e dedicado à defesa da pátria, além de grande intelectual e pessoa de boas ideias, ou seja, alguém que deve ser ouvido, com projetos concretos, principalmente para a defesa da soberania nacional na região amazônica. (ASSIS; PACHECO, 2009, p. 1).

Essa perspectiva de inserção de Arthur Reis, a partir de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, apresenta relações com o que João César de Castro Rocha afirmou para os intercâmbios entre literatura e sociedade diante de uma sociedade em que a interpenetração do privado sobre o público sempre se impôs a partir de uma cultura da cordialidade, já que para ele:

Afinal, se para o estudo dos intercâmbios entre literatura e sociedade não basta examinar a ‘maneira como os textos representam as relações sociais engendradas por determinado modo de produção, mas importa, também e principalmente, (examinar) a forma como o texto encena sua inserção no sistema de produção [...]’, numa sociedade de homens cordiais, esta inserção é precedida pela do escritor na República das Letras (CASTRO ROCHA, 1998. p.30).

Notemos, no entanto, quais foram às instabilidades que estiveram por trás dessa forma de conceber a construção do autor Arthur Reis a partir de sua obra *A Amazônia e a cobiça internacional* diante da imprensa do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

A RELATIVIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR CÉSAR REIS A PARTIR DE *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL* NA IMPRENSA CARIOCA A PARTIR DAS RELAÇÕES DESSE AUTOR COM O PODER NA DÉCADA DE 1960

3.1 A IMPRENSA CARIOCA E O HOMEM DE LETRAS ARTHUR REIS

Vimos como a função autor em Arthur Reis foi constituída a partir da representação hegemônica desse autor como um autêntico nacionalista defensor da Amazônia.

Em outras palavras, o discurso hegemônico produzido no âmbito dos críticos e dos jornalistas para a função autor em Arthur Reis apropriou-se do que empiricamente foram os discursos, as ações e os sentimentos que pertenceram ao sujeito empírico Arthur Reis. Discursos, ações e sentimentos que contribuíram efetivamente para os contornos que representaram esse autor para além de um competente estudioso sobre os problemas que impediam a integração da Amazônia, mas que também o demonstraram como um autor nacionalista em diálogo com o homem público, político competente e planejador.

Dessa forma, Chartier (2012, p. 35) nos faz entender como esse traço nacionalista e do homem público competente instauraria por extensão sobre a função autor em Arthur Reis, o fato de que ela não mais poderia ser pensada apenas como “[...] uma função discursiva, um modo entre outros de atribuição dos discursos, mas como o que dá existência a uma ausência essencial.”

Assim, esse preenchimento de aspectos de sua representação como autor, que não podem ser dados apenas pela recepção da imprensa aos discursos que ele elaborou no âmbito dos estudos que realizou em *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, mas também a partir das qualidades provindas também do sujeito empírico, buscou impor uma unidade estável isenta de contradições sobre a imagem de Arthur Reis que, como vimos, foi construída de forma positiva na imprensa.

Quais as instabilidades, entretanto, que tal representação da função autor em Arthur Reis, realizada pelo que entendemos ter sido uma discursividade hegemônica da crítica na imprensa carioca, pôde conter a partir da percepção de que a imagem do autor Arthur Reis

deixou de englobar outros aspectos do sujeito empírico, sobretudo, como homem político que esteve à frente do poder do Estado do Amazonas?

Poderíamos dizer que tais instabilidades giraram em torno, principalmente, do fato de que tanto as representações de seu nacionalismo, como sua representação como homem público competente que agiu politicamente para o bem da Amazônia – ambos os aspectos integrados à função autor – não estavam isentas de contradições dentro do contexto político, como também dos modos de pensar da intelectualidade de sua época.

Procuraremos, dessa forma, desconstruir a perspectiva hegemônica que construiu o autor Arthur Reis, como demonstrado acima, a partir da contraposição dessa representação com certos pensamentos e ações que foram emanados por Arthur Reis, acima de tudo, diante da crise que teve que enfrentar quando se tornou governador do Amazonas, em 1964, e teve a oposição do poder legislativo de seu Estado. Pensamentos e ações enfim, que pertencentes ao sujeito empírico nos revelaram uma relativização tanto do significado de seu nacionalismo como de sua competência como homem político e administrador. Aspectos que acabaram por compor a construção também de sua representação como autor, nos anos de 1960.

3.2 OS INTELECTUAIS E O NACIONALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E O PODER NA DÉCADA DE 1960

De acordo com Pécault (1990), diante da conjuntura política e econômica instalada no Brasil, no início do século XX, a geração de intelectuais, como por exemplo, Euclides da Cunha e Lima Barreto que utilizaram a literatura como forma de recuperação do nacionalismo como transformação social e política, surgem a partir da confrontada república que se sente incapaz de constituir a nação a partir de um sentimento nacionalista e esses intelectuais passam a se aliar a esse ressentimento, contribuindo para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente, portanto:

Tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. Em larga medida, o mesmo sucedeu nos anos 60 (PÉCAULT, 1990, p.22).

Contudo, a posição política e social dos intelectuais foi afetada por volta dos anos 1920 a 1940 com a ampliação do mercado de bens culturais e o desenvolvimento econômico

nas regiões mais desenvolvidas do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, isso fez com que esses intelectuais sejam condicionados a renunciar ao antigo estilo de vida das camadas mais favorecidas e a reconhecer a necessidade de uma profissionalização, devido essa geração ter se tornado porta-voz da nação e ter ganho a verdadeira autoridade do Estado, a posição de poder . Segundo Pécault:

A geração dos anos de 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente (PÉCAULT, 1990, p.22).

Além do que, enquanto agente, coube ao intelectual promover a cultura e gerar seu próprio reconhecimento diante da sociedade civil e usar de sua influência dentro do aparelho do Estado para se manter dentro do círculo de favorecimento oferecido pelo mesmo, para assim se conservar no poder. Segundo Sérgio Micelli em seu livro *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil* (1979) esses intelectuais passam a migrar para o serviço público, aumentando a máquina burocrática do Governo. Sendo assim, “[...] O ingresso no serviço público permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos das classes dirigentes resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação. [...]” (MICELLI, 1979, p. 133-134).

Por volta dos anos 1930 e 45, os intelectuais buscaram criar uma unidade representativa de classe política diante da sociedade, pois já firmados em seus empregos públicos se mostravam preocupados com o problema da identidade nacional e das instituições, considerando que o sentimento nacional já firmado não era suficiente para considerar o povo brasileiro politicamente constituído e, sim, seriam as instituições a saída para se alcançar uma afirmação nacional. Deste modo, “[...] “Organizar” a nação, é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites. [...]” (PÉCAULT, 1990, p. 14-15). Portanto, “[...] Dela os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade [...]” (PÉCAULT, 1990, p.15). Atuando dessa forma, os intelectuais que partiram desse princípio acreditam que “[...] apesar das discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir “de cima” e dar “forma” à sociedade. [...]” (PÉCAULT, 1990, p. 15).

Com relação aos intelectuais dos anos 1950 - 60 podemos perceber que se situam de forma distinta, a princípio se colocam a favor do povo, fazendo entender que já há uma nação constituída e, por outro lado, vêem o mesmo como garantia de unidade nacional, pois o povo e a nação são essenciais nesse momento. No entanto, o desafio que esses intelectuais têm que enfrentar não é interno e, sim externo como fala Pécault: “[...] Não se trata mais de assegurar a coesão interna da nação, mas de defender seus interesse das ameaças externas ligadas ao imperialismo [...]” (PÉCAULT, 1990, p. 15).

Quando Pécault (1990) nos fala que não se trata mais de assegurar uma união nacional e sim de se firmar enquanto sujeitos em prol de toda nação, devido às ameaças externas atreladas ao imperialismo, vemos então, jornalistas, críticos, historiadores e imprensa buscarem em seus discursos meios de assegurar e defender a Amazônia das ameaças vindas de estrangeiros que buscam explorar a região, exercendo assim seu imperialismo na região. Visto que os mesmos buscam através de suas críticas cobrarem do Estado medidas que desenvolvam a grande hiléia amazônica, como mostra o jornal *Última Hora* em (1965) *Amazônia* de autor desconhecido que aponta:

A Amazônia brasileira tem-se constituído num desafio à nossa nacionalidade. Região de potencial riquíssimo, só de produção extrativa poderia compensar significativos investimentos. Produção, aliás, disputada no mercado mundial, como a borracha e a madeira. Além disso, vastíssimas terras, boas para a agricultura e a pecuária, não são aproveitadas, num País carente de alimentos. Entretanto, as dificuldades de aproveitamento dessa riqueza estão em proporção com aquele potencial. E preciso, portanto, o emprego de vastos recursos em técnico e dinheiro (AMAZÔNIA..., 1965, p. 4).

Assim, a relação dos intelectuais com o poder se assegura a partir de que instituições como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), CPCs (Centros Populares de Cultura) e MEB (Movimento de Educação de Base) têm como o objetivo inclinarem-se às classes populares apagando assim sua origem de “pequeno Burguês” perante essas classes. Contudo, a expansão do marxismo foi relevante para que os intelectuais passassem a trabalhar a consciência do povo e da nação, buscando nessas classes uma conscientização de sua legitimidade, enquanto intérpretes das mesmas. Essas gerações de intelectuais se consideram responsáveis pela reorganização racional da esfera social, por se situarem num patamar acima da sociedade, por se considerarem co-autoras das produções das representações do político. Pécault nos mostra que a cultura política existente nas gerações se fundamenta a partir do encontro de si mesmas ao se manifestarem a partir da evolução histórica do povo e da nação.

Em vista disso, no jornal *Última Hora*, na reportagem citada acima, vemos a aproximação desse intelectual às classes populares com o objetivo de alertar, assim como fez Arthur Reis, as possibilidades da cobiça internacional embutidos na Amazônia.

De qualquer modo, somos nós os interessados no verdadeiro desenvolvimento da Amazônia, e não em explorá-la, simplesmente, extrativamente. Sem essa determinação de fé, negando os nossos valores e as nossas possibilidades, não encontraremos a solução para os problemas da Amazônia, e só faremos aguçar a cobiça estrangeira sobre a imensa e riquíssima região (AMAZÔNIA..., 1965, p. 4).

Segundo essa reportagem do jornal *Última Hora* (1965), o problema da Amazônia é na verdade: “[...] antes de tudo, de audácia e espírito pioneiro. Sem esse espírito é impossível domar e utilizar em benefício dos seus habitantes e do Brasil, toda aquela grandeza” (AMAZÔNIA..., 1965, p. 4).

Diante dessa situação, vemos como alguns intelectuais no Brasil passam a se posicionar a favor de um desenvolvimento que deveria ser direcionado para a Amazônia na década de 1960, percebemos como as posições políticas literárias desses críticos passaram a questionar o abandono da região Amazônica frente ao desenvolvimento engajado nas regiões mais desenvolvidas do país.

E neste sentido, temos uma figura importante, autêntica e crítica que escreveu sobre a Amazônia e tinha influência e poder de questionar o Estado de uma posição mais efetiva em relação à Amazônia, Arthur Reis. Este político e intelectual ou intelectual e político, nos mostrou que mesmo fazendo parte de uma seleta elite de intelectuais que ocupava cargo de poder, isso possibilitou a ele voz ativa na imprensa carioca.

Consequentemente, sua presença constante na imprensa serviu de base para legitimar suas posições diante do aparelho do Estado, assim como discutido por Sérgio Micelli para a classe de intelectuais que se formou entre os anos de 1930 e 1945. Reis e sua obra também se encontram nesse triunfo dominante, como podemos perceber nas palavras de Micelli:

A eficácia política de seus escritos derivou, portanto, da conjunção entre os triunfos sociais que estavam em condições de acionar para converter seus pontos de vista em ortodoxia ideológica e as rupturas com as doutrinas e modelos jurídicos então dominantes (MICELLI, 1979, p. 165).

Assim, o posicionamento do intelectual Arthur Reis se encontra evidente na imprensa carioca, a partir de seu nacionalismo e sua posição contrária ao imperialismo, aspectos que

estiveram presentes em sua obra *A Amazônia e a cobiça Internacional* (1982), como demonstra o jornal *Correio da Manhã* (1963) sem autoria:

[...] Considera o professor Arthur Reis que embora certas áreas do poder central tenham consciência do problema amazônico, não se tem passado de um interesse distante, que se consubstancia no reconhecimento de informações, equações sigilosas, sem o complemento das decisões impetuosas. ‘Em livro que publiquei – acentuou o Sr. Arthur Reis – *‘A Amazônia e a cobiça Internacional’*, tentei despertar a consciência nacional [...]’ (FÓRUM..., 1963, p.3).

Nesses termos, Daniel Pécault (199, p. 99), afirma que, a partir da trajetória dos intelectuais brasileiros entre 1920 a 1982, “o tema democrático estava subordinado ao tema nacional”. E isso nos faz entender que a nação estava sendo construída a partir dos interesses econômicos, políticos e culturais de intelectuais influentes na esfera pública, ou seja, via-se então que se a nação já estava constituída pelo sentimento de uma identidade nacional, o que restava então era assentar o povo como sujeito político para que ele pudesse manifestar-se a serviço da soberania nacional.

Dessa forma, os discursos presentes na imprensa que partem de jornalistas, políticos e intelectuais como Carneiro, Chermont de Britto, Alberto Dines, Rui Rocha, Osório Nunes, Barbosa Lima Sobrinho, Arthur Cesar Reis, dentre outros autores de artigos não assinados expressaram termos nacionalistas e desenvolvimentistas sobre o problema da Amazônia na imprensa do Rio de Janeiro, como demonstramos no segundo capítulo.

Fato que observamos no *Jornal do Brasil*, por exemplo, quando noticiou no artigo *A Amazônia desconhecida* (1966) que o país estava “[...] diante de um verdadeiro desafio, que já não podemos recusar sem grave risco para o nosso destino nacional, a começar pela integridade de nosso território [...]” (AMAZÔNIA..., 1966, p. 6).

Os discursos que esses intelectuais brasileiros inseriram na imprensa carioca apesar de expressarem a tentativa da busca de soluções para as graves dificuldades enfrentadas pela sociedade amazônica, ao se analisar a obra de Daniel Pécault *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Entretanto, vemos que muitos intelectuais que expressaram discursos acerca de uma “Unidade nacional”, muitas vezes através de seus posicionamentos políticos e sociais, foram passíveis de se colocarem entre os interesses do saber e do poder.

Em vista disso, vemos como os intelectuais se comportaram diante do jogo de interesses entre os períodos 1930 e 1960 em que há um contraste significativo em relação à posição dos intelectuais, do povo e do poder. Em 1930, esses intelectuais se aliaram às elites,

e o povo é destituído de qualquer identidade política. Já nos anos de 1960 os intelectuais utilizaram o Estado para proclamar enfim a independência da nação, assim eles procuram se aliar ao povo e se identificar como povo, de forma que Pécault observa que “[...] Tanto em 1930 como em 1960 ocorre uma valorização do “povo”, representando ao mesmo tempo a unidade latente da Nação e a energia potencial, cega talvez, mas irresistível, que impulsionava o país [...]” (PÉCAULT, 1990, p. 181-182).

E é nesse período de 1960 em diante que voltamos à imprensa carioca pra mostrar como a Amazônia serviu de interesse para esses críticos literários e/ou jornalistas que escreveram seus discursos nacionalistas a partir de posições nitidamente desenvolvimentistas para a região.

Como vemos no Jornal *Diário de Notícias* (1965), em artigo sem assinatura, uma matéria que retrata sobre o “Nacionalismo” frente à Amazônia, visto que, expõe os símbolos marcantes do nacionalismo como o verde e o amarelo, o hino nacional e a bandeira que se encontram fora de voga, como também o contexto nacionalista de protesto que se contenta com alguns pontos sagrados. E a partir de agora segundo o artigo do jornal *Diário de Notícias* os interesses nacionalistas se debruçam em outras instâncias como, petróleo, o minério e a Amazônia. Assim o questionamento sobre o nacionalismo se volta agora para:

O debate sobre a instalação de postos de pesquisas das universidades norte-americanas no trópico brasileiro vem revelar quanto continua epidérmico entre nós um nacionalismo que se contenta com símbolos, em vez de concentrar-se num programa de verdadeira afirmação nacional (NACIONALISMO..., 1965, p. 4).

Nessa perspectiva nacionalista de incitar o povo a um desenvolvimentismo nota-se que o jornal se posiciona de forma que o verde-amarelismo considerado nacional que esteve em voga anos anterior, não serve mais como respaldo para afirmar a nação brasileira e sim o que impera a partir dos anos de 1960 é, portanto, uma:

[...] outra espécie de nacionalismo puramente de protesto que se contenta com a defesa vocífera de alguns pontos sagrados, que são uma transposição econômico-geográfica dos outros símbolos formais: o petróleo, o minério e a Amazônia. [...] (NACIONALISMO..., 1965, p. 4).

Diante dessa posição nacionalista, Pécault, ao se referir ao intelectual (lembrando que o autor se reporta apenas aos intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), percebe que ele ainda está muito longe do discurso de uma democracia “formal”, isso devido

o intelectual ser marginalizado quando se refere ao tema “Democracia”, ou seja, a intervenção militar não possibilitava aos intelectuais terem mais pertinências ao discutirem o tema. Mesmo assim, à época, o termo Democracia, nunca foi muito exaltado pelos intelectuais, pois ainda que muitos defendessem o termo, o faziam sem questionar as instituições, os procedimentos adotados e as formas de legitimação que lhes cabiam.

Muitas vezes, a Democracia era confundida com liberalismo oligárquico ou até desagregação social, mas, a partir da década de 1960 e 1970 em diante, na intensidade que se mostrou a ditadura, o termo “Democracia” torna-se a palavra-chave do discurso dos intelectuais, fazendo perceber que o termo trás uma “ideia nova” como também de resistência ao regime.

Para os intelectuais, esse conceito já existente na esquerda é resgatado e apropriado em seus discursos que buscam no termo um modo de institucionalizar suas falas de forma com que no campo político ou no campo do saber seja um modo de reconhecimento social. Assim, o sistema de governo que imperar no país, passa por várias contradições, de um lado reprime e de outro financia o desenvolvimento. Porém, na classe dos intelectuais, percebemos que há divisões, uns a favor do Estado autoritário e os que se associam a grupos de esquerda, porém, as estratégias são as mesmas, o viés Nacionalista.

Segundo Pécault, o meio intelectual funciona como “[...] um subsistema político, com suas instâncias de poder, seus debates e suas práticas de cooptação [...]” (PÉCAULT, 1990, p. 195). Assim, vemos que:

De 1974 a 1979, a intelectualidade assume em relação ao regime o aspecto de uma espécie de partido, com porta-vozes oficiais, influência na imprensa e nos meios de comunicação, presença em certas administrações, representação no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), contatos com a Igreja e às vezes canais de comunicação com elementos ligados ao regime (PECAULT, 1990, p.195-196).

Com o advento do Golpe de Estado de 1964, percebemos que houve um deslocamento dos intelectuais nacionalistas, em que a classe passou a realizar várias concepções na esfera política, fazendo com que essa classe passasse a se posicionar entre o Estado e a sociedade. Assim sendo, os intelectuais diante o Golpe Militar atravessavam momentos de desorientação, mas, apesar da repressão que se abateu sobre a classe, a rigidez ficou direcionada principalmente àqueles que apoiavam movimentos populares, como podemos perceber a partir Pécault:

No caso dos intelectuais, foram visadas, sobretudo as instituições e organizações que haviam apoiado os movimentos populares: o ISEBe os CPCs, submetidos a inquéritos militares, desapareceram. O exército ocupou a sede da UNE. Personalidades como o Roland Corbisier e Ênio Silveira, diretor da editora Civilização Brasileira, foram presas durante dias ou semanas. Muitos foram submetidos a interrogatórios militares e às vezes tiveram cassados seus direitos políticos e perderam o emprego (PECAULT, 1990, p. 200).

Logo, não podemos comparar a repressão que ocorreu aos intelectuais, com a que ocorreu aos militantes populares, operários e camponeses, pois estes outros setores passaram cada vez mais a diminuir suas ações, principalmente, com a promulgação do AI5 (Ato Institucional numero 5). Apesar, da censura e da repressão, os intelectuais foram levados, dentre o novo “[...] contexto político a reivindicar sua autonomia enquanto categoria social que não podia mais se acomodar à antiga disciplina” (PACAULT, 1990, p. 202).

Essa “hegemonia cultural” serviu para revelar uma cultura política já existente antes de 1964, como podemos perceber:

Para vários intelectuais, sobretudo os que haviam contribuído para a elaboração dos esquemas nacionalistas, o regime militar seria apenas um intervalo: sua política econômica só poderia acarretar uma derrota imediata. Com isso, o projeto de desenvolvimento nacional e integrador conservava toda a sua validade, ainda que o nacional- populismo, em suas antigas modalidades, parecesse condenado (PECAULT, 1990, p. 203).

À medida que os intelectuais condenam a ditadura imposta pelos militares, também não vão de encontro com a política de integração econômica dos militares, isso por que a modernização, o desenvolvimento e a democratização apesar de caminharem juntos, acreditam na “hegemonia cultural” formada pelos intelectuais que a modernização firmada pelos militares sofreria uma ruptura, devido:

O desenvolvimento deixa de desempenhar o papel de lógica do social, inscrita no movimento do real e tecnologicamente orientada no sentido da criação de uma nação soberana. Ao contrário, tudo evidencia os obstáculos ‘estruturais’ ao desenvolvimento e as distorções multiplicadas por este. Já não se trata mais só do freio das estruturas arcaicas, mas do freio inerente à contradição das sociedades periféricas (PÉCAULT, 1990, p. 203-204).

Isso faz nos perceber que antes de 1964 as políticas desenvolvimentistas não estavam direcionadas a uma lógica social e sim a bases econômicas aliadas a investimentos estrangeiros com o objetivo de desenvolver e modernizar o país. Para isso, vemos que “[...]”

“A hegemonia da esquerda” exprime também a crise da assimilação do desenvolvimento à modernização” (PÉCAULT, 1990, p. 204). O “desenvolvimentismo” proposto pelos militares já agoniza bem antes de 1964, pois o Golpe Militar faz desse termo uma peça importante para o museu da ideologia. Ainda sobre esta questão, o autor afirma que:

Discordantes sobre outros pontos, os intelectuais de oposição reconhecem, quase com unanimidade, que a ruptura política é o resultado do esgotamento do modelo de crescimento e que o governo militar, sob a ortodoxia econômica, faz apenas uma vã tentativa de devolver a primazia aos setores tradicionais. Daí a sua conclusão, ao mesmo tempo pessimista e otimista: o Brasil corre o risco de ser condenado à estagnação econômica, mas o momento só pode ser um intervalo, já que o governo mergulha num impasse (PÉCAULT, 1990, p. 222).

No início da década de 1960, a sociedade brasileira encontrava-se dividida entre as proposta de modernização capitalista, a permanência dos interesses conservadores e as reformas de base de cunho nacionalista desenvolvimentistas. Dentro desse período, em 1964, o governo de João Goulart sofria com os avanços das mobilizações sociais e as radicalizações da esquerda e da direita que eram cada vez maiores. Contudo, frente a esses movimentos, a reação militar contra o governo João Goulart foi ininterrupta, as tropas militares invadiram o Rio de Janeiro e os militares assumiram e instituem o regime autoritário.

Isso vale lembrar que o primeiro presidente do regime militar eleito pelo Congresso Nacional foi o Marechal Castelo Branco, assumindo o dever de reformar e desenvolver o capitalismo brasileiro com o propósito de conter a ameaça comunista. Tendo em vista esse propósito desenvolvimentista dos militares, as propostas do presidente para a Amazônia foram destaque no Jornal *Correio da Manhã*, (1966), que afirmou que o presidente na primeira reunião de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia, iniciou seu discurso dizendo “já ser tempo de adotarmos para a região estratégias destinadas à integrá-la no caminho da prosperidade” (CASTELO..., 1966, p. 10). Para ele a prioridade seria:

[...] O compromisso de tratá-la, prioritariamente, integrando-a definitivamente na vida econômica do País, pois, como bem observou o ministro João Gonçalves de Souza, tão eficiente e dedicadamente empenhado no soerguimento agora iniciado, ‘as instituições até há pouco existentes, via de regra, se haviam deixado entorpecer por uma atmosfera de atuação tímida, politizada e paternalista’ [...] (CASTELO..., 1966, p. 10).

Diante do projeto econômico de desenvolvimento nacional e integrador a partir de 1964, vemos o respaldo nas reportagens descritas sobre a necessidade de integração de todas

as regiões, inclusive a região norte, vemos assim no jornal *Correio da Manhã*, (1960), como transparece no artigo a busca por instalação de indústria na Amazônia. O jornal *Correio da Manhã* publica: “Fará a indústria amplo levantamento das condições econômicas da Amazônia” (1960), nessa reportagem o Jornal mostra:

o desequilíbrio da economia regional e a necessidade de prosseguir nas iniciativas tendentes a expandir o mercado interno do país, com o desenvolvimento de suas diferentes regiões, a Indústria Brasileira resolveu voltar-se agora, para a Amazônia – a mais extensa área desaparelhada do Brasil (FARÁ..., 1960, p. 1).

O Jornal *Correio da Manhã* é considerado um dos mais importantes jornais do país, fazendo jus à classe média do Rio de Janeiro, o jornal sempre se posicionou a favor de uma modernização para o país. Porém, essa modernização era acompanhada de ideais contra as oligarquias que buscavam bloquear a opinião do povo e o acesso aos seus direitos essenciais.

Dessa forma, identificamos ainda na reportagem do jornal *Correio da Manhã* (1960) mencionado anteriormente que trouxe na sua essência nacionalista desenvolvimentista medidas que favoreciam a modernização da região. E mostrou através do seminário realizado em Garanhana, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Lídio Lunardi, que as medidas adotadas no Nordeste poderiam ser adequadas ao desenvolvimento da Amazônia:

[...] o êxito obtido com o Seminário do Nordeste, realizado em Garanhana, onde foram exaustivamente estudados os problemas da região em todos os seus pormenores, fazendo-se verdadeira radiografia da conjuntura econômica regional e propondo-se os meios mais adequados de eliminar as suas deficiências. “o mesmo esperamos fazer na imensa região amazônica – disse- onde vive uma gente laboriosa, mas grandemente prejudicadas pela inexistência de condições que lhe permitam desfrutar de padrão de vida satisfatório. A formação de um programa visando ao desenvolvimento econômico da Amazônia se reveste de excepcional importância, porquanto representará valiosa contribuição notadamente ao governo, hoje empenhado na recuperação e definitiva integração da Amazônia, abertura de rodovias ligando Brasília a Belém do Pará e ao Território no conjunto da economia nacional. A do Acre são empreendimentos gigantescos que abrem perspectiva de progresso para uma área geográfica do país até hoje praticamente relegada ao esquecimento. É óbvio que a expansão do mercado interno determinada pelas novas facilidades de comunicação na Amazônia atrairão com o tempo a iniciativa privada, que precisa conhecer perfeitamente os recursos econômicos regionais, a um de encaminhar-se para lá. O levantamento sócio-econômico que os técnicos da CNI farão, tal como ocorreu no Nordeste, se destina, portanto, a proporcionar também à empresas privadas as informações indispensáveis à sua atuação na área amazônica (FARÁ..., 1960, p.1).

Observemos como o viés econômico nacionalista permeia nos discursos também de empresários na imprensa, que juntos ao Estado buscam uma integração do país através de empreendimentos que levaram o progresso ao mercado econômico nacional, pois entendem que seria o meio capaz de levar à consciência nacional a modernização e isso seria permitido através da imprensa.

Diante desse desenvolvimento, a imprensa seria o meio que jornalistas e os críticos literários usariam para interferir na opinião pública e para expor suas práticas e as do Estado com o objetivo de empreender a Nação.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES DO EPISÓDIO DA CRISE DO GOVERNADOR DO AMAZONAS ARTHUR REIS NA IMPRENSA CARIOCA

As representações observadas no episódio da crise do governador do Amazonas Arthur Reis na imprensa carioca nos permitirá desconstruir a perspectiva hegemônica que construiu o autor, como demonstrado anteriormente, a partir da contraposição dessa representação com certos pensamentos e ações que foram emanados por Arthur Reis, sobretudo, diante da crise que teve de enfrentar quando se tornou governador do Amazonas, em 1964, e teve a oposição do poder legislativo de seu Estado. Pensamentos e ações enfim, pertencentes ao sujeito empírico nos revelaram uma relativização tanto do significado de seu nacionalismo como de sua competência como homem político e administrador. Aspectos que acabaram por compor a construção também de sua representação como autor, nos anos de 1960.

Dessa forma, procuraremos demonstrar tais instabilidades, ainda assim, em jornais como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *Diário Carioca* e outros jornais do Rio de Janeiro, que combateram constantemente as arbitrariedades tanto do regime instalado a partir de 1964, como também de Arthur Reis quando foi governador do Estado do Amazonas indicado pelos militares na mesma época.

3.3.1- As perspectivas de instabilidade da construção do autor Arthur Reis pela discursividade hegemônica ligada a sua obra na imprensa do Rio de Janeiro

No Brasil, a imprensa jamais se sobrepôs em relação ao Estado, a liberdade de imprensa nunca foi totalmente respeitada ou legitimamente consistente ao longo de sua história, então, não é de estranharmos que a busca por uma liberdade de imprensa não deva ser de confronto direto entre imprensa e Estado, principalmente no período do autoritarismo implantado a partir década de 60. Essas duas entidades, de certa forma, interagem econômica, social e política, porém, não deixa de existir uma tensão entre elas. A imprensa na condição de empresa de negócios e foro político interage com o Estado em muitas frentes, contudo, possuem diferenças visíveis entre elas, como esclarece Smith:

Do ponto de vista tanto de laços financeiros, maquinações políticas regulamentações diretas quanto de manipulações mais disfarçadas, o Estado e a imprensa no Brasil estão entrelaçados estreitamente, embora de maneira assimétrica, e assim tem sido ao longo de toda a história da imprensa brasileira. As práticas e instituições que moldaram as relações entre Estado e imprensa no período de 1964-85 se constituíram no decorrer de muitos decênios (SMITH, 2000. p. 21).

Na trajetória do regime militar, as metas eram segurança – controle e ausência de conflitos e de desenvolvimento – e crescimento econômico a qualquer preço. No plano político, os partidos foram fechados, o poder executivo foi tomado pelos militares e o Congresso sofreu intervenções, foram criados dois partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O desígnio para controlar os Estados foi criar leis eleitorais para estabelecer eleições indiretas impedindo certos candidatos e limitando as campanhas, e principalmente, foram introduzidas mudanças na forma de eleger governadores em todo o país, dessa forma, a estrutura organizacional e todo o sistema político sofreram graves alterações.

Essas ações, tomadas durante a ditadura, foram vistas e seguidas na região Amazônica, pois a necessidade de integrar a região norte ao restante do país coube ao Plano de Integração Nacional (PIN), viabilizado pelos militares, que foi de encontro ao ideário de Arthur Reis que ao longo de sua obra mostrou a necessidade de ocupação da Amazônia a partir de empreendimentos de grande expressão, mas que devido à falta de incentivos ainda se encontra esquecida pelo governo central. Contudo, a percepção de Arthur Reis em relação à Ditadura Militar e de que houvesse uma intervenção transformadora da administração federal, principalmente de espírito nacionalista e desenvolvimentista presente no modelo de governo que a partir de então passa a comandar o país.

Portanto, o conhecimento de Arthur Reis e sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* fortaleceram sua ascensão como governador do Amazonas. Como expõe Pacheco (2009) em seu artigo: *Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964 -1967)*, pois:

A percepção de que a historiografia de Arthur César Reis sobre a Amazônia acabou por se constituir em capital intelectual que foi mobilizado através do capital social que acumulou para sua ascensão ao poder não só nos anos de 1950, mas também durante os anos de 1960 (PACHECO, 2009. p. 2).

Ao passo que Arthur Reis, se tornou representante de um capital intelectual e um capital social referente à região Amazônica favoreceu sua indicação ao Governo do Amazonas, porém ao ocupar a administração passou a ter certas atitudes que vieram a desagradar parte dos parlamentares que consentiram sua posse de Governo do Amazonas, e isso passou a repercutir na imprensa do Rio de Janeiro de forma ininterrupta.

Assim, em 11 de agosto de 1964 o jornal *Correio da Manhã* declara: *Fechada a Assembleia do Amazonas*, essa é a primeira repercussão na imprensa sobre tal ato do Governador Arthur Reis. O jornal aponta:

Aos primeiros minutos de hoje, quando da discussão do projeto da nova Lei do Imposto de Consumo, o senador Desiré Guarani informou ao Congresso que o governador Arthur Reis fechou a Assembleia Legislativa do Amazonas. Adiantou que o ato fora praticado por motivo de a maioria daquela Casa Legislativa haver rejeitado sobre o aumento da magistratura do Estado (FECHADA..., 1964, p. 1).

Da mesma forma, vemos no Jornal *Última Hora* (1964) em que apresenta como notícia de grande repercussão a situação que se encontra o Estado do Amazonas, pois o governador Arthur Reis instaura o fechamento da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça em que o jornal publica: *Ditadura no Amazonas é absoluta: César fechou Tribunal de justiça*, apontando:

O Governador do Amazonas, Sr. Arthur César Ferreira Reis, consumou ontem o processo de instauração militar no Tribunal de Justiça para impedir que fosse julgado um “habeas corpus” em favor do ex-Governador Plínio Coelho, prêso na véspera, após o fechamento de Assembleia Legislativa (Ditadura..., 1964, p. 2).

As alegações dadas pelo Governador em declaração ao jornal *Última Hora* confirmando, que ocupara militarmente o Legislativo, alegando que “a Assembleia

Legislativa “está mancomunado com os ladrões do Estado, a começar pelo ex-governador Plínio Coelho”. E completa afirmando que “só deixará a assembléia funcionar quando ela tiver recuperado a sua dignidade” (Ditadura..., 1964, p. 2). O fechamento da Assembleia veio a surpreender a todos os parlamentares, principalmente a imprensa que sempre se direcionou a Arthur Reis como homem defensor da Amazônia em suas pesquisas, em seus livros, em seus relatórios e que sempre buscou a proteção da região, por outro lado, enquanto homem político se revela um homem autoritário que passa a governar o Estado do Amazonas sob as imposições do regime militar.

Dada a repercussão na imprensa carioca, o jornal esclarece que tal atitude de Arthur Reis veio surpreender o Legislativo, pois, foi por este Poder que Arthur Reis passara a ser eleito como Governador, como mostra o excerto a seguir:

O fechamento da Assembleia Legislativa foi efetivado pelo Sr. Arthur César Ferreira Reis – por ela ‘eleito’ quando se encontrava no exterior e há anos afastado do Estado – em represália à rejeição do seu veto ao projeto de aumento dos vencimentos, da magistratura (Ditadura..., 1964, p. 2).

Além do fechamento e a total falta de autonomia da Assembleia, o Governador Arthur Reis também interditou dois jornais opositores de Manaus *A Gazeta* e *O Trabalhista*, cujas redações foram invadidas por tropas policiais, para impedir que fossem denunciados os seus desmandos. Durante o Regime militar no Brasil, a censura foi empregada como um recurso para controlar a imprensa, deste modo, Smith (2000. p. 204) afirma que: “O regime de 1964-1985 foi um fenômeno burocrático-autoritário alicerçado numa ideologia da segurança nacional, numa pletera de órgãos de segurança e forças repressoras, além de uma prática da tortura rotineira, porém arbitrária”.

Considerando a ideologia de segurança nacional durante o regime militar, Arthur Reis, em seu governo, comete atos que infringem a liberdade de imprensa. Contudo, o jornal *Correio da Manhã* (1964) publica uma anota sem assinatura *Câmara*, na qual esclarece em “Atos” o pedido do Sr. Djalma Passo do (PTB-AM) uma definição “jurisprudência mesmo, sobre o que é legal e o que é subversivo” (CÂMARA..., 1964, p.2). Isto porque depois de ter fechado a Assembleia, o Tribunal de Justiça e dois jornais, o governador justifica-se afirmando que “apenas estava praticando atos de revolução” (CÂMARA..., 1964, p.2). Assim vejamos como o jornal *Última Hora* retrata esse ato.

O Governo Arthur Reis, que antes fechara a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, prendera um ex-governador sem culpa formada e

impedira a circulação de dois jornais em Manaus, justificou-se, dizendo que ‘apenas estava praticando atos de revolução’. Agora, porque “O Trabalhista” e ‘A Gazeta’ publicaram ofício do Tribunal de Contas, apreciando contas dos srs. Arthur Reis e Waldir Bouhid, na SPVEA, há tempos, em trono de verbas superiores a 10 milhões de cruzeiros, foram novamente suspensos (CÂMARA..., 1964, p.2).

Esse ato também foi denunciado pelo Senador (PTB) Sr. Desiré Guaranino no jornal *Diário de Notícias* em 10 de setembro de 1964 sob o título *Jornalistas presos* – texto sem autoria – em que protestou veemente contra as arbitrariedades levadas a efeito pelo governador do Amazonas, que determinou o fechamento dos jornais amazonenses, devido “[...] os quais publicarem reportagens dando conta de irregularidades praticadas por auxiliares diretos do atual governador do seu Estado”. Em que acrescentou o parlamentar que ainda “inúmeros profissionais da imprensa se encontram recolhidos aos xadrezes, consoante determinações do Sr. Arthur Reis, tendo o presidente do tribunal de Justiça declarado não ter condições para fazer valer a sua autoridade [...]” (JORNALISTAS..., 1964, p. 3).

Diante do episódio, o Governo Federal desinformado do que acontecera no Amazonas procura através de sua assessoria de imprensa desmentir o fechamento da Assembleia e demais órgãos. Essas declarações são publicadas pelo jornal *Última Hora* em 12 de agosto de 1964, cujo texto não acompanha assinatura, conforme podemos conferir abaixo:

[...] ela apenas fora cercada pela Polícia Militar, para que se efetuasse a prisão do Sr. Plínio Coelho. À tarde, pronunciaram-se o Ministro da Guerra, para desmentir a participação do Exército nos acontecimentos, e o Ministro da Justiça, que informou que fora enviado um observador a Manaus, afim de colher elementos que permitam ao governo Federal o julgamento dos fatos (Ditadura..., 1964, p. 2).

O Jornal ainda destaca que em reunião o Marechal Castelo Branco reuniu-se em Brasília com o Major Morais Rego, em seu gabinete Militar, em que afirma que logo seguiria para o Amazonas como observador da Presidência. No entanto, o secretário de Segurança do Amazonas, Sr. Alberto Rocha que participou da reunião “propôs a intervenção federal no Estado, nomeando-se o próprio Sr. Arthur César Reis como interventor, “para acabar com a corrupção na Assembleia e na Justiça” (Ditadura..., 1964, p. 2).

De tal modo, o jornal *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1964 em texto sem assinatura com o título *Ordem Constitucional* também retrata o episódio de Arthur Reis frente à Assembleia Legislativa do Amazonas, em que o jornal deixa claro que os acontecimentos no Amazonas constituem o primeiro teste de suma gravidade enfrentado pelo presidente Castelo

Branco nos Estados, como reporta o jornal em que “O governador daquele Estado simplesmente fechou a Assembleia Legislativa, além de realizar prisões, inclusive a do ex-governador Plínio Coelho” (ORDEM..., 1964, p. 4). O jornal faz críticas diretas ao Governo federal em relação às atitudes tomadas por Arthur Reis no Amazonas. Diante disso, passamos a perceber como a imprensa possui outro discurso que não só aquele do elogio mediante as atitudes de Arthur Reis, pois agora ele deixa de ser um defensor do Amazonas e passa a ser um agressor dos direitos constitucionais como podemos observar:

Em situações normais, o caso seria de intervenção federal imediata, <ad-referendum> do Congresso. Não estamos, porém, evidentemente atravessando um período de perfeita normalidade, até porque há uma Revolução em marcha, buscando realizar seus objetivos. Mas é inquestionável que se acha, em pleno vigor franquias constitucionais que agora, no Amazonas, acabam de ser drasticamente quebradas (ORDEM..., 1964, p. 4).

Nessa perspectiva, percebemos haver uma proteção por parte do Governo Central sobre as ações do governador Arthur Reis em que o jornal *Diário de Notícias* justifica:

O governo federal já se manifestou a respeito. Está em diligência para conhecer em pormenores e em profundidade os fatos que prendem no momento a atenção geral. Enquanto isso, o governador Arthur Reis procura justificar o seu gesto com a afirmação de que a corrupção chegara ali a tal ponto que não lhe restou outra saída (ORDEM..., 1964, p. 4).

Dessa forma, as cobranças por parte da imprensa são observadas no jornal *Diário de Notícias* em que esclarece no seu texto sem autoria que é necessário, pois, o presidente da República, diante do ocorrido, tivesse atitudes mais eficazes perante os acontecimentos no Amazonas e não lhe permitiria qualquer indecisão ou delongas. Portanto, o jornal esclarece que o Governo “Terá de agir sem demora” (ORDEM..., 1964, p. 4), deste modo, cobra resultados imediatos das diligências que ordenar, para que se habilite à ação pronta que o caso exige. Sobretudo, que o ato do Executivo amazonense não possa de modo algum ser seguido como um precedente pelos demais Estados da federação. O Governo federal ansioso com o acontecimento e em vista a imagem que obtinha de Arthur Reis procura desacelerar os embates na imprensa para que permaneça fiel a imagem que o Governador construiu ao longo de sua vida. Como explica o trecho do jornal *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1964:

Imagine-se a reprodução de fatos semelhantes em outros Estados. O efeito, a tremenda repercussão de atos de tal natureza sobre a vida política do país, numa hora destas. Tudo isso está a requerer do presidente Castelo Branco atuação pronta e eficaz, no restabelecimento de franquias, atitude que, no caso, não pode ser interpretada como de apoio a nenhuma das correntes partidárias regionais, mas tão-somente de uma imposição da ordem constitucional (ORDEM..., 1964, p. 4).

Vejamos como o jornal, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1964, em *Ufanismo* texto sem autoria demonstra a ação afetiva do político Arthur Reis:

O governador de fato do Amazonas chegou eufórico no Rio de Janeiro. E por que tanto se ufana o Sr. Arthur César Ferreira Reis? E ele próprio quem esclarece: já fechou dois jornais em seu Estado e o resto da imprensa, lá, está submetida à censura do Executivo. Pois não é que estavam criticando a atuação do governo? E não foi para isto – a liberdade de imprensa – que se estabeleceu a nova ordem ‘revolucionária’. Assim é o Sr. Arthur Reis. Assim é o regime que ele estabeleceu, no Amazonas, apoiado pelo governo central (Ufanismo..., 1964, p. 6).

O jornal *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1964, em *Governador do Amazonas: após muita tolerância é que resolvi praticar atos revolucionários* demonstra em edição especial sem assinatura, os motivos que levaram Arthur Reis a praticar tais ações no Amazonas. Vejamos:

Um clima de tensão e expectativa reina em todo o Amazonas, depois da ocupação militar da Assembleia Legislativa, por ter rejeitado veto do governador Arthur Reis, e do Tribunal de Justiça, para impedir a votação de ‘habeas corpus’ em favor do ex-governador Plínio Coelho, recolhido à Penitenciária do Estado, e ainda do empastelamento de dois jornais (GOVERNADOR..., 1964, p. 3).

O Jornal *Correio da Manhã* apresenta uma nota sem assinatura *Flashes de Brasília* em 21 de outubro de 1964, pois nessa nota o jornal explana em “Absurdo” que o deputado João Veiga do (PTB-AM) informou a Câmara que a última vítima da Justiça “caolha, capenga, irregular e ilógica do Sr. Reis foi o Juiz Elcio do Carmo Ribeiro, aposentado sumariamente, causando-lhe um abalo moral” (FLASHES..., 1964, p.9).

Em confissão, o governador Arthur Reis, em telegrama, declara o que fez ao presidente Castelo Branco com convicção de dever cumprido, como demonstra o artigo sem autoria do *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1964:

[...] interditei a Assembleia Legislativa e detive o ex-governador Plínio Coelho – e explica que ‘depois de ter levado ao limite extremo de tolerância a preocupação de limpeza pelos meios sua suasórios, resolvi praticar atos revolucionários e a missão que me foi confiada’ (GOVERNADOR..., 1964, p. 3).

A “missão” que o governador comenta é em relação às determinações que lhes foram impostas para a ocupação do cargo que lhe coube de Governador do Amazonas, portanto, Arthur Reis deixa claro que suas ações partem do princípio da “Revolução”, logo as palavras ditas pelo governador em telegrama ao presidente foram:

Vim governar o Amazonas por escolha pessoal de vossa excelência, para aqui implantar os princípios da Revolução. Disse-me vossa excelência que fizesse deste Estado um exemplo e mostra da Revolução, pois gozava ele e toda a região do pior conceito nacional, como centros de corrupção, contrabando, total ausência de espírito público, e que os políticos haviam assaltado pela violência e o suborno as suas posições de governo. Tentei cumprir a missão (GOVERNADOR..., 1964, p. 3).

Percebemos que a defesa de Arthur Reis está na competência que lhe foram dadas, porém os parlamentares pedem a intervenção federal no Estado para que sejam combatidas as atitudes praticadas pelo governador do Amazonas para que se restabeleça a ordem jurídica e as garantias constitucionais no Estado, como mostra o *Diário de notícias*:

O clamor dos parlamentares amazonenses, dirigido principalmente ao presidente da República e ao ministro da Justiça, é no sentido de que providências urgentes e energéticas sejam adotadas pelo governo da União, se possível até coma intervenção federal, para que cessem os abusos e as arbitrariedades que vem sendo postas em práticas pelo governador do Amazonas segundo o deputado Paulo Coelho e se restabeleçam a ordem jurídica e as garantias constitucionais, bem assim as autonomias dos Poderes Legislativos e Judiciário (GOVERNADOR..., 1964, p. 3).

A intervenção federal que os parlamentares pedem é consonante com a situação e ações do próprio governador, segundo o parlamentar Sr. Paulo Coelho:

A tirania foi imposta em meu Estado pelo governador Arthur Reis – disse da tribuna, o Sr. Paulo Coelho – fatos como estes clamam aos céus e estão a exigir a intervenção federal no Amazonas para que a tirania, a violência e o regime escravagista terminem no Amazonas, renovo o meu apelo ao presidente da República e ao ministro da Justiça, no sentido de que providências enérgicas sejam tomadas para a tranquilidade do meu povo (GOVERNADOR..., 1964, p. 3).

Em outro destaque em 12 de agosto de 1964, o *Diário de Notícias* narra que *Assembleia arrependeu-se em Manaus*, em telegrama enviado ao presidente Castelo Branco, o governador Arthur Reis que fora eleito pela própria Assembleia amazonense, admite ter tido feito tais atos e que resolveu praticar atos revolucionários “e a missão que me foi confiada: interditei a Assembleia Legislativa e o detive o ex-governador” (ASSEMBLEIA..., 1964, p.1). Além disso, o clamor dos parlamentares, principalmente os da bancada amazonense, eram no sentido de que houvesse providências ou urgências adotadas pelo governo central. Todavia, o governador Arthur Reis foi “tachado de arbitrário, ditador e tirano e o próprio líder do governo deputado Pedro Aleixo, admitiu a possibilidade de intervenção no Amazonas” (ASSEMBLEIA, 1964, p.1).

Diante dessa repercussão, *Líder do Governo Admite Possibilidade da Intervenção de Castelo no Amazonas*, diz a nota política do *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1964, em que observamos uma movimentação muito branda por parte presidente Castelo Branco em relação às ações de Arthur Reis. E isso passa a incomodar o Senado e a Câmara, pois o Senador Desire Guarani foi à tribuna do “Senado para denunciar o que chamou de violências praticadas pelo governo nascido da Revolução, para depois afirmar que o governo federal vive hoje sob a bandeira de um mar de lama” (LÍDER..., 1964, p. 4).

Logo após o senador Daniel Krieger, líder do governo, ir a tribuna para rebater as declarações do representante amazonense do PTB, o senador expôs que “o presidente Castelo Branco mandou àquele Estado seu representante pessoal para informá-lo detalhadamente sobre os fatos denunciados: “afirmo em nome do governo”” (LÍDER..., 1964, p. 4). E completou ainda afirmando que “o presidente fará respeitar a Constituição do país e daquele Estado, a qualquer preço” (LÍDER..., 1964, p. 4). Retirando as insinuações de haver no atual governo um “mar de lama” (LÍDER..., 1964, p. 4).

Diante desse quadro preocupante, o jornal *Correio da Manhã* em 12 de agosto de 1964 destaca: “Castelo apura caso do Amazonas” em que vê a preocupação do presidente junta seus ministros Sr. Milton Campo e o general Bizarria Mamede como comandante da Região Militar para em seu nome apurar a verdade em torno dos acontecimentos. Mesmo o presidente já ter recebido um telegrama do próprio governador do Amazonas em que lhe confirmara tal ato, para o jornal *Correio da Manhã*, o presidente se mostra passivo diante do ocorrido como podemos observar:

Ontem, em telegrama endereçado ao presidente Castelo Branco, o Sr. Arthur Reis, governador do Amazonas, não somente confirmou a interdição da Assembleia Legislativa, mas até a justificou como sendo imperativo revolucionário (CASTELO..., 1964, p. 1).

O jornal busca contrariar, em sua reportagem, que tanto a presidência, quanto o ministro de guerra general Costa e Silva procuravam dissimular os atos praticados pelo governador do Amazonas. Vejamos:

Contrariando as afirmações anteriores do ministro da Guerra, gen. Costa e Silva, feitas no Palácio das Laranjeiras, quando este frisou não ter sido a Assembleia Legislativa do Amazonas fechada pelo governador Arthur Ferreira Reis, a Comissão de Relações Públicas do Exército distribuiu nota, em que o ministro esclarece não ter havido interferência do Exército nas medidas tomadas pelo governador do Amazonas, ser a situação militar de absoluta calma, e estar o Exército procurando acompanhar a situação naquele Estado, ‘a fim de manter-se informado e informar a quem de direito’ (CASTELO..., 1964, p. 1).

A confirmar a situação no Estado do Amazonas, o governador Arthur Reis declarava que: “a Assembleia Legislativa estava funcionando normalmente, “em virtude das medidas drásticas em defesa da revolução que fora obrigado a tomar”. Revelou que o ex-governador Plínio Coelho foi preso e entregue às autoridades competentes” (CASTELO..., 1964, p. 1).

Já o sr, Edmundo Levy (PTB-AM) fez um relato dos últimos acontecimentos políticos do Amazonas, no jornal *Diário de Notícias* em “Situação no Amazonas” em 14 de agosto de 1964, e, diante de suas conclusões, afirmou que “as atitudes tomadas pelo Sr. Arthur Reis até certo ponto não surpreenderam, pois, embora filho daquele Estado, dali há muito se havia afastado” (SITUAÇÃO..., 1964, p.3). Para o Sr, Edmundo Levy os fatos sucedidos nada mais foram que atitudes de quem não tem conhecimento da atual situação social e política do Estado do Amazonas.

As tensões que cercam o Amazonas são alvo de muita discussão na imprensa carioca que passa a publicar todas as ações do governador de forma a desestabilizar sua imagem e sua reputação construída diante da defesa da Amazônia, da cobiça internacional e da defesa dos direitos dos povos Amazônicos. Dessa forma, a campanha contra o governador cresce passo a passo na imprensa diante do cenário político. A imprensa nos traz a presença do general Mamede enviado do Governo federal ao Amazonas que reportava a notícia: *Amazonas: Mamede mantém Reis* no *Correio da Manhã* em 15 de agosto de 1964. Diante dessa reportagem, o jornal nos mostra o governo se esquivando do assunto do Amazonas em que exhibe:

O Marechal furtou-se ao contato com os jornalistas que desejavam interrogá-lo sobre a crise no Amazonas, mas o Sr. Luís Vianna filho os informou de que o governo desenvolve todos os esforços para solucionar os problemas criados entre a Assembleia Legislativa e o governador Arthur Reis, e que as

autoridades militares determinaram a prisão do ex-governador Plínio Coelho (AMAZONAS..., 1964, p. 1).

O jornal *Diário de Notícias* faz duras críticas ao general Mamede quando escreve em “Governos Militares” de 14 de agosto de 1964 em que relata que a crise no Amazonas estava evoluindo como haviam previsto, por conseguinte, “o general Mamede, “ao pé da obra”, deu sua corridinha até Manaus e deu aos acontecimentos o rumo que bem quis.” (GOVERNO..., 1964, p. 3). O jornal mostra que Mamede já havia feito a derrubada do governador do Pará, quando já tinha no bolso do colete o coronel Passarinho que foi imposto à Assembleia. E dessa vez, é o Estado do Amazonas. Diante da conjuntura, o jornal questiona:

O governador Arthur Reis, um homem digno e sábio, estava no trono cerca de 2 meses. Praticou, agora, uma série de violências, incompatíveis com a sua própria tradição pessoal. Teria cumprido ‘ordem veladas?’ Mamede correu a Manaus e mandou Arthur Reis embora. E já dizem que será ele, Mamede, eleito pela assembleia. Deve o governo da infeliz unidade da Federação, cair nas mãos do general Álvaro dos Santos, que se encontra em Manaus. O general Mamede não é administrador. É um articulador silencioso de manobras políticas, na sombra dos bastidores. O Norte está inteiramente nas suas mãos (GOVERNO..., 1964, p.3).

Atendendo as ponderações do general Bizarria Mamede, a Assembleia Legislativa do Amazonas “resoluiu, às 16h, dar por encerrado o impeachment do governador Arthur Reis, embora continuasse combatendo-o” (AMAZONAS..., 1964, p. 1). Enquanto isso, tropas militares, empreendiam buscas para localizar o ex-governador Plínio Coelho. “Foram bloqueadas todas as saídas e corriam rumores de que o ex-governador estava em Brasília” (AMAZONAS..., 1964, p. 1).

Ariosto Pinto, enviado especial do jornal *Correio da Manhã* em 21 de agosto de 1964 expõe *Reis: prisão para Plínio não demora*. No texto, o governador Arthur Reis narra ao representante do jornal que:

[...] as autoridades militares prenderão o Sr. Plínio Coelho a qualquer momento, esteja onde estiver. ‘O ex-governador amazonense será enquadrado por subversão, pois há provas suficientes para isso. A Polícia do Estado está dando toda colaboração ao Exército para a captura do Sr. Plínio Coelho’ (Reis..., 1964, p. 1).

Por decisão do próprio ex-governador, para despistar seus perseguidores que o procuravam mudava, sempre de esconderijo, “mas ontem resolveu entregar-se, no que foi

obstado por seu irmão, deputado Paulo Coelho, por falta de garantias amplas” (REIS..., 1964, p. 1).

O Jornal *Diário Carioca* em 15 de agosto de 1964 em *Impeachment’ de Arthur César Reis é ameaça remota*. Nesse enunciado o jornal se demonstrava descrente com a possibilidade de saída do governador Arthur Reis de seu cargo, pois a votação do impedimento do governador Arthur César Reis, pela Assembleia, parece fora de possibilidade, segundo o jornal, “uma vez que tal ato implicaria em intervenção federal no Estado – mas mesmo assim os meios políticos continuam tensos, na expectativa de um novo choque entre o executivo, de um lado, e o Legislativo e o Judiciário, de outro (IMPEACHMENT..., 1964, p. 1).

Porém, Arthur Reis surpreende a todos com a sua renúncia e o jornal *Diário Carioca* em 13 de agosto de 1964 informa: *Crise no Amazonas chega ao fim, Governador renuncia e o presidente da Assembleia assume*. Essa reportagem anunciava que: “O prof. Arthur Reis renunciava ontem, pouco depois de 18 horas, ao governo do Amazonas” (CRISE..., 1964, p.1), a reportagem foi publicada logo após o anúncio da decisão que se tornou conhecida pela Justiça local, sobre o *habeas-corpos* concedido ao ex-governador Plínio Coelho.

Segundo o jornal, “O ex-governador Plínio Coelho, que se achara dotado para averiguações, foi posto em liberdade após ouvido pela autoridade militar encarregada do inquérito” (CRISE..., 1964, p.1). Diante dos acontecimentos, Arthur Reis enviou seu secretário de Justiça à Brasília, a fim de levar ao governo federal seu ponto de vista sobre o conflito. Vejamos:

O ex-governador Plínio Coelho, cujo mandato fora cassado pelo presidente da República, continua manipulando a maioria na Assembleia e conduzindo as decisões do Legislativo pelos mesmos caminhos que justificam a cassação; O governador se considera um homem sem ambição, que aceitou o cargo apenas para tornar realidade em seu Estado os propósitos do movimento de 13 de março – mas já está convencido de que isto seria impossível ‘com aquela Assembleia’; Diante deste quadro, sugere decretação da intervenção federal no Estado, sendo nomeado interventor, ele próprio, governador (CRISE..., 1964, p.1).

Dada a situação, o governo informa que na verdade, ele propõe a intervenção federal, na forma prevista na constituição, como também veta a nomeação do governador Arthur Reis como interventor, pois foi considerada inconveniente, contudo, o representante do governo foi instruído no sentido de buscar uma solução dentro das normas constitucionais e, desde que possível, uma fórmula de entendimento.

O jornal *Diário de Notícias* publica uma nota sem assinatura em sua seção *Panorama Politis* em 14 de agosto de 1964 em *Amazonas*, mostrando que a conjuntura das Amazonas está se mostrando tempestuosa, quando relata “Na terra da pororoca a coisa ficou realmente feia, com um governador tido por manso intelectual, encrespando contra os outros poderes e subitamente desabando na solução janista da renúncia (AMAZONAS..., 1964, p. 3).

Percebemos que a crise política que se instala no Amazonas culmina com a ocupação das sedes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, quando o jornal *Diário de Notícias* mostra em suas páginas iniciais que o *Governador do Amazonas reabre crise política com a renúncia* em 13 de agosto de 1964. As ocupações realizadas por Arthur Reis nessas sedes foram determinantes para sua renúncia, pois não via apoio do governo federal diante das suas ações, mesmo justificadas. Sua renúncia foi comunicada aos líderes do governo na Câmara e no Senado. O anúncio do gesto do Sr. Arthur Reis chegou a Brasília acompanhado da informação de que “o governador não se conformara com o ‘*habeas corpus*’ concedido ao ex-governador Plínio Coelho” (Governador..., 1964, p. 1). Já em Manaus, o general Jurandir Mamede, comandante militar do Amazonas, pediu “ao governador que retirasse a polícia da assembléia e do Tribunal e que, diante da recusa, retrucava: ‘Bem, neste caso, mandarei o Exército retirá-la’ (Governador..., 1964, p. 1).

Em seguida, o Sr. Arthur Reis assinava a renúncia. A renúncia significava a iminência de intervenção federal, tidas pelos juristas do governo como imperativa, teria contribuído para a decisão extrema. A intenção de Mamede, segundo o jornal, seria de ser eleito ao cargo. Contudo, o jornal explica que o destino do ex-governador Plínio Coelho não estava bem esclarecido no Rio. Como afirma o jornal *Diário de Notícias* que “Apesar do ‘*habeas corpus*’, concedido por unanimidade, o procurador do Amazonas, Sr. Leandro Tocantins, assegurou-nos que ele não se livraria da prisão militar” (Governador..., 1964, p. 1). No entanto, até a data e minutos decorridos do dia que transcorreu a notícias pela imprensa, o presidente da República desconhecia oficialmente, a renúncia de Arthur Reis.

O *Diário Carioca* em a *Câmara* de 1 de setembro de 1964, revela em nota que “*Melhor, longe*”, diante destas palavras, é transcorrido o protesto do desembargador Oyama Casar Ituaçu da Silva pelo desrespeito ao governador Arthur Reis ao *habeas-corpus* unânime concedido ao ex-governador Plínio Coelho, o Sr. João Veiga (PTB-AM) apontou que: “aos 64 anos de idade e aos 64 anos de ausência do Amazonas” o governador imposto pela revolução não tinha mesmo condições para o cargo” (CÂMARA..., 1964, p. 2).

A crise que se gerou no Amazonas foi anunciada pelo jornal *Diário de Notícias*, por meio do título *Crise no Amazonas culmina com renúncia do governador* em 13 de agosto de

1964. Nessa reportagem, observamos o governador Arthur Reis sem apoio do governo federal. Diante dessa situação, ele vem a renunciar ao seu mandato, e o líder da Assembleia Legislativa solicita a retirada imediata das tropas militares que cercavam o local, na perspectiva de restabelecer a paz e dar normalidade ao Amazonas.

Dessa forma, a Assembleia busca restabelecer suas atividades normalmente, visando assim à superação da crise, mas o jornal expõe que “o governador não se conformou com a decisão do Tribunal de Justiça, que passada a violência de que fora vítima, concedeu “*habeas-corpus*” ao governador Plínio Coelho” (CRISE..., 1964, p. 2).

Apesar dessas decisões, o Sr. Leandro Tocantins em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, confirmou que fora concedido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, *habeas-corpus* ao ex-governador Plínio Coelho que, entretanto, segundo Leandro Tocantins “Não se livrou da prisão militar, onde se encontra detido, no 27º BC, sendo acusado por crime de extorsão, desvio de verbas e de corrupção” (CRISE..., 1964, p. 2). Alegou ainda se inverídica a notícia de que o governador Arthur Reis houvesse fechado a Assembleia Legislativa e deu sua versão:

Ele apenas colocou tropas militares enquanto fosse discutido o projeto de lei que visava ao aumento de subsídios do governador e dos deputados estaduais e que foi vetado, atendendo ao pedido do general Jurandir Mamede, comandante militar do Estado (CRISE..., 1964, p. 2).

Tido o governador Arthur Reis como “Revolucionário Combatente”, o jornal esclarece que:

No Amazonas – continuou – existe a eterna política arrasadora. O governador é um homem justo e não desconhece os problemas não só de seu Estado mas de todo o Brasil, como autêntico e verdadeiro revolucionário combatente. Observou que os antigos municípios do Amazonas no governo deposto mantinham procuradores que exploravam a situação, não sabendo-se, até hoje, o destino das verbas destinadas àqueles município (CRISE..., 1964, p. 2).

Na mesma página do jornal *Diário de Notícias*, em notícias do Senado Federal, a reportagem registra *Paz no Amazonas: Judiciário e assembléia voltam a funcionar* de forma que o Sr. Daniel Krieger (UDN-RS), líder do governo na Câmara Alta, anunciou na sessão que: “A Assembleia Legislativa do Amazonas já voltou a funcionar normalmente, bem como o Poder Judiciário, segundo informação que recebera do chefe da Casa Militar da Presidência da República” (PAZ..., 1964, p. 2). Contudo, o líder da Câmara diante da prisão do Sr. Plínio Coelho, alega que:

[...] não ter havido medida constrangedora contra o Judiciário, e que simplesmente, depois da concessão o “habeas-corpus”, o ex-governador foi chamado a depor, pelas autoridades militares, que logo após, o colocara, em liberdade (PAZ..., 1964, p. 2).

Vemos então, no jornal *Diário de Notícias* em 14 de agosto de 1964 que: “*Reis fica no Governo*” em que o jornal expõe a nota:

O Governador Arthur Reis, que havia renunciado à chefia do Executivo amazonense, não teve aceito o seu pedido pela Assembleia e continuará no posto, tendo buscado um manifesto ao povo. Enquanto isso, foi decretada a prisão preventiva do ex-governador Plínio Coelho (REIS..., 1964, p. 1).

Na nota “*Renúncia Estava Sem Firma Reconhecida*” de 14 de agosto de 1964, trás ao amazonas uma situação tensa, temendo alguns parlamentares ligados à liderança do governo que ela possa ser motivo para uma degringolada mais profunda. Assim, o deputado Paulo Coelho, irmão do ex-governador daquele Estado, afirmou que já havia começado a caçada ao Sr. Plínio Coelho, num ato de verdadeira perseguição, a despeito do “*habeas-corpus*” concedido a seu irmão. O deputado Paulo Coelho salientou que:

O presidente da Assembleia daquele Estado, Sr. Rui Araújo, que recebeu o documento de renúncia do ex-governador Arthur Reis, ao invés de entregá-lo à Assembleia, levou ao general Jurandir Mamede, como se fosse ele a figura que (...) decide, inclusive juridicamente (RENÚNCIA..., 1964, p. 4).

O jornal mostra um detalhe curioso dessa renúncia, pois, o deputado Rui Araújo presidente da Assembleia Legislativa, levou o requerimento ao general Mamede devido o documento não apresentar firma reconhecida. Como resultado, o documento foi recolhido e invalidando, não havendo a renúncia de Arthur Reis. Conforme notamos, a renúncia de Reis fora invalidada pelo não reconhecimento da firma do tal pedido. Assim, em 15 de agosto de 1964, no jornal *Diário de Notícias*, em *Reis Salvo Pela Firma* vemos que o Sr. Leandro Tocantins, que se encontra no Rio de Janeiro como representante amazonense, declarou ao jornal que:

O governador Arthur Reis continua no governo daquele Estado, atendendo a apelo formulado pelo presidente Castelo Branco. Fomos ainda informados que um dos motivos da renúncia não ser consumada deveu-se ao fato de que faltava o reconhecimento da firma em cartório (REIS..., 1964, p. 1).

Diante do cenário apresentado a partir do retorno do governador Arthur Reis, o representante do Amazonas explicou que “seu Estado entrou em fase de funcionamento normal e que o governador se mostrará agora, mais do que nunca, um revolucionário autêntico” (REIS..., 1964, p. 1).

Daí, a “*Reviravolta no Amazonas*” como afirma o Jornal *Diário de Notícias* em 14 de agosto de 1964, anunciando que o retorno de Arthur Reis ao cenário político, significava uma nova reviravolta que se operou no caso do Amazonas e o ex-governador Plínio Coelho voltou a ser preso, acusado de atividade subversiva e contra revolucionárias. Diante disso, o jornal mostrava a volta do governador Arthur Reis que havia desistido da renúncia.

Dessa forma, o jornal expôs com propriedade o retorno de Arthur Reis ao poder e deixava claro que:

Tudo indica que o Sr. Arthur Reis está sendo prestigiado pelo poder central. Diríamos melhor, e com mais propriedade, pelo poder revolucionário. E muito justamente. Por mais estranho que, na primeira hora, só tivesse afigurado o seu gesto em relação à Assembleia estadual, a verdade é que mais estranho ainda foi o comportamento da Casa ao apressar-se a uma deliberação de compromisso que só explica uma coisa: a extensão e profundidade da crise de decência e honestidade ali dominante (REVIRAVOLTA..., 1964, p. 1).

Assim, o jornal comunica que não é difícil ver, mesmo que de longe, o que vem passando o Estado do Amazonas. Diante da personalidade do Sr. Arthur Reis, segundo o jornal, não pairava a mais leve sombra de dúvida.

Não se trata apenas de notável especialista, do cientista, do grande estudioso e profundo conhecedor dos problemas amazônicos. Trata-se também de um homem cujo conceito está acima de quaisquer suspeitas. E que, antes de mais nada, não tem interesses políticos (REVIRAVOLTA..., 1964, p. 1).

E ressaltou ainda que:

Seria realmente penoso assistir, nesse episódio do Amazonas. À vitória, ao êxito de manobras da politicagem regional, tão comprometida com o que há de mais sujo na vida administrativa da região, a forte nódoa que por lá se afastou tanto nos últimos tempos, e que é o contrabando. Contrabando organizado, contando com proteções invisíveis e misteriosas por toda parte (REVIRAVOLTA..., 1964, p. 1).

E finalizou “é preciso acabar de vez com certos preciosismos, quando, como é exatamente o caso de Manaus, se acham em jogo valores mais altos a preservar e a defender” (REVIRAVOLTA..., 1964, p. 1).

Reforçando a personalidade do governador Arthur Reis em 29 de agosto de 1964, o jornal *Diário de Notícias* relata *Reis: Renunciei Para Mostrar que Não costumo Usar Saias*, afirmando ao presidente Castelo Branco que “é um professor idealista, cujo sonho é escrever “certas histórias” acentuando que muitos tópicos iriam versar sobre a estupidez de muitos homens que passaram pelo governo do Amazonas” (REIS..., 1964, p. 3).

Porém, ao versar sobre seu retorno temos uma nota *Câmara* no jornal *Diário de Notícias*, em 15 de outubro de 1964, do Sr. João Veiga (PTB-AM) em que afirmou:

Não há facínoras ou amotinados reagindo ao movimento revolucionário de 1º de abril, não há ninho de bazucas nem pista para decolagem de aviões ou foguetes teleguiados. Mas, simplesmente, uma pobre casa abrigando humildes e honestos servidores há mais de trinta anos. E, embora muitos duvidem, a invasão se processou unicamente porque o governador Arthur Reis, ao retirar do gancho o telefone do Palácio Rio Negro, não ouviu ruído de linha livre. Apelou para que o chefe do Executivo, amazonense aplaque sua ira, tenha ponderação, calma, serenidade, olhe a coisa pública com mais senso e um mínimo de vivência administrativa e, sobretudo, ame os amazonenses que são seus irmãos (REIS..., 1964, p. 3).

O episódio ocorrido no Amazonas sobre o governador Arthur Reis repercutiu na imprensa carioca como de um homem que apesar de ter conquistado grande respeito e admiração pelos intelectuais e políticos, ao se tornar governador do Amazonas se mostrou, além de autoritário, uma pessoa sem habilidade política, isso veremos a partir das atitudes que Arthur Reis passou a adotar durante seu governo e que repercutiram na imprensa diante da intelectualidade, dos políticos e críticos que nutriam o ocorrido através dos jornais cariocas.

3.4 A REVITALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA FUNÇÃO AUTOR EM ARTHUR CÉSAR REIS NA IMPRENSA CARIOCA

Vemos então como a discursividade hegemônica de críticos, intelectuais e jornalistas ao se apropriar do que empiricamente foram pensamentos, ações e sentimentos nacionalistas e desenvolvimentistas que também pertenceram ao sujeito empírico Arthur Reis e que contribuíram efetivamente para os contornos da função autor nele, resultou em um ocultamento, de uma forma geral, de seu autoritarismo e de sua falta de habilidade política que também se constituíram como uma das características da forma de pensar e agir do homem político Arthur Reis. Sobretudo, se percebermos como o episódio do fechamento da

Assembleia do Amazonas ocorreu a partir de meados de 1964, momento em que a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, caminhava para a sua segunda edição em 1965.

Assim, vemos como a análise das “lutas de representações” em torno do sujeito empírico Arthur Reis nos revelou, na prática, o que Chartier já havia afirmado teoricamente para a função do autor em nossa sociedade ocidental, ou seja, como não sendo “[...] somente uma função, mas também uma ficção, e uma ficção semelhante a essas ficções que dominam o direito quando ele constrói sujeitos jurídicos que estão distantes das existências individuais dos sujeitos empíricos” (CHARTIER, 2012, p. 2930). Tarefa que também será auxiliada pelas autoras Sandra Pesavento (1999) e Lígia Chiappini (1999, p,814) quando afirmam que certos aspectos ficcionais concorrem para dar verossimilhança a certas representações da escrita da história, sobretudo diante das relações entre História e Literatura.

Assim, a função autor em Arthur Reis foi recepcionada dentro daquilo que Roger Chartier chamou de uma espécie desindividualização de parte do sujeito empírico Arthur Reis que veio a compor essa mesma função autor, principalmente, pelos críticos terem feito dele um autor símbolo da expectativa que setores da imprensa, intelectuais e políticos nacionalistas nutriram sobre a problemática da soberania do Brasil sobre a Amazônia e a necessidade premente da integração dela ao restante do país, nos anos de 1960. Tudo isso, diante de um imaginário secular que sempre a encarou como repleta de riquezas, despovoada e vulnerável. (SANTOS FILHO, 2008, p, 115). Críticas que, ao construírem a imagem do autor em torno dessa simbologia, amenizou o autoritarismo de Arthur Reis, enquanto, sujeito político.

Sobre esse processo de desindividualização, ou seja, do sujeito empírico que sempre é eclipsado pelo autor. E a esse respeito, Chartier descreve:

[...] de um lado, às formas herdadas dos gêneros, das convenções, das tradições e, de outro, à própria linguagem, ao que Foucault em um outro texto também famoso chamou de “o pensamento de fora”, ou seja, esse transbordamento, essa instabilidade, essa pluralidade da significação que é remetida direta, e exclusivamente, ao funcionamento automático e impessoal da linguagem, na obra (CHARTIER, 2012, p. 33-34).

Assim, procuramos afirmar como essa chancela dos críticos, intelectuais e jornalistas, a partir do discurso hegemônico na imprensa, se relacionou, de um lado, ao desprezo que esse discurso nutriu aos aspectos sócios históricos que estariam envolvidos entre o cidadão Arthur Reis, o autor e sua obra; de outro lado, devido ao peso que a inserção social de sua obra, bem

como sua representação como homem público, possuiu diante dessa crítica e da imprensa nos anos de 1960.

Essa apropriação do autor Arthur Reis nos revelou, de uma forma geral, como ainda prevalece em nossa sociedade contemporânea, uma grande influência das relações interpessoais mediadas pelos interesses das elites e das classes dirigentes para inserção do texto e do autor literário.¹¹

¹¹ Sem contar que parte do período que ora estamos abordando com relação à construção da função autor Arthur Reis, foi um período em que a imprensa brasileira (SMITH, 2000) foi tolerante com os agentes que ajudaram na instauração pelos militares do regime político a partir de 1964, como Arthur Reis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas considerações temos a intenção em demonstrar como a construção da função autor em Arthur Reis a partir da publicação da sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* repercutiu na imprensa carioca nos anos de 1960, pois a publicação desse livro surgiu da necessidade de despertar um nacionalismo voltado à conscientização das fragilidades diante do subdesenvolvimento e, principalmente, pelo interesse estrangeiro em relação ao território amazônico.

Dessa forma, percebemos que a construção do sujeito empírico existente em Arthur Reis se deu a partir visão do autor enquanto cidadão amazônico, em que passou a agir a partir de sua obra mostrando ao país as fragilidades amazônicas diante dos interesses internacionais, assim sendo, procurou em seus relatos mobilizar interesses nacionais pela região.

Essa ação lhe rendeu reconhecimento como nacionalista autêntico que era e o quanto foi respeitado enquanto escritor e político na imprensa carioca. Diante das denúncias firmadas em seu livro, permitiu a imprensa do Rio de Janeiro considerar Arthur Reis um dos principais responsáveis pela política nacional de valorização da Amazônia na década de 1960. Assim, notamos que não só o sentimento de perda da Amazônia e o nacionalismo estavam no âmbito da visão da imprensa sobre o autor Arthur Reis, como também suas propostas efetivas que ele e sua obra teriam contribuído para a superação do subdesenvolvimento da Amazônia. E essas declarações em torno do subdesenvolvimento da Amazônia permitiram que jornalistas e escritores como Arthur Reis escrevessem através da imprensa seus discursos e pusessem suas práticas e suas representações a partir do território Amazônico.

Diante disso, as discussões que o autor trouxe em seu livro foram consideradas relevantes por parte da imprensa carioca, uma vez que, tais inscrições históricas despertaram os anseios de jornalistas, intelectuais, políticos e críticos ao verem a necessidade em plena década de 1960 de integrar a região amazônica ao restante do país.

Dessa forma, a discursividade hegemônica de críticos, intelectuais e jornalistas ao se apropriarem do que empiricamente foram pensamentos, ações e sentimentos nacionalistas e desenvolvimentistas pertencentes ao sujeito empírico Arthur Reis, possibilitou ao autor exercer ainda mais sua função. Deste modo, Chartier (2012, p. 28) afirma que a “função autor” resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito. Portanto, o sujeito Arthur Reis possibilitou a

imprensa expor sua obra tornando-o um autor conhecido e reconhecido como defensor da Amazônia.

Neste sentido, podemos observar, a partir da imagem construída de Arthur Reis pela imprensa, sua autêntica biografia destacada nas páginas dos jornais, ao qual o citavam com temas ou títulos a partir de *Arthur o Erudito*, *O Publicista*, *O Governador*, *O rei Arthur*, características as quais eram dadas a Arthur Reis que o tornavam um homem público diante da grande imprensa tornando-se um sujeito intelectual e uma referência nos estudos amazônicos.

Arthur Reis passa a ganhar importância principalmente a partir da publicação de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, pois, esse livro lhe trouxe autêntica autoridade intelectual e política, sobretudo, ao se tornar governador do Amazonas, pois possibilitou a ele, enquanto autor, despertar sua preocupação sobre os interesses das nações estrangeiras em relação à região amazônica.

Deste modo, o Estado do Rio de Janeiro, por ser o centro político do país, e por obter a cede dos jornais mais importantes, tais como: o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Última Hora* entre outros em todo o território federal, favoreceu a constante presença de Arthur Reis em suas páginas na década de 1960.

Nesse sentido, ressaltamos que a função do autor Arthur Reis foi capaz de ser associada às imagens do político e do publicista, ao mesmo tempo em que essa função-autor possibilitou a legitimidade de seu discurso diante da imprensa nos anos de 1960. Diante desses elogios e do destaque dado ao autor Arthur Reis na imprensa percebemos uma discursividade hegemônica feita a partir de uma identificação repartição entre jornalistas e críticos das posições políticas de nosso autor. Identificação muitas vezes que procurou certa “intimidade” com o autor diante de certos comentários elogios e que denotaram uma indistinção entre as posições particulares dos seus críticos e do próprio Arthur Reis diante do público na imprensa.

Assim, procuraremos finalizar nosso trabalho demonstrando como o sujeito empírico Arthur Reis contribuiu efetivamente para os contornos da função autor nele, ao mesmo tempo em que a representação de sua função autor amenizou, nos anos de 1960, seu autoritarismo e a sua falta de habilidade política como uma das características da forma de pensar e agir do homem Arthur Reis. Mas ainda que o autor tenha sido relacionado representativamente ao seu nacionalismo expresso no homem público competente que agiu politicamente para o bem da Amazônia, não deixou o autor isento das contradições diante de certos setores políticos nacionais, da imprensa e diante da intelectualidade da época. A desconstrução do autor Arthur

Reis diante da representação hegemônica que possuiu na imprensa como um autor defensor da Amazônia divergiu então de certos pensamentos e ações que foram emanados por ele mesmo, sobretudo diante da grave crise que teve que enfrentar ao se tornar governador do Amazonas. Portanto, mostramos a desconstrução da imagem do sujeito empírico que foi criada pela imprensa do Rio de Janeiro, diante disso, a relativização do significado do nacionalismo e da defesa da Amazônia criada por Arthur Reis a partir de sua competência como homem político e administrador do Estado do Amazonas, contudo não foram de encontro com suas ações que acabaram por compor a contradição de sua representação como autor nos anos de 1960, vista pela imprensa como autoritária e imposta principalmente às instituições em plena ditadura que culminou com o fechamento da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, e dois dos mais importantes jornais do Amazonas, atos que foram ignorados pelo governo federal diante do caos criado pelo sujeito político Arthur Reis na Amazônia. Esse episódio ocorrido no Amazonas sobre o governador Arthur Reis repercutiu na imprensa carioca como de um homem que apesar de ter conquistado grande respeito e admiração pelos intelectuais e políticos, ao se tornar governador do Amazonas se mostrou, além de autoritário, uma pessoa sem habilidades políticas com atitudes controversas a do homem empírico defensor da Amazônia, fazendo surgir através dos jornais cariocas um sujeito político que repercutira na imprensa como homem envolvido em suas relações de poder.

REFERÊNCIAS

Livros e Artigos

ASSIS, Magno Ferreira; PACHECO, Alexandre. A construção da imagem na imprensa do historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Cezar Reis (década de 1960), **Anais...** Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/magno_ferreira_de_assis.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. , 2001.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa, 1500 – 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, FH. , and MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

CASTRO, Edna Ramos de. “Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados”. In: Maria Célia Nunes Coelho, Armin Mathis, Edna Castro, Thomas Hurtienne (org.), **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento Regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.

CASTRO, Edna; COELHO, Maria Célia. “Políticas e Gestão Pública como Campo de Pesquisa”. In: Maria Célia Nunes Coelho, Armin Mathis, Edna Castro, Thomas Hurtienne (org.), **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento Regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, [1990?].

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. (São Paulo: USP, v5, n11, p. 173-190, jan/abr. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdFUSCAR, 2012.

CHIAPPINI, Lígia. Relações entre História e Literatura no contexto das humanidades hoje. p. 805-817. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. 20. , 1999, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP/ANPUH, 1999, v. II p. 637-1270. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S20.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

- CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo: Martins Claret, 2006.
- DAUMARD, Adeline. **Cincos Aulas de História Social**. Tradução de Moema Parente Augel, Aldaísa Novaes Schuwebel e Maria Luiza Medeiros Guimaraes. Salvador. Centro de Estudo. Baianos, 1978.
- DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora VozesLtda, 1981.
- FIGUEIREDO, Luciano R. **História e Informática**: O Uso do Computador. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Ed., Marco Zero, 1994.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise... {et al.} (Org.). **Análise do discurso**: entornos do sentido. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 09-34.
- HANSEN, João Adolfo. Autor: In: JOBIM, José Luís. (Org.). **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992, p. 11- 43.
- HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 -1978. Rio de Janeiro. Ed. Civilização brasileira, 1979.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. Ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1996.
- LEENHARDT, Jacques. Teoria da comunicação e teoria da recepção. **Revista Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 5, n. 8, 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6191/3683>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: CEJUP, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). **Fontes históricas**. Org. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.
- MATHIS, Armin. “Reflexões sobre a Reforma do Estado na Amazônia”. In: Maria Célia Nunes Coelho, ArminMathis, Edna Castro, Thomas Hurtienne (org.), **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: Gestão do desenvolvimento Regional. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil. 120-1945.** São Paulo:Difel / Difusão. Editorial. 1979.

PACHECO, A. **Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967).** Em: XXV Simpósio Nacional de História, v. Único, p. 01-10, 2009.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico nacionalismo de Arthur Cesar Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses, luso-brasileiros e brasileiros (década de 1960). **Anais...** São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300850274_ARQUIVO_AlexandrePachecoTrabalhocompletoXXVIANPUHRTF.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** Entre o povo e a nação.São Paulo.Ed. Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: Simpósio Nacional de História, 20, 1999; Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Humanitas/USP: 1999, vol. 2, p. 819-829. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S20.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** Rio de Janeiro. Ed. Americana, 1972.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos ano 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2186/1325>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade:** o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS FILHO, José dos Reis. A instituição imaginária Amazônia Brasileira: registros cognitivos e práticas sociais. **Revista Nera**, n. 9, p. 113-143, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1436/1414>>. Acesso em: 24 set. 2104.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v.19, n.54, p. 99-113, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200006&script=sciarttext>>.Acesso em: 16 nov. 2015.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil - 4ª Edição.** Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **Papéis colados.** Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2003.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza e Tempo**. Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850- 1920**. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Jornais

A AMAZÔNIA e a cobiça Internacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Amazônia e a cobiça internacional>. Acesso em: 8 nov.2014.

AÇÃO objetiva transformará Amazônia em grande potência. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Ação objetiva transformará Amazônia em grande potência>. Acesso em: 8 nov. 2014.

AMAZONAS. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 de ago. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Amazonas>. Acesso em: 10 out. 2015.

AMAZONAS: Mamede mantém Reis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Amazonas:Mamede mantém Reis>. Acesso em: 10 out. 2015.

AMAZÔNIA Desconhecida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 de setembro 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&peq=Amazônia Desconhecida>. Acesso em: 8 nov.2014.

AMAZÔNIA. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 9 set. 1965. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&peq=Amazônia>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

AMAZÔNIA: Surpresa Será “Desagradável”. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 9 mar. 1965. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&peq=Amazônia: surpresa será desagradável>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

ARTHUR insiste que EUA quer Amazônia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano196&peq=Arthur insiste que EUA quer a Amazônia>. Acesso em: 8 nov. 2014.

ARTHUR o erudito. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&peq=Arthur o erudito>. Acesso em: 10 out. 2015.

ARTHUR Reis traz ao Rio Amazônia e seus Problemas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Arthur Reis traz ao Rio Amazônia e seus Problemas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Arthur%20Reis%20traz%20ao%20Rio%20Amaz%C3%B4nia%20e%20seus%20Problemas)>. Acesso em: 8 Nov. 2014.

ASSEMBLEIA arrependeu-se em Manaus. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Assembleia arrependeu-se em Manaus](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Assembleia%20arrependeu-se%20em%20Manaus)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

BARROSO, Pedro. “Reunião de Manaus” é expectativa e apreensão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1967. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq= “Reunião de Manaus” é expectativa e apreensão](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=%20Reuni%C3%A3o%20de%20Manaus%20%C3%A9%20expectativa%20e%20apreens%C3%A3o)>. Acesso em 31 jan. 2017.

BRITTO, Chermont. Grito de Revolta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1960. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Grito de Revolta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Grito%20de%20Revolta)>. Acesso em: 23 maio 2015.

BRUM, Lincoln. Amazônia é cobiça de todos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1968. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=Amazônia é cobiça de todos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=Amaz%C3%B4nia%20%C3%A9%20cobi%C3%A7a%20de%20todos)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

CÂMARA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01 set. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Câmara](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=C%C3%A2mara)>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 10 set. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Câmara](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=C%C3%A2mara)>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 15 out. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Câmara](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=C%C3%A2mara)>. Acesso em: 10 out. 2015.

CASTELO acha melhor situação do País. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1966. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Castelo acha melhor situação do País](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Castelo%20acha%20melhor%20situa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pa%C3%ADs)>. Acesso em: 10 out. 2015.

CASTELO apura caso do Amazonas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Castelo apura caso do Amazonas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Castelo%20apura%20caso%20do%20Amazonas)>. Acesso em: 10 out. 2015.

CAVALCÂNTI analisa 3 anos da SUDAM, Amazônia atrai o empresariado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1969. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Cavalcânti analisa 3 anos da SUDAM, Amazônia atrai o empresariado](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Cavalc%C3%A2nti%20analisa%203%20anos%20da%20SUDAM,%20Amaz%C3%B4nia%20atrai%20o%20empresariado)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

CRISE no Amazonas culmina com renúncia do governador. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Crise no Amazonas culmina com renúncia do governador>. Acesso em: 10 out. 2015.

“CRISE no Amazonas chega ao fim. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 de ago. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano196&peq=Crise no amazonas chega ao fim>. Acesso em: 8 de Nov. 2014.

DITADURA no Amazonas é absoluta: César fechou tribunal de Justiça. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 12 de ago. de 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&pesq=Ditadura no Amazonas é absoluta: Cesar fechou tribunal de Justiça>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FARÁ a indústria amplo levantamento das condições econômicas da Amazônia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Fará a indústria amplo levantamento das condições econômicas da Amazônia>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FECHADA a Assembleia do Amazonas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Fechada a Assembleia do Amazonas>. Acesso em: 10 out. 2015.

FLASHES de Brasília. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 out. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Flashes de Brasília>. Acesso em: 10 out. 2015.

FÓRUM da Amazônia Mostrará a região. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de Nov. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Fórum da Amazônia Mostrará a região>. Acesso em: 8 nov. 2014.

GOVERNADOR do Amazonas reabre crise política com a renúncia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Governador do Amazonas reabre crise política com a renúncia>. Acesso em: 10 out. 2015.

GOVERNADOR do Amazonas: após muita tolerância é que resolvi praticar atos revolucionários. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 agosto 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Governador do Amazonas: após muita tolerância é que resolvi praticar atos revolucionários>. Acesso em: 10 out. 2015.

GOVERNOS militares. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 ago.1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Governos militares>. Acesso em: 10 out.2015.

GOVERNOS militares. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 ago. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=governos militares>. Acesso em: 10 out. 2015.

HILÉIA Amazônica. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Hiléia Amazônica>. Acesso em: 8 nov. 2014.

INTEGRAÇÃO da Amazônia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Integração da Amazônia>. Acesso em: 23 maio 2015.

‘IMPEACHMENT’ de Arthur César Reis é ameaça remota. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 de ago. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano196&peq=Impeachment de Arthur César Reis é ameaça remota>. Acesso em: 8 de Nov. 2014.

JORNALISTAS presos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 set. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=jornalistas presos>. Acesso em: 10 out.2015.

LÍDER do Governo Admite Possibilidade da Intervenção de Castelo no Amazonas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 de ago. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Líder do Governo Admite Possibilidade da Intervenção de Castelo no Amazonas>. Acesso em: 10 out. 2015.

MATOS, Edísio Gomes de. O rei Artur. **Correio Braziliense (DF)**, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&PagFis=18643&Pesq=O rei Artur>. Acesso em 31 jan. 2017.

MINISTRO do interior vê pressões sobre Amazônia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 Jul. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Ministro do interior vê pressões sobre Amazônia>. Acesso em: 8 ago. 2014.

NACIONALISMO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 maio 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Nacionalismo>. Acesso em: 8 ago. 2014.

NUNES, Osório. A integração da Amazônia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Aintegração da Amazônia>. Acesso em: 8 ago.2015.

O BC vai aplicar CR\$ 15 bilhões na Amazônia, **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_06&pasta=ano196&pesq=Bilhões na Amazônia>. Acesso em: 8 ago. 2014.

O PROFESSOR e escritor Arthur César Ferreira Reis, autografa hoje, na livraria São José, o seu novo livro “A Amazônia e a Cobiça Internacional. **Correio da Manhã**, 13 dez.1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=O professor e escritor Arthur César Ferreira Reis>

autografa hoje, na livraria São José, o seu novo livro “A Amazônia e a Cobiça Internacional”. Acesso em: 10 out. 2015.

ORDEM Constitucional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 ago 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Ordem Constitucional](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Ordem%20Constitucional)>. Acesso em: 10 out. 2015.

PAZ no Amazonas: Judiciário e Assembléia voltam a funcionar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de ago. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano 196&pesq= Paz no Amazonas: judiciário e assembleia voltam a funcionar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=Paz%20no%20Amazonas:%20judici%C3%A1rio%20e%20assembleia%20voltam%20a%20funcionar)>. Acesso em: 10 out. 2015.

PINHEIRO, Adolfo Luiz. Capitais do Sul ocupam o passado da borracha- O continente Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Capitais do Sul ocupam o passado da borracha- o continente Amazônia](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Capitais%20do%20Sul%20ocupam%20o%20passado%20da%20borracha-%20o%20continente%20Amaz%C3%B4nia)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

PINTO, Luiz. Por que Integração da Amazônia? . **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1969. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq= Por que Integração da Amazônia?](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Por%20que%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Amaz%C3%B4nia?)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

PROFESSOR analisa o problema amazônico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1965. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Professor analisa o problema amazônico](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Professor%20analisa%20o%20problema%20amaz%C3%B4nico)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PROTESTO contra Artur Reis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 out. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq= Protesto contra Artur Reis](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Protesto%20contra%20Artur%20Reis)>. Acesso em: 10 out. 2015.

QUEM Integra Não Entrega. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1968. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Quem Integra Não Entrega](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Quem%20Integra%20N%C3%A3o%20Entrega)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

RABELO, Genival. A Amazônia e a cobiça internacional. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 27 de ago. 1968. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=A Amazônia e a cobiça internacional](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=A%20Amaz%C3%B4nia%20e%20a%20cobi%C3%A7a%20internacional)>. Acesso em 31 jan. 2017.

REIS Acusa Ministro que quer internacionalizar a Amazônia. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 20 maio 1965. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&peq=Reis Acusa Ministro que quer internacionalizar a Amazônia](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&peq=Reis%20Acusa%20Ministro%20que%20quer%20internacionalizar%20a%20Amaz%C3%B4nia)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

REIS fica no governo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq= Reis fica no governo](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Reis%20fica%20no%20governo)>. Acesso em: 10 out. 2015.

REIS salvo pela firma. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Reis salvo pela firma](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Reis%20salvo%20pela%20firma)>. Acesso em: 10 out. 2015.

